



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Lorrana Almeida Salles

Nas teias da memória: o diálogo entre ficção e história em *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado*

São Gonçalo

2021

Lorrana Almeida Salles

**Nas teias da memória: o diálogo entre ficção e história em *a máquina de fazer espanhóis*
e *Leite derramado***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S168 Salles, Lorrana Almeida.
Nas teias da memória: o diálogo entre ficção e história em *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado* / Lorrana Almeida Salles. – 2021.
107f.

Orientador: Profª. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Buarque, Chico, 1944- – Crítica e interpretação – Teses. 2. Mãe, Valter Hugo, 1971- – Crítica e interpretação – Teses. 3. – Teses. I. Carreira, Shirley de Souza Gomes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 4994 CDU 869.0(81)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lorrana Almeida Salles

**Nas teias da memória: o diálogo entre ficção e história em *a máquina de fazer espanhóis*
e *Leite derramado***

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em 17 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Silvio Cesar dos Santos Alves
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2021

DEDICATÓRIA

Dedico meu trabalho àqueles que sempre me incentivaram a realizar os meus sonhos, minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças e coragem para vencer mais essa etapa da minha vida acadêmica, por iluminar minha trajetória desde a graduação até o atual momento e por colocar pessoas incríveis no meu caminho.

Agradeço à minha grande rede de apoio familiar por ser a base de todas as minhas conquistas. Aos meus alicerces, Guilherme e Maria, pai e mãe, que abdicaram de tanto para que eu pudesse chegar até aqui, agradeço por me compreenderem, acreditarem em mim, quando nem eu mesma conseguia, e por me apoiarem incondicionalmente. Meus irmãos, Silvia e Marcelo, por serem exemplos e me apoiarem tanto em tudo o que eu faço. Que todo relacionamento entre irmãos possa ter a nossa união. Obrigada por serem os melhores padrinhos que eu poderia ter. Aos meus dois sobrinhos, Patrick e Johnny, por me ensinarem tanto. Diante de um cenário tão complexo como o que vivemos, sem dúvidas, o que me proporcionou alívio para os dias mais difíceis foi ter contato e poder valorizar mais o tempo com vocês.

Ao meu melhor amigo, companheiro e noivo, Lucas, por acreditar no meu potencial e fazer questão de lembrar para eu nunca esquecer o quanto eu era capaz. Obrigada por todo suporte, seja prático ou psicológico.

À minha orientadora, Profa. Dr.^a Shirley de Souza Gomes Carreira, pois, diante desse cenário complicado que tomou boa parte do meu percurso, eu fui abençoada com uma professora sensível, solícita e empática. Obrigada por ser uma inspiração enquanto profissional e ser humano. Obrigada por abrir meus olhos para um caminho dentro da Literatura que eu nem sabia que gostaria tanto de seguir.

Aos professores Dr. Silvio Cesar dos Santos Alves e Dr. Paulo César Silva de Oliveira, por terem aceitado fazer parte da banca examinadora e pela ajuda inestimável com sugestões e bibliografia que agregaram tanto ao trabalho final.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, em especial à professora Dr.^a Eloísa Porto Corrêa Allevato Braem, que foi a minha orientadora durante a minha graduação e incentivou o meu ingresso no mestrado.

Às minhas amigas, Fernanda e Marcella, por trilharem esse caminho comigo desde a graduação, à Raphaella e à Tatianne, por torcerem por mim mesmo à distância. Obrigada por me ouvir e auxiliar quando necessário e por entender quando não pude me fazer presente.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que me concedeu uma bolsa para a realização da minha pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Mas se com a idade a gente dá para repetir certas histórias, não é por demência senil, é porque certas histórias não param de acontecer em nós até o fim da vida.

Chico Buarque

RESUMO

SALLES, Lorrana Almeida. *Nas teias da memória: o diálogo entre ficção e história em a máquina de fazer espanhóis e Leite derramado*. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Esta dissertação tem por objetivo analisar o diálogo entre ficção e história em duas obras, *a máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, e *Leite derramado*, de Chico Buarque, pela via da memória. Para tanto, buscaremos refletir sobre as teorias relativas aos processos mnemônicos com base nas perspectivas teóricas de Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989, 1992, 2010), Henri Bergson (1999, 2006), Jacques Le Goff (1990), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Márcio Seligmann-Silva (2003, 2005, 2008), Joël Candau (2011), Paul Ricoeur (2007), Andreas Huyssen (2000), Ecléa Bosi (1979), Pierre Nora (1993) e Walter Benjamin (1987), dentre outros, enfatizando o entrelaçamento entre a memória individual e a memória coletiva, os diferentes níveis de memória, bem como a relação entre memória e esquecimento e seu efeito nos silêncios históricos. A partir da definição de lugar de memória postulada por Pierre Nora (1993), refletiremos sobre o papel da ficção na reconstituição de acontecimentos registrados pela historiografia e no preenchimento das lacunas da história e da memória. Por fim, empreenderemos a análise dos romances, considerando o discurso metamemorialístico dos narradores, a imagem que estes constroem de si mesmos, bem como o modo pelo qual a ficção dialoga com a historiografia.

Palavras-chave: Memória. Ficção. História. *A máquina de fazer espanhóis*. *Leite derramado*.

ABSTRACT

SALLES, Lorrana Almeida. *In the webs of memory: the dialogue between fiction and history in a máquina de fazer espanhóis and Leite derramado*. 2021. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

This dissertation aims to analyze the dialogue between fiction and history in two works, Valter Hugo Mãe's *a máquina de fazer espanhóis*, and Chico Buarque's *Leite derramado*, through memory. Therefore, we will seek to reflect on theories related to mnemonic processes based on the theoretical perspectives of Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989, 1992, 2010), Henri Bergson (1999, 2006), Jacques Le Goff (1990), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Márcio Seligmann-Silva (2003, 2005, 2008), Joël Candau (2011), Paul Ricouer (2007), Andreas Huyssen (2000), Ecléa Bosi (1979), Pierre Nora (1993) and Walter Benjamin (1987), among others, emphasizing the intertwining between individual memory and collective memory, the different levels of memory, as well as the relationship between memory and forgetting and its effect on historical silences. Based on the definition of place of memory postulated by Pierre Nora (1993), we will reflect on the role of fiction in the reconstitution of events recorded by historiography and in filling in the gaps in history and memory. Finally, we will undertake the analysis of the novels, considering the metamemorialistic discourse of the narrators, the image they build of themselves, as well as the way in which fiction dialogues with historiography.

Keywords: Memory. Fiction. History. *A máquina de fazer espanhóis*. *Leite derramado*.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA	13
1.1	As concepções de memória	15
1.1.1	<u>Memória individual e memória coletiva</u>	18
1.1.2	<u>Níveis da memória</u>	22
1.1.3	<u>Esquecimento, silêncio e História</u>	25
1.1.4	<u>A perspectiva de Ricoeur sobre os usos e abusos da memória</u>	34
2	A LITERATURA COMO LUGAR DE MEMÓRIA	38
2.1	O recurso à memória na literatura contemporânea	41
2.1.1	<u>Ficção, memória e testemunho</u>	44
2.1.2	<u>A memória de velhos</u>	49
3	MEMÓRIA, FICÇÃO E HISTÓRIA EM <i>A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS E LEITE DERRAMADO</i>	55
3.1	O fascismo dos bons homens: a presença do passado em <i>a máquina de fazer espanhóis</i>	57
3.1.1	<u>António Silva: o narrador de um mundo em minúsculas</u>	65
3.1.2	<u>Da individualidade à coletividade: modos de herdar Portugal</u>	72
3.2	<i>Leite derramado</i>: a história do Brasil revisitada pela ficção	75
3.2.1	<u>Eulálio Assumpção e o discurso metamemorialístico</u>	85
3.2.2	<u>A dialética memória e esquecimento em <i>Leite Derramado</i></u>	92
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o conceito de memória esteve atrelado a uma perspectiva neurofisiológica e vinculado às vivências e experiências pessoais dos indivíduos. No século XX, Maurice Halbwachs (1990) promoveu uma ruptura ao postular que a memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social e que não há como isolar a memória pessoal dos eventos e circunstâncias experienciados pelo grupo em que o indivíduo se insere. Além disso, as memórias individuais alimentam-se das memórias coletiva e histórica, incluindo elementos ainda mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Ao pensarmos em contextos de guerras e ditaduras, as marcas provenientes dessas situações traumáticas podem ser mais intensas do que as puramente individuais. Assim, “a memória articula e é articulada pelos componentes externos socialmente codificados” (CARMO, 2015, p. 175).

A memória é um fenômeno complexo, que envolve não apenas a ordenação de vestígios, mas também a sua releitura, e tem um “comportamento narrativo”¹, mediado pela linguagem. Ao abandonar “o campo da experiência perceptiva individual, adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada” (BARROS, 2009, p. 41).

O objetivo desta dissertação é analisar comparativamente o diálogo entre ficção e história em *a máquina de fazer espanhóis*², de Valter Hugo Mãe, e *Leite derramado*, de Chico Buarque pela via da memória. Nessas duas obras, a narrativa se desenvolve a partir de processos mnemônicos que, embora individuais, estão estreitamente ligados a acontecimentos políticos e à memória coletiva.

A máquina de fazer espanhóis (MÃE, 2010) é o quarto livro pertencente à chamada tetralogia das minúsculas, composta também pelos romances *o nosso reino*, *o remorso de baltazar serapião* e *o apocalipse dos trabalhadores*. O romance narra a história de António Jorge Silva, um homem de 84 anos, que, após perder a esposa, Laura, é enviado para um asilo, o Lar da Feliz Idade. Nesse local, o protagonista começa a refletir a respeito de sua vida ao interagir com os outros moradores do lar.

¹ Pierre Janet (*apud* LE GOFF, 1990, p.24) “considera que o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’ que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo”.

² Os quatro primeiros romances de Valter Hugo Mãe foram escritos totalmente em minúsculas, segundo o autor, para enfatizar a oralidade.

Leite derramado, de Chico Buarque, é o quarto romance do autor, lançado em 2009, e ganhador do prêmio Jabuti de 2010, nas categorias Romance e Livro do Ano-Ficção. Inspirada na canção “O velho Francisco”, do álbum *Francisco*, de Chico Buarque, lançado em 1987, conforme afirmação do autor em algumas entrevistas e matérias jornalísticas (PEREZ, 2014), a obra tem como protagonista Eulálio d’Assumpção, um homem de quase cem anos, em plena ruína física, familiar e econômica, que tenta sobreviver de lembranças enquanto está internado em um leito de hospital público. A partir desse ponto, Eulálio decide narrar sua vida para um ouvinte não identificado, para que esse escreva suas memórias, que justapõem “narrativas do tempo do reinado, das velha e nova repúblicas, passando pelas ditaduras de Vargas e dos militares, ou seja, do Brasil que emergiu da redemocratização até à virada do século XXI” (PEREZ, 2014, p. 135).

Os romances de Chico Buarque alinham-se a uma tendência da literatura contemporânea brasileira cuja temática focaliza o sujeito em crise de identidade. Assim como os protagonistas de *Estorvo* e *Budapeste*, o narrador de *Leite derramado* é um homem urbano e representante da burguesia carioca, que, desta feita, mediante a condição em que se encontra, busca consolo nas lembranças.

Na literatura de cunho memorialista, as questões pessoais dos narradores são postas em evidência diante da influência dos contextos históricos apresentados nos romances. Em *Leite derramado*, o declínio familiar dos Assumpção ganha destaque em um plano de fundo que perpassa por quase cem anos de história do Brasil, passando pela ditadura militar, mas com ênfase na escravidão e em suas consequências. Já em *a máquina de fazer espanhóis*, a ditadura de Salazar em Portugal está por trás das relações estabelecidas entre os moradores do asilo e o relacionamento de António e Laura.

Este estudo está organizado em três capítulos. O primeiro visa à reflexão sobre as teorias relativas aos processos mnemônicos com base nas perspectivas teóricas de autores como Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989, 1992, 2010), Henri Bergson (1999, 2006), Walter Benjamin (1987), Jacques Le Goff (2003), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Márcio Seligmann-Silva (2003, 2005, 2008), Joël Candau (2011) e Paul Ricoeur (2007), dentre outros. Nesse capítulo, buscamos analisar o entrelaçamento entre a memória individual e a memória coletiva, os diferentes níveis de memória, bem como a relação entre memória e esquecimento e seu efeito nos silêncios históricos.

O segundo capítulo aborda a literatura como lugar de memória, partindo da definição postulada por Pierre Nora (1993) para refletir sobre o papel da ficção na reconstituição de acontecimentos históricos e sua relação com as lacunas da história e da memória. Nesse

capítulo, discutimos as características das narrativas memorialísticas e testemunhais e o modo como a ficção delas se apropria na literatura contemporânea. Discorremos, ainda, sobre o papel do narrador nas escritas de si e o nível de confiabilidade do seu discurso. Focalizamos também a memória de velhos segundo a concepção sociológica de Ecléa Bosi (1979), a fim de estabelecer um ponto de partida para a análise dos protagonistas dos dois romances.

Por fim, o terceiro capítulo consiste na análise dos romances, privilegiando o diálogo entre memória, ficção e história e a relação dialética entre memória e esquecimento no discurso dos narradores, bem como uma leitura dos romances em perspectiva comparada. O caráter metamemorialista das duas narrativas é enfatizado na medida em que não apenas os processos mnemônicos são posto à prova, mas também provocam reflexões sobre as reminiscências. O contexto histórico emerge na análise entrelaçado às lembranças e ações dos narradores.

Os dois romances que fazem parte do *corpus* desta dissertação têm ampla fortuna crítica, muito embora haja apenas um artigo, de Shirley de Souza Gomes Carreira (2016), que os aborda comparativamente: “Memória de velhos, representações da história: um olhar sobre *Leite derramado* e *a máquina de fazer espanhóis*”. Na seleção de textos críticos sobre as obras, privilegamos aqueles que focalizam a memória, o diálogo entre ficção e história e a estrutura da narrativa.

1 REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA

A memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo unitário; não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos.

Ewald Hering

A memória é a capacidade humana de adquirir, reter e evocar informações sobre fatos e acontecimentos. Logo, ela é responsável pelo armazenamento das experiências que serão retomadas quando necessário.

De acordo com o historiador francês Jacques Le Goff (1990, p. 477), a memória é imprescindível à formação de identidade, constituindo um “[...] elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”, uma vez que é necessário lembrar e refletir a respeito da própria história para desenvolver os traços de personalidade que diferem um indivíduo dos demais. A memória permite guardar características da personalidade, os fatos e as experiências que formam a identidade de cada um. É através dela que o indivíduo relembra o próprio passado e reflete a respeito do que viveu. Como destaca Enrique Serra Padrós (2001), em seu artigo “Usos da memória e do esquecimento na História”, em uma esfera coletiva, a memória tem a função de preservar valores e tradições das sociedades. Assim, todo indivíduo, com exceção de casos patológicos, dispõe dessa faculdade que é inerente ao ser humano.

Candau (2011, p. 19) reitera a visão defendida por Le Goff, ao pontuar a relação estabelecida entre memória e identidade, afirmando que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente”. Segundo o teórico, as duas noções se completam, pois, enquanto a memória participa da construção de identidade, a identidade vai moldar as disposições que levam os indivíduos a anexar aspectos particulares do passado. Essa relação de interdependência é sintetizada por Candau na passagem a seguir:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se

nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAUI, 2011, p. 16).

Na formação de um indivíduo, os dois conceitos estão intrinsecamente relacionados e, apesar da memória ser “a identidade em ação” (CANDAUI, 2011, p. 18), é importante compreender que os processos mnemônicos podem ameaçar e até destruir a identidade, gerando intenso sofrimento, como, por exemplo, no caso das lembranças de abusos, traumas e tragédias. Nesse sentido, Candau (2011, p. 18) destaca que “[...] o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimento”, de modo que esse último tem por finalidade preservar a identidade. Em contrapartida, a perda da capacidade de guardar conhecimentos e experiências leva ao apagamento da identidade, pois, quando a memória se torna falha, seja nos casos individuais ou nos casos coletivos, o indivíduo acredita perder a si próprio:

Há, poderíamos dizer, uma perda da essência ou mais exatamente, a representação (pessoal ou coletiva) de uma perda da essência. A memória pode, assim, ser assimilada a essa faculdade constituinte da identidade pessoal que permite ao sujeito de se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo, ou de pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade (CANDAUI, 2009, p. 47).

O indivíduo sem memórias é alguém sem história. Se não relembra o passado, não sabe quem é. Paul Connerton (1999) traz outra perspectiva a respeito dessa relação memória e identidade ao afirmar que conhecemos uns aos outros por conta das histórias contadas, por meio dos relatos do passado e das atitudes que transparecem a personalidade. No trecho abaixo, o autor explica que essa relação ocorre simultaneamente em dois contextos:

Identificamos, deste modo, uma determinada ação recordando, pelo menos, dois tipos de contexto para essa ação. Situamos o comportamento dos agentes por referência ao seu lugar nas suas histórias de vida e situamos também esse comportamento pela referência ao seu lugar na história dos contextos sociais a que pertencem. A narrativa de uma vida faz parte de um conjunto de narrativas que se interligam, está incrustada na história dos grupos a partir dos quais os indivíduos adquirem a sua identidade (CONNERTON, 1999, p. 24).

Entende-se, portanto, que o comportamento do indivíduo está fixado nas próprias histórias e nas histórias do contexto a qual pertence, de maneira que a narrativa pessoal está embutida na história de um grupo, por meio do qual é formada a identidade.

Os romances que compõem o corpus ficcional desta dissertação – *Leite derramado*, de Chico Buarque (2009) e *a máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe (2010) – têm na

memória um elemento norteador, evocando contextos histórico-sociais atuantes na configuração identitária dos narradores, Eulálio d'Assumpção e António Jorge Silva, respectivamente.

1.1 As concepções de memória

O filósofo francês Henri Bergson (2006, p. 47), ao discorrer sobre a memória, enfatiza que “o passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante”; assim, o passado construído pela memória nos acompanha no presente. As recordações estão sempre dentro da nossa mente, prontas para serem evocadas, pois “o mecanismo cerebral é feito precisamente para recalcar a quase totalidade do passado no inconsciente e só introduzir na consciência o que for de natureza que esclareça a situação presente” (BERGSON, 2006, p. 48). Deste modo, “o passado só retorna à consciência na medida em que possa ajudar a compreender o presente e a prever o porvir: é um batedor da ação” (BERGSON, 2006, p. 61). O autor cita como exemplo as lembranças que são capazes de presentificar sensações por elas evocadas. Há diferenças entre o tempo da lembrança e o tempo vivido, porque sentimentos presentes na ocasião em que se vive um acontecimento desaparecem na lembrança, o que explica o embelezamento de situações desagradáveis, que, ao serem evocadas, são suavizadas.

Segundo Candau (2011, p. 66-67), a lembrança se distingue do acontecimento, pois “é uma imagem (*imago mundi*) mas que age sobre o acontecimento (*anima mundi*) não integrando a duração e acrescentando o futuro do passado”. Desta maneira, mediante o conhecimento dos desdobramentos de uma determinada situação, uma lembrança pode ser suavizada. Maurice Halbwachs (1990, p. 71) sintetiza essa visão ao explicar que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”.

A evocação da memória nos dois romances que serão analisados perpassa essa noção de lembrança como reconstrução, pois ambos os protagonistas evocam o passado por meio da memória, mas experimentam sentimentos diversos daqueles gerados nas situações vivenciadas.

Henri Bergson (1999) propõe uma divisão da memória em dois tipos independentes: a memória como lembrança pura e a memória-hábito. A primeira diz respeito à ideia de

lembrança como imagem, enquanto a segunda está ligada a uma rotina. Assim, “a imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia” (BOSI, 1979, p. 11). A lembrança enquanto imagem é definida por Henri Bergson da seguinte maneira:

A primeira registraria, sob forma de imagens lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. Por ela se tornaria possível o reconhecimento inteligente, ou melhor, intelectual, de uma percepção já experimentada (BERGSON, 1999, p. 88).

Paul Ricoeur retoma essas definições de Bergson e elucida que essa lembrança enquanto um acontecimento seria pontual, pois “o acontecimento é aquilo que simplesmente ocorre. Ele tem lugar. Passa e se passa. Advém, sobrevém” (RICOEUR, 2007, p. 42).

A memória-hábito, por sua vez, trataria da consciência do passado armazenado no presente, porém, diferentemente da primeira, estaria voltada para a ação, estruturada no presente e visando ao futuro. Ela exige um esforço contínuo e vive em um ciclo de imitação e é definida da seguinte maneira:

[...] Esta só reteve do passado os movimentos inteligentemente coordenados que representam seu esforço acumulado; ela reencontra esses esforços passados, não em imagens-lembranças que os recordam, mas na ordem rigorosa e no caráter sistemático com que os movimentos atuais se efetuam. A bem da verdade, ela já não nos representa nosso passado, ela o encena; e, se ela merece ainda o nome de memória, já não é porque conserve imagens antigas, mas porque prolonga seu efeito útil até o momento presente (BERGSON, 1999, p. 89).

No âmbito dessa memória, o saber e o lembrar se correspondem (RICOEUR, 2007). Bergson (1999) explica que enquanto uma memória imagina, a outra traz uma repetição, de modo que a segunda pode substituir e causar ilusões na primeira. Assim, “[...] a primeira parece, portanto, ser efetivamente a memória por excelência. A segunda, aquela que os psicólogos estudam em geral, é antes o hábito esclarecido pela memória do que a memória propriamente” (BERGSON, 1999, p. 91). O autor explicita que essa segunda memória é ativa, e, por conta disso, deve inibir a primeira, e aceitar dela somente o que é capaz de esclarecer e completar de forma útil no presente. Silene Torres Marques (2017), em seu artigo “Memória e criação em Bergson: sobre o fenômeno da atenção e os planos de consciência”, sintetiza essa distinção feita por Bergson: a primeira é a memória propriamente espiritual, que existe com lembranças independentes e faz parte de uma memória pura, que se conserva no passado,

enquanto a segunda memória é a do corpo, presente nos mecanismos motores e condiz com um hábito por ser voltada para a ação.

O antropólogo Paul Connerton (1999), por sua vez, propõe três tipos distintos de memória. Em primeiro lugar, há a memória pessoal, que trata da recordação da própria história. Segundo o autor, existe um distanciamento entre quem o indivíduo é no momento da evocação e quem ele era na lembrança evocada:

Ao recordar que fiz isto e aquilo vejo-me a mim próprio, por assim dizer, de uma certa distância. Há uma espécie de duplicação: eu, aquele que fala agora, e eu, aquele que chegou a Roma há três anos, somos idênticos em alguns aspectos, mas noutros somos diferentes. Estas manifestações da memória figuram significativamente nas descrições que fazemos de nós próprios, porque a nossa história passada é uma fonte importante da idéia que fazemos de nós próprios. O autoconhecimento, a concepção do nosso próprio carácter e potencialidades, é determinado, em grande medida, pela maneira como vemos as nossas ações passadas (CONNERTON, 1999, p. 25).

O segundo tipo abrange as memórias cognitivas, que compreendem o “recordar” as linhas de um poema, as histórias, as equações matemáticas etc:

Mas, ao contrário do primeiro tipo de memória, não necessitamos de possuir qualquer informação sobre o contexto ou episódio da aprendizagem para sermos capazes de reter e utilizar este tipo de recordações. Aquilo que esta forma de recordar exige não é que o objecto da recordação seja algo pertencente ao passado, mas sim que a pessoa que o recorda o tenha encontrado, sentido, ou ouvido falar dele no passado (CONNERTON, 1999, p. 26).

Por fim, o último tipo de memória diz respeito à capacidade de reproduzir uma ação, de recordar como fazer determinada coisa quando necessário, como andar de bicicleta. Connerton (1999) destaca que é através da própria ação que conseguimos demonstrar que nos lembramos. Esse terceiro tipo é equivalente à memória hábito proposta por Bergson:

A recordação de como se lê, escreve, ou se anda de bicicleta é como o significado de uma lição cuidadosamente aprendida. Tem todas as marcas de um hábito e, quanto melhor recordamos este tipo de memórias, menos provável é lembrarmos-nos de uma ocasião anterior em que tenhamos executado o acto em questão. Só quando nos encontramos em dificuldades é que podemos socorrer-nos das nossas recordações como guia (CONNERTON, 1999, p. 26).

É no plano da rememoração que os romances seleccionados delineiam suas narrativas, pontuando a distância existente entre o que os personagens eram e como se percebem no momento da evocação. Assim, as concepções de memória de Bergson e Connerton são necessárias para entender que é da visão de uma memória enquanto imagem-recordação,

conforme Bergson, e de memória pessoal, defendida por Connerton, que as lembranças evocadas fazem parte. Obviamente as memórias pessoais, ou individuais, conforme Halbwachs (1990), não existem isoladamente, mas fazem parte de um *continuum*, a tessitura de memórias geracionais que expressam as lembranças de uma coletividade.

Assim, ao tratar da memória, é importante enfatizar que, enquanto faculdade, em seu sentido intrínseco, ela pode ser dividida em memória individual e memória coletiva, como postula o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que abordaremos brevemente a seguir.

1.1.1 Memória Individual e Memória Coletiva

Maurice Halbwachs (1990) distingue a memória individual da memória coletiva. A primeira corresponde à memória particular do indivíduo, enquanto a segunda diz respeito àquela que emerge da interação do indivíduo com um grupo. De maneira sintetizada, Shirley Carreira (2016) explica que a memória individual se reporta à vivência e às experiências de um indivíduo, retendo também os traços da memória do grupo social em que ele foi socializado, enquanto a segunda diz respeito a acontecimentos empíricos e é apresentada como a memória da sociedade. Essa distinção entre memórias individuais e coletivas é relevante para a compreensão do papel da comunidade nas lembranças pessoais evocadas por António e Eulálio, os protagonistas dos romances que serão analisados, pois, na perspectiva de Halbwachs, a memória individual só pode existir a partir dos quadros sociais da memória, ou seja, ao perspectivar a coletividade. As nossas lembranças sempre se conservam coletivas, uma vez que “[...] mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26), nós nunca estamos inteiramente sós, sempre estamos em contato com outras pessoas. Deste modo, podemos involuntariamente assistir a cenas em que outros são os atores principais e vice-versa. Entretanto, Halbwachs ressalta que o ato de assistir a uma cena ou dela participar não é suficiente para que essa lembrança se reconstrua:

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990, p. 34).

É preciso haver uma conexão com o que foi vivido e uma correspondência com o grupo para que algo possa ser lembrado. Deste modo, Fábio Daniel Rios (2013, p. 7) explica que “quando uma memória deixa de existir, isso significa que os laços sociais que a alimentavam – e que nela se alimentavam – já não existem mais, ou seja, foi o próprio grupo, outrora cultivador dessa lembrança, que deixou de existir”. Em síntese, são os membros do grupo que mantêm viva a memória.

Halbwachs (1990) destaca que as lembranças mais difíceis de serem evocadas são as puramente pessoais, enquanto as noções mais fáceis competem a um domínio comum, uma vez que podemos nos apoiar na memória de outros para reconstruir a nossa. Assim, por meio de depoimentos alheios, a nossa lembrança de um fato pode ser reorientada, existindo, então, uma reorganização das lembranças motivada pelos relatos de outras pessoas.

A memória se dá em um processo de reconstrução, em que várias imagens são remontadas peça por peça até se transformar em uma lembrança mais ampla; assim, “[...] uma recordação chama outra, compondo uma teia de lembranças mais ou menos singular, cuja textura se alinha pela maneira como cada memorialista recolhe e amarra as imagens progressivas e busca sua significação” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374). Em *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado*, é possível observar esse processo de reconstrução por meio dos discursos; a memória aparece como “flashes”, de modo que, para conseguir apreender o todo, é preciso encaixar um episódio narrado em outro. A cada momento, um elemento novo pode ser inserido nessa recuperação de lembranças. Como cada memória individual compõe um ponto de vista de uma memória coletiva, e esses pontos formam a memória do grupo, o foco muda de acordo com o lugar que se ocupa, e, por conseguinte, um mesmo fato pode ter versões diferentes.

A memória individual consiste em um fragmento ou uma visão parcial dos fatos vivenciados pelo grupo, mas, em contrapartida ela é mais densa, mais detalhada. Araújo e Santos (2007) ressaltam, ainda, que ela pode ser partilhada com indivíduos de diferentes grupos, uma vez que uma pessoa participa de vários meios sociais ao longo da vida:

[...] determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias, outras entre os operários que trabalham em uma fábrica e assim por diante. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciada por cada um (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 96).

A impossibilidade de dissociação dos dois níveis de memória se deve, portanto, à intercomplementaridade: “o indivíduo absolutamente isolado não seria capaz de construir

qualquer tipo de experiência, não sendo capaz também de manter qualquer tipo de registro sobre o passado” (RIOS, 2013, p. 5), mas, se por um lado a memória é coletiva, por outro, somente o indivíduo é capaz de lembrar.

Outro ponto a ser destacado é que uma pessoa não precisa pertencer a um grupo no presente para que a memória coletiva se instaure em suas lembranças, haja vista que a influência exercida pelo grupo é atemporal:

O sentimento de pertença a um grupo não pressupõe a presença atual de seus membros. Suas influências podem permanecer vivas, orientando o olhar do memorialista sobre o passado. Ainda assim, o apoio coletivo à memória é mais vigoroso quando envolve a presença sensível de antigos companheiros e suas marcas no entorno. A materialidade como que incrementa a presença do grupo em pensamento. A convivência entre antigos companheiros nutre a comunicação entre visões de mundo que se limitam, se conformam e se interpenetram. O passado permanece então em contínua reconstrução pela memória coletiva (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 367).

Padrós (2011, p. 82-83) demarca a importância das lembranças na formação da identidade individual e coletiva ao afirmar que: “sem memória não existem referências ou experiências”. É necessário haver a interação para que haja memórias, e, a partir dessas, se construa uma identidade, reiterando a perspectiva defendida por Halbwachs, de que os dois conceitos se misturam.

Em *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado*, a memória pessoal dos protagonistas é construída por meio de relações interpessoais e por memórias sociais e políticas. Isoladamente, eles não têm o controle do resgate sobre o passado. Desta maneira, apesar das histórias das personagens serem narradas do ponto de vista das memórias individuais, elas fazem parte de um contexto coletivo e são, portanto, o resultado da interação com a sociedade, ou seja, constituem uma perspectiva da memória coletiva, vista com uma “lente de aumento” diante de uma situação específica.

Halbwachs (1990) argumenta que um indivíduo é participante das duas memórias: a que corresponde a sua personalidade, ou vida pessoal, e são as lembranças que são consideradas do aspecto de seu interesse, e a que evoca e mantém as lembranças que são de interesse do grupo do qual é membro. O autor faz uso do termo “intuição sensível”, que seria um nível de consciência individual, que o distinguiria das percepções do pensamento social, e estaria em toda lembrança. Assim, o sociólogo ilustra essa relação entre as memórias:

Se essas duas memórias se penetram frequentemente: em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso

deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância. A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas (HALBWACHS, 1990, p. 53).

Há uma imbricação entre memória e história, na medida em que ambas se reportam ao passado, pois, como enfatiza Enrique Padrós (2001), a memória conta com as informações da História, e esta, com os testemunhos provenientes da memória.

Pierre Nora (1993) explica que se, por um lado, a memória está em constante transformação, a História tenta reconstruir o que já foi finalizado:

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Nessa perspectiva defendida por Nora, a memória se dá em um processo suscetível a modificações, é “[...] múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9). De modo que, ao ser evocada, a memória traz novas perspectivas e diferentes interpretações sobre o passado vivido.

A respeito das lacunas nas lembranças é preciso ressaltar que a memória é fragmentada; então, por não ser clara e ordenada, ela não é totalmente confiável. Ao tentar reconstruir um episódio, alguns detalhes podem ficar ocultos. Halbwachs (1990) pontua que a nossa mente acaba misturando lembranças verdadeiras com lembranças falsas. A própria memória preenche os espaços vazios desses eventos; assim, seriam “[...] alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado” (HALBWACHS, 1990, p. 28); portanto, a restauração da lembrança não é segura. Schmidt e Mahfoud (1993), em seu artigo, justificam por que a lembrança para Halbwachs é ao mesmo tempo reconhecimento e reconstrução:

É reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Se a memória é uma reconstrução do passado com dados do presente, é fato que ela opera um processo de seleção, uma vez que é impossível registrar tudo o que aconteceu tanto em um âmbito individual quanto coletivo, conforme Rios explica:

Assim, as visões construídas sobre o passado revelam mais sobre o momento presente do que sobre o passado que se pretende restituir. Nossas visões sobre o passado são incompletas, parciais e cambiáveis. Elas podem variar conforme a posição que ocupamos num determinado grupo e conforme mudam as relações desse grupo com outros meios. A participação dos indivíduos em variados grupos faz com que suas memórias se formem de modo fragmentário, como um mosaico (RIOS, 2013, p. 6).

Em *a máquina de fazer espanhóis* e em *Leite derramado* a reconstrução das lembranças pelos protagonistas é permeada por lacunas, já que a rememoração dos acontecimentos narrados se dá de maneira fragmentada, cabendo ao leitor fazer as inferências e juntar as partes da história, entender a sequência dos acontecimentos, a relação entre causa e efeito nas atitudes dos protagonistas, percebendo como uma situação desencadeou outra.

Outro aspecto relevante das operações mnemônicas é apontado por Michael Pollak (1992). Independentemente de a memória ser individual ou coletiva, ela possui elementos constitutivos, formados pelos acontecimentos, que se dividem entre os que são vivenciados diretamente e aqueles que, segundo o autor, são "vividos por tabela", ou seja, os que são experimentados pelo grupo ao qual o indivíduo pertence. Por último, existem os lugares da memória, em os que locais estão atrelados direta ou indiretamente às lembranças.

Ao tratar das diferentes concepções de memória, é relevante destacar, também, o posicionamento do antropólogo Joël Candau (2011), que defende a existência de três níveis na esfera individual, bem como duas grandes divisões na esfera coletiva.

1.1.2 Níveis da Memória

Candau (2011) concentra a sua análise nos possíveis modos de manifestação da memória, que varia de acordo com os indivíduos e grupos, que apenas entender que ela é uma faculdade humana. Para tanto, ele busca demonstrar que elas ocorrem em três níveis: a memória de baixo nível – chamada de protomemória –, a memória de alto nível – ou memória propriamente dita – e a metamemória.

A protomemória – ou memória de baixo nível – é a memória social incorporada, tal como se expressa, por exemplo, nos gestos, nas práticas e na linguagem, e “[...] constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade” (CANDAU, 2011, p. 21-22). Por ser procedural, reportando-se a ações cujo exercício é realizado quase automaticamente, pode confundir-se, em uma primeira instância, com o conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu, porém Candau (2011) explica que o *habitus* depende da protomemória (CANDAU, 2011, p. 22), que atua como emissora de lembretes inconscientes que fazem funcionar o corpo e a linguagem, e seriam, portanto, um saber herdado que não se separa do corpo. Deste modo, “a protomemória, de fato, é uma memória “imperceptível”, que ocorre sem tomada de consciência” (CANDAU, 2011, p. 23). O autor elucida que, nesse aspecto, a protomemória também se assemelha à memória-hábito ou memória repetitiva defendida por Bergson.

A segunda é a memória propriamente dita – ou memória de alto nível – e “[...] é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento” (CANDAU, 2011, p. 23). Por abranger a evocação ou recordação voluntária, ela abriga as lembranças advindas de experiências e os conhecimentos adquiridos, armazena saberes, sentimentos, etc. É nesse nível em que se localiza o esquecimento.

A metamemória é, por sua vez, a representação da memória, logo, ela traz as reflexões acerca de suas próprias rememorações – o que pensamos -, e o que se escolhe narrar a partir delas – o que falamos. Desta maneira, “[...] cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas” (CANDAU, 2011, p. 24). Quem narra decide os pontos que receberão um destaque maior ou os que não merecem ser mencionados. Portanto, é necessário compreender que uma narração baseada na memória pode ser duvidosa, pois, além da incapacidade de a narrativa reproduzir a totalidade de um acontecimento, cabe ao narrador da própria história selecionar os dados. Assim, “parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança” (CANDAU, 2011, p. 33). O que ocorre na metamemória é “[...] apenas a expressão parcial entre outras tantas possíveis” (CANDAU, 2011, p. 33), ou seja, apenas um ponto de vista escolhido para ser narrado.

Candau (2011) pontua, ainda, que a metamemória não pode ser considerada uma faculdade humana, porque, ao contrário das duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, que constituem faculdades individuais, a metamemória abriga a memória coletiva, que é “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de

uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2011, p. 24), ou seja, uma representação de um grupo.

Ao tratar das memórias coletivas, Candau (2011) explica que esses termos precisam ser mudados, uma vez que, por exemplo, não há como falar sobre uma memória procedural de um grupo, porque nenhuma sociedade come ou dança, e sim os indivíduos que a compõem:

Toma-se evidente que a noção de protomemória se torna inaplicável: nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural mesmo que ela possa ser comum, compartilhada pelos membros desse mesmo grupo. Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tomarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas com características da sociedade em questão (CANDAU, 2011, p. 24).

Candau propõe outra classificação e divide as memórias de um grupo em memória forte e memória fraca. O autor contextualiza a primeira da seguinte maneira:

Denomino memória forte uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor. Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade. Quando essa memória é própria de um grupo extenso, falarei de uma grande memória organizadora (CANDAU, 2011, p. 44).

Entretanto, no caso de uma memória fraca, Candau (2011) explica que ela não possui os contornos bem definidos e é superficial, e dificilmente é compartilhada por vários indivíduos, além de que “uma memória fraca pode ser desorganizadora no sentido de que pode contribuir para a desestruturação de um grupo” (CANDAU, 2011, p. 45). O autor esclarece a relação quando cita que “as sociedades caracterizadas por um forte e denso conhecimento recíproco entre seus membros são, portanto, mais propícias à constituição de uma memória coletiva – que será nesse caso uma memória organizadora forte” (CANDAU, 2011, p. 45). Para haver uma memória coletiva organizada é necessária uma troca entre os participantes da comunidade.

A perspectiva teórica de Candau nos permitirá compreender o tratamento dado à memória nas obras em relação ao ato de narrar, pois, se a memória é composta não apenas pela lembrança, mas também pelo esquecimento, há um critério de seleção implícito. Defendemos que a seletividade presente nos processos mnemônicos atinge o seu auge nos relatos memorialísticos, uma vez que a narração de memórias é em primeira pessoa, o que já

imprime ao relato certa parcialidade, e, além da impossibilidade de a memória evocar os acontecimentos em sua totalidade, o princípio da seleção promove o apagamento das lembranças que trazem constrangimento ou sofrimento.

Em *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado*, torna-se evidente a nebulosidade presente em discursos memorialísticos. Afora isso, nas narrativas, percebe-se que as rememorações provenientes dos contextos sócio-históricos representados são memórias denominadas fortes.

1.1.3 Esquecimento, silêncio e História

Ao tratar da memória, dois conceitos igualmente importantes são merecedores de uma atenção especial: o esquecimento e o silêncio. Pollak (1992) explica que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203), ou seja, ocorre uma exclusão, voluntária ou involuntária, de determinadas lembranças, assim “o esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial ou, diferentemente, de ocultar” (PADRÓS, 2001, p. 84), ou seja, dependendo do seu uso pode enfatizar ou encobrir o que é importante. Seligmann-Silva (2003) esclarece que apesar de não acreditar que exista um controle racional da memória, o registro “opera no *Double bind* entre lembrança e esquecimento” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 62). Essa inscrição, por sua vez, é fragmentada e baseada nas experiências individuais e coletivas, por conta disso é preciso destacar que “não existe a possibilidade de uma tradução total do passado” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 64), pois, como já fora mencionado, a memória não consegue dar conta dessa totalidade. Para Seligmann-Silva (2003) lembrar e esquecer se equivalem, e, portanto, o esquecimento é tão necessário quanto à memória.

Em uma perspectiva neurológica, como Maria Letícia M. Ferreira (2011) explica, o esquecimento opera conjuntamente com a formulação de novas memórias:

[...] memória e esquecimento longe de serem pares opostos são na verdade complementares, é no processo de formulação de novas memórias que se observa o constante e necessário esquecimento de outras. Nesse sentido, o ponto-de-vista dos neurocientistas é particularmente interessante, pois afirmam que o esquecimento constitui, na verdade, uma etapa para aceder à lembrança (FERREIRA, 2011, p. 110).

Se não há como lembrar integralmente tudo o que aconteceu ao longo da vida, é preciso haver uma seleção nesse campo de lembranças. Todavia, como mencionado por Seligmann-Silva (2003), a volta de determinadas lembranças não é algo que pode ser controlado racionalmente. Não cabe a quem lembra decidir quais as lembranças que devem ser evocadas, o que pode ocasionar o retorno de lembranças desconfortáveis, entende-se, portanto, que existe uma autonomia da própria memória.

Beatriz Sarlo (2007, p. 9) afirma que “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente”, ressaltando que a volta de certas lembranças tem ligação direta com o momento atual. Tal como pontuado por Bergson, a recordação precisa ter relevância no momento presente.

Paul Connerton (1999) destaca que o esquecimento pode ser normal ou patológico. O esquecimento normal engloba as situações repetidas, que, por terem marcas idênticas, geralmente dão relevo à primeira e à última experiência. Já no caso do esquecimento patológico, o autor traz como exemplo os que sofrem de uma amnésia em relação aos nomes das cores, de modo que perdem a capacidade de classificar o elemento, assim “é sinal de que perderam a capacidade global para classificar um dado dos sentidos sob uma categoria, pois dar nome a uma coisa é vê-la como representativa de uma categoria” (CONNERTON, 1999, p. 31). Outro detalhe que merece ser pontuado é que o esquecimento e, conseqüentemente, o silêncio possui uma ligação íntima com as lembranças traumáticas. A negação existe como uma possibilidade de sobrevivência, para que não se viva no sofrimento:

O direito à memória encontra simetria no direito ao esquecimento, tal como acontece, por exemplo, nos casos de traumas, sobretudo na primeira infância. Além disso, esquecer pode ser parte da negociação de identidade estabelecida pelo sujeito em relação a seu passado. Exemplo disso encontra-se nas diversas estratégias de negação da filiação étnica num determinado contexto desfavorável, ou mesmo, a negação do passado como única possibilidade de sobrevivência, tal como acontece nos processos traumáticos de guerras e genocídios (FERREIRA, 2011, p. 110-111).

Nesse caso específico, o esquecimento permite a superação do trauma. Myrian Sepúlveda Santos (2013, p. 65) reitera essa ideia ao dizer que “a construção de memórias coletivas em torno de feridas históricas é sempre muito complexa”; as vítimas ocultam as lembranças, porque a lembrança é dolorosa. Todavia, é importante entender que o esquecimento não opera apenas para proteger as vítimas, mas também resguardar os algozes que cometeram a barbárie. Bruno Konder Comparato aborda essa questão ao citar como exemplo a ditadura militar no Brasil, em que as vítimas e os carrascos evitam falar sobre o assunto:

Assim como há várias verdades, o silêncio pode ter vários significados e nem todos silenciam pelas mesmas razões. Há aqueles que, simplesmente, não querem que a verdade venha à tona. Mas há outros que já resolveram suas questões com o passado e não querem remexer em episódios dolorosos que a muito custo conseguiram processar. Somente assim é possível entender como personagens que estavam em campos opostos durante a ditadura hoje relutam em romper o silêncio (COMPARATO, 2014, p. 146).

Nas obras a serem analisadas, tendo em vista a problemática pessoal e social das memórias, se, por um lado, o esquecimento aparece como uma solução para evitar o sofrimento causado por determinadas lembranças, por outro, aponta também para certo mascaramento das identidades. A memória de Eulálio, protagonista de *Leite derramado*, conquanto se anuncie na narrativa como pessoal, evoca uma história familiar de prosperidade e decadência que, por sua vez, promove uma ponte entre o particular e o público, entrelaçando-se à história do Brasil. Ele é o representante de heranças comportamentais brasileiras seculares, muito embora, intimamente as rejeite. Contraditoriamente, são as memórias de um membro da elite brasileira, nebulosas e imprecisas, que desconstróem as narrativas que alimentaram essa estrutura de poder.

No caso específico de António Silva, protagonista de *a máquina de fazer espanhóis*, a dialética entre memória e esquecimento promove uma “presente recodificação do passado” (HUYSSSEN, 2000), ecoando uma política de esquecimento que não só se concretiza na esfera pessoal e privada quanto na pública.

Pollak (1992) adota o termo “enquadramento da memória”, que é um recorte de uma memória coletiva e ampla, de modo a explicitar que “[...] a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações” (POLLAK, 1992, p. 206). Nesse sentido, é relevante reconhecer que existe uma relação entre as lembranças dos grupos excludentes e as dos grupos excluídos, ou seja, há uma política da memória. De maneira que a percepção de uma mesma memória pode variar de acordo com o lado em que você está. Pollak (1992, p. 204) afirma que a memória pode ser herdada, e que ela sofre variações de acordo com o momento em que é expressa.

Isso também ocorre com a memória coletiva, porém de maneira mais organizada. Pollak cita como exemplo as datas oficiais, em que, ao tentar enquadrar a memória nacional, geralmente há problemas de ordem política. Assim, “a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 1992, p. 204). Deste modo, ele destaca que a memória é construída e organizada:

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204).

O autor pontua que “o silêncio tem razões bastante complexas” (POLLAK, 1989, p. 6), ou seja, o ato de não falar decorre de motivos que por vezes ficam implícitos, e esclarece que para uma pessoa conseguir falar a respeito de seu passado, ela precisa encontrar uma escuta. As memórias produzidas por grupos marginalizados, de minorias políticas, ou classes mais baixas, que sofrem com a censura e a opressão, ou seja, as “memórias subterrâneas”, “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4). São memórias coexistentes com a memória oficial imposta. Nos romances, a súbita eclosão da memória é gerada por meio do deslocamento repentino de ambiente, como a ida para um hospital público, em *Leite derramado*, e a mudança para um asilo, em *a máquina de fazer espanhóis*. A angústia em não encontrar uma escuta ou ser julgado por conta de suas memórias acomoda os “não ditos”, conforme Pollak defende:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não escutar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal entendidos (POLLAK, 1989, p. 8).

O limite entre o que foi silenciado e o que de fato foi esquecido não é claramente demarcado. Essa angústia entre o querer falar e não conseguir é expressa por Eulálio e Sr. Silva em determinados momentos, e a vergonha causada pelo passado se exprime nos discursos dos narradores. A motivação das lacunas presentes nas narrativas é uma incógnita, pois não é possível ter certeza se ocorrem devido a um esquecimento de fato ou a uma ocultação deliberada da verdade. De acordo com Michael Pollak (1989), o silêncio sobre si pode ser uma condição real ou calculada, pois quem conta a própria história esquece ou silencia certos fatos a fim de se proteger. O autor explica que essas fronteiras entre o dizível e o indizível separam a memória coletiva subterrânea e dominada, da memória coletiva de uma sociedade majoritária. No trecho abaixo, Seligmann-Silva reitera essa ideia:

[...] não existe uma História neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina

em boa parte os seus caminhos. A memória existe no plural: na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de 'enquadrá-lo' (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 67).

Diversas leituras podem ser realizadas, porque se pode enquadrar a memória de diferentes formas. No caso das obras estudadas, os pontos de vista diante das situações são os de dois homens que não foram vítimas diretas da repressão ditatorial ou do sistema escravocrata. As vozes presentes nas narrativas não são de negros escravizados ou de homens perseguidos pela ditadura, e, por conta disso, a lembrança proveniente nesse contexto traumático é suavizada pelos narradores em comparação aos que sofreram coerção concreta. Os relatos provêm de homens que vivenciaram indiretamente as situações traumáticas, mas sofreram os seus efeitos. A coerção sofrida por Eulálio e António está ligada à consciência. É essa repressão que se enraíza nos dois narradores, afetando as suas identidades.

Seligmann-Silva (2008) elucida que a memória do trauma é um acordo entre a memória individual e aquela construída pela sociedade. O autor caracteriza o trauma como “uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69), e explica que o testemunho depende de uma situação de violência para ser desencadeado, de modo que o indivíduo sente uma súbita necessidade de contar a sua história, assim “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66). O testemunho tem a necessidade de ser contado. Carreira (2013) demarca a dificuldade da testemunha em conseguir narrar o trauma:

O dilema da testemunha consiste, assim, em uma ambiguidade: por um lado, há a necessidade de narrar o que foi vivido, e por outro, há a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu. É por essa necessidade e dificuldade de narrar o trauma que a imaginação é convidada a adentrar a narrativa testemunhal (CARREIRA, 2013, p. 4).

Apesar da necessidade de narrar, ele não consegue dar conta da totalidade. Entender o silêncio é importante para compreender que a mensagem desse tipo de narrativa não chega completa, de modo que pode ser afetado pelo medo do julgamento e pela vergonha. Os protagonistas percebem que precisam relatar a própria vida e mostrar suas perspectivas de vida familiar dentro daqueles cenários, porém a capacidade de lembrar e de verbalizar os impede de falar abertamente.

Padrós (2001) explica que o silêncio e o desconhecimento sobre o passado levantam outra problemática sobre essa questão, que é servir de subsídio para as argumentações negacionistas, que consistem em negar a realidade dos fatos. Seligmann-Silva (2008) enfatiza

que o negacionismo é um dos elementos políticos impostos sobre os discursos testemunhais. Ele esclarece que a vítima evitar falar, porque “os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75), e é um ponto crucial que aterroriza a testemunha e o seu depoimento. O autor explica que o negacionismo se aproxima do sentimento de irrealidade da situação, e o negacionista coincide com “[...] o sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional. O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75), de modo que ao esconder e negar o que aconteceu, acaba por desacreditar os discursos das testemunhas e consequentemente, calar as vítimas. Reiterando essa ideia, Candau (2011) destaca que ao invés de ser uma falha da memória, o esquecimento pode ser uma estratégia muito bem executada:

A memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passo. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios (CANDAU, 2011, p. 127).

As memórias subterrâneas, bem como as oficiais, estão ligadas a lugares, que, conforme explica Pierre Nora (1993, p. 21), “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Ele cita como exemplos os museus, cemitérios, arquivos, ou seja, locais em se contam uma história específica, em que existe uma diferença entre os lugares reservados aos grupos dominantes e aos grupos dominados:

Oporemos, por exemplo, os lugares dominantes aos lugares dominados. Os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória (NORA, 1993, p. 26).

Essas coleções de memórias registradas oficialmente estão associadas a uma história conveniente à manutenção do poder e exige o silenciamento dos grupos minoritários, que mantêm e transmitem suas memórias por outros meios. Mas,

Ainda assim, elas não proporcionam a revelação de uma verdade absoluta; elas nos levam ao processo de constituição das coleções ocorrido a partir de interesses conflitantes. A memória opera a partir de um processo seletivo e pode se tornar uma

arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua hegemonia (ARAÚJO; SILVA, 2007, p. 96).

Compreende-se então, que “o esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos democráticos em determinados períodos” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 100), ou seja, ocorre uma manobra de apagamento de dados. As autoras citam, por exemplo, o caso dos governos que sucederam as ditaduras militares na América Latina, em que vários países decretaram leis de anistia reintegrando os opositores dos regimes, mas também evitaram o julgamento dos responsáveis pelas torturas e os crimes desumanos. Elas ressaltam que esses arquivos provenientes de períodos de violência sofrem com uma batalha política:

No que diz respeito à formação e preservação de arquivos relacionados a períodos de dominação e violência, em que direitos humanos são desrespeitados, há sempre uma luta política importante sendo travada a cada momento. Ao longo do século XX, a grande demanda dos que foram vítimas de governos totalitários e repressivos deu-se em torno de movimentos pelo resgate da memória. Os arquivos, artefatos e relatos do passado têm sido utilizados como provas de um passado que foi deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história. Procura-se lembrar tudo aquilo que foi deliberadamente colocado no limbo da história. A lembrança, contudo, está vinculada àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 99).

As lembranças advindas dos arquivos privilegiam a ótica daqueles que detêm o poder. Deste modo, é preciso retomar ao pensamento defendido por Benjamin (1987) que destaca a importância de questionar essa vitória e versão dos grupos dominadores, pois, “a empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores” (BENJAMIN, 1987, p. 225), o autor explica que os dominantes são herdeiros daqueles que venceram. A História tende a favorecer esses grupos dominantes e esconder a versão dos que são oprimidos. Ao afirmar que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1987, p. 225), Benjamin explica que se a cultura não é isenta da crueldade, esse processo de transmissão de cultura também não é. Dessa maneira, ele pontua que cabe ao materialista histórico se afastar dessa visão e “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225), ou seja, seguir pela direção contrária desses grupos vencedores e entender o fato, também, pelo viés dos vencidos.

Essa percepção do discurso histórico é reiterada por Le Goff (1990), para quem manipular a memória e o esquecimento é uma característica forte dos grupos dominantes:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é

uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 422).

Assim, ao se apropriar do discurso histórico, a literatura constrói um contradiscurso por meio do qual concede voz e escuta as minorias que constituem a verdadeira massa oprimida e manipulada pelos detentores do poder.

Nos romances que formam o *corpus* ficcional deste trabalho, determinadas situações desencadeiam a emergência de lembranças que estavam guardadas, ou seja, algum episódio age como estopim para que se relembrem os acontecimentos do passado, como uma chave ao abrir um baú de memórias (POLLAK, 1989). Uma vez aberto, o olhar do presente altera e reinterpreta o passado. Fato que ocorre com Eulálio, em *Leite derramado*, ao resolver narrar seu passado, e com António Silva, em *a máquina de fazer espanhóis*, que, ao precisar criar laços com os outros moradores, revisita a própria história e a do seu país.

Nos romances que analisaremos, a velhice é o elemento catalisador da eclosão das memórias. A proximidade da morte faz com que os protagonistas cedam ao desejo íntimo de reparação pelas omissões, pelo comprometimento com o sistema opressor. A retomada do passado pela via da memória proporciona às personagens releituras das próprias histórias que não haviam sido feitas. O passado, então, é ressignificado. Esse novo significado atribuído aos eventos passados permite um aprendizado por meio das experiências, à medida que proporciona uma reflexão sobre as situações a partir de uma visão mais ampla e madura dos fatos. Muito mais que apenas repensar o passado, essa recuperação de lembranças auxilia no entendimento do presente, abrindo espaço para a função política da memória, que perpassa também a ideia de que “lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror” (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

Andreas Huyssen (2000) sintetiza essa noção ao explicar que “a rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente” (HUYSEN, 2000, p. 67), enfatizando que o passado é necessário para delinear nossas identidades e sustentar a visão do futuro. Se, como afirma Gilles Deleuze (2008), o “passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não pára de passar; o outro, que é o passado e que não pára de ser, mas pelo qual todos os presentes passam” (DELEUZE, 2008, p. 45), ambos estão em posição de igualdade, e tanto o que ocorre no presente e o que pode acontecer no futuro dependem desse passado. Deste modo:

A ideia de uma contemporaneidade do presente e do passado tem uma última conseqüência. O passado não só coexiste com o presente que ele foi, mas - como ele se conserva em si (ao passo que o presente passa) - é o passado inteiro, integral, é *todo* o nosso passado que coexiste com cada presente (DELEUZE, 2008, p. 46).

Ao se reportar à memória social, Connerton (1999) explica que “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente” (CONNERTON, 1999, p. 4), ou seja, é o passado que valida a situação atual, de maneira que se as lembranças de dada sociedade são diferentes, os seus membros não conseguem compartilhar experiências ou ideias. Assim, é inútil dissociar o passado do presente:

Daí a dificuldade de extrair o nosso passado do nosso presente: não só porque os factores presentes tendem a influenciar — alguns diriam mesmo distorcer — as nossas recordações do passado, mas também porque os factores passados tendem a influenciar, ou a distorcer, a nossa vivência do presente (CONNERTON, 1999, p. 2).

Segundo Walter Benjamin (1987), “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 224), ou seja, é necessário entender o que de fato aconteceu, aprender com o passado e saber reconhecer quando há iminência da história se repetir. O autor destaca que o assombro no qual vivemos em repetir os eventos do século XX – tais como episódios como a Shoah e as ditaduras – se faz necessária a construção de um conceito de história em que se reflita sobre isso. Para explicar esse ponto de vista, Benjamin (1987) utiliza a metáfora do anjo da história:

Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Assim, é preciso repensar esse passado para haver uma evolução. Benjamin (1987, p. 223) ainda destaca que “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável”, ou seja, falar abertamente sobre o que foi vivido só é possível após reparar esses erros, após essa redenção. Le Goff (1990) compactua da mesma ideia ao citar que a memória “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 447), e que a memória

coletiva de uma sociedade deve ser utilizada como objeto de libertação dos homens. Le Goff (1990) sintetiza que a memória é o lugar da história, enquanto a história mantém a memória.

1.1.4 A perspectiva de Ricoeur sobre os usos e abusos da memória

Ao discorrer sobre as diversas possibilidades de tratamento dado à memória, seus “usos e abusos”, Paul Ricoeur (2007) reporta-se a três níveis distintos de operações da memória: a memória impedida, no nível patológico-terapêutico, a memória manipulada, no nível prático, e a memória obrigada, no nível ético-político, propondo um paralelo entre elas e o esquecimento.

A memória impedida ocorre no nível da memória natural e abriga os traumas e cicatrizes. Porém, segundo Ricoeur, “em circunstâncias particulares, porções inteiras do passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar” (RICOEUR, 2007, p. 453). A memória manipulada decorre de abusos, em sentido estrito, da memória, “que resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder” (RICOEUR, 2007, p. 93). O autor pontua que essas manipulações, ou seja, as coerções explícitas ou disfarçadas exercidas sobre os costumes numa sociedade tradicional devem-se à intervenção da ideologia. Ricoeur (2007) destaca que a ideologia tenta validar a autoridade da ordem ou do poder, “ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados” (RICOEUR, 2007, p. 96). Como já fora mencionado, é impossível que a narração dê conta da totalidade, assim, existe uma seletividade que, nesse caso específico, trabalha por um viés ideológico:

A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (RICOEUR, 2007, p. 455).

Ricoeur (2007) destaca que é justamente a função seletiva da narrativa que executa a ação; é ela que oferece a oportunidade e os meios à manipulação, meios esses que consistem

em estratégias de esquecimento e de reminiscência. O autor explica que isso ocorre, porque a dominação necessita do discurso:

[...] a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação. A própria mais-valia que a ideologia agrega à crença oferecida pelos governados apresenta uma textura narrativa: narrativas de fundação, narrativas de glória e de humilhação alimentam o discurso da lisonja e do medo (RICOEUR, 2007. p. 98).

Nesse contexto, a memória tem o apoio da história oficial, pois, “de fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada” (RICOEUR, 2007, p. 98). Assim, é importante compreender, como destaca o autor, que os abusos da memória se tornaram os abusos do esquecimento. A relação entre a memória manipulada e esquecimento se baseia no uso da seletividade da narrativa. Ricoeur (2007) explica que esse uso seletivo opera na narrativa desde a construção da identidade pessoal até a identidade de um grupo, e destaca como um perigo maior o manuseio da história oficial, uma vez que é autorizada e imposta.

O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (RICOEUR, 2007, p. 455).

A manipulação faz uso de um “impulso orientador” (CONNERTON, 1999, p. 16), que priva os cidadãos de sua própria memória. Conforme Connerton (1999, p. 17) enfatiza, o meio para despojar um país de sua consciência nacional é “o esquecimento organizado”. O autor pontua ainda que “o que horroriza nos regimes totalitários é não só a violação da dignidade humana, mas também o medo de que não fique ninguém que possa, algum dia, testemunhar corretamente sobre o passado” (CONNERTON, 1999, p. 17).

Retornando às reflexões de Ricoeur acerca dos abusos da memória, há que observar que ele atribui ao esquecimento papéis ativos e/ou passivos. A falta excessiva da memória constitui um esquecimento passivo se resulta de um déficit mnemônico, mas, ao caracterizar-se como estratégia de fuga, de esquiva, torna-se ativa:

Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência

esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir (RICOEUR, 2007, p. 456).

Por fim, a última instância defendida por Ricoeur (2007) é a memória obrigada, que pode ser compreendida como um dever da memória, e tem como paralelo o esquecimento comandado ou anistia, que, por sua vez, seria um dever de esquecer. Paul Ricoeur (2007) explica que a ambiguidade que permeia o dever de memória faz com que ele se caracterize, ao mesmo tempo, como “o cúmulo do bom uso e o do abuso no exercício da memória” (RICOEUR, 2007, p. 100), pois, ao mesmo tempo em que guarda os resquícios materiais dos fatos acabados, é utilizado como mecanismo de imposição, gerando obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades afetadas pelo trauma, como podemos observar na passagem a seguir:

Não se trata mais, obviamente, de manipulações no sentido delimitado pela relação ideológica do discurso com o poder, mas, de modo mais sutil, no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama porta-voz da demanda de justiça das vítimas (RICOEUR, 2007, p. 102).

A correspondência dessa memória com o esquecimento diz respeito à questão da anistia ou esquecimento comandado, que “equivaleria a uma amnésia comandada” (RICOEUR, 2007, p. 462), e se trata, portanto, de um dever de esquecimento. O autor, então, descreve a anistia e a compara com a amnésia no seguinte trecho:

Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória (RICOEUR, 2007, p. 460).

Ricoeur (2007) explica que a fronteira entre esquecimento e perdão é ultrapassada, de maneira que “a questão do perdão se coloca onde há condenação e castigo; por outro lado, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão” (RICOEUR, 2007, p. 459), neste ponto pode-se compreender o porquê o autor trata a anistia como um dever de esquecimento: ocorre uma obrigação em perdoar os algozes e, conseqüentemente, em esquecer o que aconteceu. Assim, o autor explica que através do êxito dessa chamada “amnésia comandada”, as memórias coletivas e individuais seriam poupadas da crise em que se permite apropriar-se do passado.

Se esta conseguisse ter êxito – e infelizmente nada se constitui em obstáculo à ultrapassagem da tênue linha de demarcação entre anistia e amnésia -, a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática (RICOEUR, 2007, p. 462).

A anistia e esse esquecimento comandado impedem que exista, de fato, uma remissão com o passado. Entretanto, cabe aqui recordar a perspectiva de Candau, quando afirma que

De um lado, o esquecimento forçado, não consentido, pode levar as memórias concorrentes a se expressar sob formas subterrâneas inquietantes. De outro lado, a memória imposta pelo comemorialismo imperioso (“você tem uma dívida moral, você deve recordar”), pode ser totalmente contraproducente provocando um fenômeno de saturação que, progressivamente, despojará as populações concernentes de toda sensibilidade memorial (CANDAU, 2009, p. 54).

A perspectiva de Paul Ricoeur contribuirá para a nossa análise na medida em que, ao alinhar as operações mnemônicas ao ato de esquecer, nos permite refletir sobre os relatos dos protagonistas. Apesar de ser difícil pontuar em que medida eles podem ser frutos do impedimento ou da manipulação da memória, é possível notar como uma noção se sobressai à outra em cada romance. Se, em *Leite derramado*, o acesso de Eulálio a determinadas lembranças parece ser impedido, determinando um retorno confuso e involuntário, em *a máquina de fazer espanhóis*, António é vítima de uma memória manipulada. A coerção Salazarista está tão arraigada que essas lembranças do período só vêm à tona após o fim do Regime e da perda da esposa. Se o primeiro relato está fundado na vergonha de lembrar, o segundo é marcado pela vergonha de narrar.

Chegamos, assim, ao fim dessas reflexões sobre as teorias relativas aos processos mnemônicos reportando-nos a uma fala de Andreas Huyssen (2000), em que o autor afirma que “a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social” (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

2 A LITERATURA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta certeza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas.

Pierre Nora

No texto seminal intitulado “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora se reporta ao surgimento de uma noção de temporalidade mais rápida durante o século XIX, que, em seu ponto de vista, acabaria por destruir a espontaneidade das memórias coletivas e identifica a necessidade de construção de lugares simbólicos, que venham a garantir a permanência da memória e da identidade coletivas. A esses lugares denominou “lugares de memória”. Ele também estabelece uma polarização entre a memória coletiva e aquela produzida cientificamente pelos historiadores, calcada em um jogo de poder.

Para Nora (1993, p. 13), diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade, “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos”. Assim, “pela sua construção artificial, por ser um discurso livre e por ter a liberdade ficcional de não possuir referentes na realidade” (PEREIRA, 2011, p. 94), a literatura pode constituir um lugar de memória. Se o discurso literário opera como uma invenção, no sentido etimológico do termo, oriundo do latim *invenire*, contém também o duplo sentido de inventar e de inventariar, ou seja, de criar, mas também de descobrir e armazenar elementos necessários à formação de memórias.

Os gregos representavam a memória como Mnemosyne, que “na *Teogonia* de Hesíodo é a musa capaz de revelar tudo o que foi, é e será” (PEREIRA, 2011, p. 94). Conforme Danielle Pereira nos faz lembrar, “a personificação da memória como uma deusa responsável pela poesia traça desde a Antiguidade a sua união à fabulação e ao conhecimento” (PEREIRA, 2011, p. 94). Por meio do mito é possível perceber a força da memória, pois a relação entre Mnemosyne e Zeus deriva do desejo deste de que seus feitos sejam lembrados:

Como consoante a outras histórias que envolvem deidades e potências de criação, nesta Zeus apresenta-se como uma personagem divina, cuja voracidade amorosa encontra na deusa da memória um de seus alvos resistentes. Seu interesse não se apoia apenas na beleza feminina. Zeus precisa de Mnemosyne, porque ela é a portadora de um poder que lhe será fundamental (PEREIRA, 2014, p. 345).

Como consequência das nove noites em que ele a possui, Mnemosyne acaba por dar à luz a nove Musas, que têm ligação com manifestações científicas e artísticas: Calíope, musa da eloquência e da poesia heroica; Clio, musa da história; Érato, musa da poesia lírica e erótica; Euterpe, musa da música; Melpômene, musa da tragédia; Terpsícore, musa da dança; Polímnia, musa da poesia sagrada; Talia, musa da comédia e da festividade, e Urânia, musa da astronomia. Mnemosyne “lembra aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos, preside a poesia lírica” (LE GOFF, 2003, p. 433).

Tal como os poetas evocam as Musas e Mnemosyne, o narrador evoca a memória e a capacidade de narrar para contar sua história. Walter Benjamin (1987), ao discorrer sobre a musa do romance, a rememoração, e a musa da narrativa, a memória, explica que a reminiscência funda o conceito de tradição, por meio da qual os ensinamentos são passados a cada geração. O autor destaca que a rememoração e a memória surgem depois que “a desagregação da poesia épica apagou a unidade de sua origem comum na reminiscência” (BENJAMIN, 1987, p. 211). Ele explica, ainda, o papel atribuído à reminiscência:

Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstraram todos os outros narradores (BENJAMIN, 1987, p. 211).

Ainda calcados no paralelo entre o poeta e o narrador, vejamos a perspectiva de Jacques Le Goff (2003): “o poeta é, pois, um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da Idade Heroica e, por isso, da idade das origens” (LEGOFF, 2003, p. 433). Ele explica ainda que Mnemosyne tem a incumbência de introduzir o poeta nos segredos do Além, revelando o passado. O autor explica que ela age como antídoto do Esquecimento “no inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, ao contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade” (LEGOFF, 1990, p. 434). Assim, “o lugar da memória é, pois, o lugar da imortalidade” (MANTOVANI, 2018, p. 4), pois lembrar é perpetuar experiências e conhecimentos. Juliana Mantovani (2018) explicita essa noção ao discorrer sobre a relação memória, esquecimento e linguagem na Mitologia Grega:

Ainda na Mitologia Grega, o rio Lethes – ou do esquecimento – representa a fronteira entre o mundo dos vivos e dos mortos. Ao morrer e passar pelo rio do esquecimento, seriam perdidas as memórias, as reminiscências dos eventos

passados. Assim, o que separa os vivos dos mortos, e a morte da vida (aquilo que é letal) é o esquecimento, a ausência da memória: e isso confere à memória o poder de permanência da vida (MANTOVANI, 2018, p. 3).

A linguagem utilizada para o registro da memória nasceu dessa tentativa de “eternizar” as lembranças, da necessidade que as pessoas e os grupos têm de guardar o que foi vivido e não esquecer o passado. Por conservar as manifestações culturais, e os diferentes modos de expressão do pensamento humano, a memória não é apenas evocação do passado, ela está presente naquilo que identifica os indivíduos e a coletividade, ou seja, ela é responsável por manter as particularidades que diferenciam as pessoas e as sociedades. A memória e a palavra articulam-se nas narrativas orais, para a sobrevivência das crenças populares, lendas, mitos e a manutenção das tradições, bem como nas narrativas históricas, que concorrem para o estabelecimento de versões oficiais da memória coletiva. Conforme sinaliza Mantovani (2018, p. 5), “é inegável, enfim, a importância da articulação entre a memória e palavra para a construção das identidades ou para a fixação das existências. Algo só é aquilo que fica registrado, a despeito do poder do tempo”.

A concepção da literatura como lugar de memória nos permite considerá-la como o locus onde a palavra literária reelabora aspectos e imagens relativos aos processos mnemônicos, de modo que o imaginário e o vivido, em relação dialética, possam ser assumidos como dimensões da memória.

Dos domínios da imaginação mítica ao imaginário da literatura, a memória percorreu um longo caminho e, indubitavelmente, encontrou na experiência subjetiva do protagonista de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, a sua expressão mais emblemática. Entretanto, como bem sinaliza Andreas Huyssen (2000, p. 9), o mundo contemporâneo tem assistido “à emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”. Se, por um lado, os discursos de memória estão voltados para as crises, traumas e catástrofes do século XX, para fazer frente à perda da consciência histórica e ao uso político da memória, por outro, reflete um crescente temor do esquecimento. De um modo ou de outro, o recurso à memória tem estado cada vez mais presente na literatura contemporânea.

2.1 O recurso à memória na literatura contemporânea

A narrativa de cunho memorialista faz parte do que se convencionou chamar “escritas de si”, ou seja, do conjunto de produções textuais que tem como objeto a subjetividade. No Brasil, constitui uma forte tradição, notadamente desde os fins do século XIX, “quando começaram a surgir os primeiros textos que se pautavam pelo registro de eventos e de recordações relacionados à vida pessoal dos escritores e à sua inserção cultural e identitária na história do país” (SILVA, 2016, p. 1). Nesses textos, memória, narrativa e história estão interligadas. De acordo com Maria Lúcia Dias Mendes,

[...] o termo “memórias” [...] está tradicionalmente ligado às narrativas de vida, desde a origem das línguas romanas. Um *mémoire* é, a princípio, um relato de fatos, a exposição de um tema. O termo “*Mémoires*”, no plural, está ligado à recapitulação, à inscrição em *mémoire* de acontecimentos aos quais o autor teve acesso direto e que possibilitam a sua rememoração. O memorialista não é um historiador, nem um cronista apenas, trata-se, na verdade, de uma testemunha da História. Seu testemunho restringe-se aos acontecimentos ao quais ele esteve ligado – como ator ou expectador (sic). Para escrever, o autor normalmente recorre a testemunhos de outras pessoas presentes ou mesmo a fontes documentais; contudo é a primeira pessoa que toma a frente na narração, organizando os fatos de acordo com a perspectiva pessoal de um indivíduo em particular (MENDES, 2007, p. 37-38).

Na década de 1980, Silviano Santiago, em seu artigo “Prosa literária atual no Brasil”, identificou a coexistência de dois tipos de narrativas vinculadas à memória: as memorialistas, segundo ele, produzidas tardiamente por modernistas, e as mais legitimamente autobiográficas, produzidas por jovens políticos exilados, relatando suas memórias dos tempos de ditadura no Brasil (SANTIAGO, 2002, p. 34-35). Entretanto, conforme sinaliza Bruno Ferrari (2015), a literatura brasileira contemporânea é profícua em escritas de si, gerando a emergência de novas formas a partir da problematização da memória e da escrita autobiográfica, como, por exemplo, a autoficção. Dado o escopo de nossa investigação, abordaremos duas vertentes específicas que se imbricam no universo ficcional dos romances de Mãe e Buarque: as narrativas memorialistas e testemunhais.

Jeanne Marie Gagnebin (2006) afirma que as narrativas de cunho testemunhal se tornaram recorrentes durante o século XX, não somente, mas também por conta da Shoah. Segundo a autora, “o nome de 'Auschwitz', símbolo da Shoah, continua sendo o emblema daquilo que *não pode, não deve ser esquecido*: daquilo que nos impõe um 'dever de memória’” (GAGNEBIN, 2006, p. 98, grifo do autor), para que o horror não se repita. Essa

noção é reiterada por outros autores, como Fabrício Araújo (2016), ao destacar como esse horror e essa opressão foram difundidos também por meio do cinema e das obras de arte:

Há anos a questão do Holocausto ou Shoah recebe variadas abordagens em sua representação nas diferentes sociedades humanas, como, por exemplo, nas narrativas historiográficas, na literatura, nos quadrinhos, no cinema, e nas belas artes como um todo. Essas manifestações cooperam para a construção da memória e do testemunho desses sobreviventes, que, apesar da constante aflição da rememoração, revelam suas histórias (ARAÚJO, 2016, p. 50).

Além dos genocídios, narrativas de cunho memorialístico e testemunhal abrangem também os regimes ditatoriais, relatos que transitam entre a necessidade de lembrar e a impossibilidade de esquecer os fatos ocorridos (SILVA, 2019, p. 2). Alguns teóricos, como Huyssen (2000), alertam para o fato de que a exploração midiática desses acontecimentos pode ter um efeito contrário, levando à banalização e ao esquecimento, entretanto, há um consenso de que apenas a rememoração pode impedir a repetição de feridas históricas.

Para Beatriz Sarlo (2007), esses textos com respaldo de testemunhos “são versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado” (SARLO, 2007, p. 14). A autora pontua que a memória foi um dever na maioria dos países latinos, em especial à Argentina pós-ditadura:

O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas não tivessem existido (SARLO, 2007, p. 20).

Acerca da nomenclatura “literatura de testemunho”, Raysa L. da Silva (2019) explica que o gênero se expandiu para diversas regiões do mundo, pois, como anteriormente explicado, enquadra também a literatura sobre outros tipos de coerção. Para Seligmann-Silva (2008), o “conceito de testemunho adquiriu uma centralidade enorme no contexto da resistência às ditaduras” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 74), pois consistem no relato de situações de extrema violência física e psíquica que geram um trauma profundo nos sobreviventes.

Conforme, Ettore Finazzi-Agrò (2014) nos faz lembrar, “a violência como manifestação extrema e esmagadora do Outro nunca encontrou uma forma tão contundente de denunciar a opressão e o massacre dos inermes como aquela do discurso literário” (FINAZZI-

AGRÒ, 2014, p. 180). Se o horror é indizível, intraduzível em sua plenitude, somente a literatura foi capaz de aproximar-se da contundência dos fatos.

Os protagonistas de *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado* encontram-se em outra margem da história. Não são vítimas e, de certo modo, contribuíram para destruição de outros seres humanos. Porém, é pelos meandros tortuosos da memória que suas histórias pessoais e as de outros personagens são narradas, tendo, como pano de fundo, acontecimentos históricos que, em última instância, provocam-lhes uma sensação de culpa, da qual pretendem eximir-se por meio da narrativa.

Como destaca Shirley Carreira (2013), a linguagem não consegue dar conta de uma narração completa dos horrores passados, todavia falar a respeito acaba sendo um compromisso com as vítimas, um acordo de que o sofrimento não foi em vão e que não será esquecido:

Narrar o trauma pressupõe reconhecer a insuficiência da linguagem em representar um momento de horror. Falar sobre a guerra, narrá-la, além de ser uma atitude ética para com aqueles que não sobreviveram a ela, pode ser a única forma de exorcizar o medo; e, se assim não for, pelo menos, que seja mais uma oportunidade dada ao homem de aprender com a História (CARREIRA, 2013, p. 14).

Seligmann-Silva (2008) afirma que “o trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70). Dessa maneira, o autor demarca que o testemunho é um “híbrido de singularidade e de imaginação, como evento que oscila entre a literalidade traumática e a literatura imaginativa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72), misturando o real e o imaginário. Ainda segundo o autor, houve uma virada culturalista nas ciências humanas no século XX, quando “a memória passou a ocupar um lugar de destaque, submetendo a quase onipresença da historiografia no que tange à escritura de nosso passado” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73). Nessa nova perspectiva, a memória se submete à história, de maneira que, como destaca Seligmann-Silva (2008), o testemunho é uma variante da memória.

Outro ponto relevante acerca desse tema diz respeito ao que destaca Fernando Frochtengarten (2005), ao afirmar que “o passado narrado carrega uma opinião” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 372), ou seja, as lembranças narradas são perspectivas sobre o que foi vivido. A narração é um ponto de vista sobre a situação, permeado pelo julgamento do narrador.

Nesse ponto, cumpre-nos lembrar de que os narradores Eulálio e António fornecem uma perspectiva unilateral sobre os acontecimentos, que não corresponde a uma tradução total e literal das lembranças. A noção de uma literatura memorialista já pressupõe um ponto de vista único diante de um acontecimento e esse fato é evidenciado por meio das narrações, pois o ponto de vista é limitado e há a tendência ao uso do discurso em favor próprio.

Frochtengarten (2005) argumenta que o ato de narrar trata de coordenar o que se vê, aquilo que se diz e o que se escreve. Desse modo, ele pontua que é por meio dessa organização de ideias que é possível reconstruir o passado, para que se possa ressignificar o que foi vivido. A narração de memórias não é categórica, “quando conta sua biografia, o memorialista não tem a oferecer um discurso completo e definitivo sobre o vivido. Uma narração é uma prática da linguagem em processo e que se renova a cada experiência de recordar, pensar e contar” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374). Essa reconstrução processual da memória permite dar novos significados ao passado, mas é também aberta à volatilidade das lembranças. A cada narração a respeito de uma mesma situação, um detalhe novo pode ser adicionado à história. Nos romances, Eulálio e António frequentemente narram uma lembrança e retomam-na em seguida, incluindo sempre um novo elemento, pois a memória acontece nesse vai e vem de recordações. Nas duas obras, há uma dupla focalização dos narradores, que ora se colocam como objeto da narrativa, ora como testemunhas.

2.1.1 Ficção, memória e testemunho

Como já dissemos anteriormente, o período histórico do século XX foi propício para uma escrita baseada nas memórias e testemunhos, assim, esta seção tratará mais especificamente da literatura de testemunho. Segundo Seligmann-Silva,

De um lado, a noção é pensada, no âmbito europeu e norte-americano, a partir da experiência histórica dessas regiões e países, de outro, o conceito de “testimonio” tem sido pensado a partir da experiência histórica e literária da América Latina. Antes de mais nada, os próprios eventos que estão na base dos discursos sobre o testemunho definem as características que cada um deles assume. Se, no primeiro âmbito, o trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah determina em boa parte as discussões, na América Latina, o ponto de partida é constituído pelas experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 86).

Esses dois âmbitos, a par de tratarem de eventos diferentes, têm um elemento em comum: a inscrição das memórias. Tomando como exemplo a Shoah, Seligmann-Silva (2005) afirma que existe um caráter social nesse tipo de relato, ao agregar um grupo de pessoas que vivenciou aquela situação traumática:

O testemunho possui um papel de aglutinador de um grupo de pessoas — antes de mais nada, em se tratando da Shoah, dos próprios judeus — que constroem a sua identidade a partir dessa identificação com essa “*memória coletiva*” de perseguições, de mortes e dos sobreviventes. Na “era das catástrofes” a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com base na “grande narrativa” dos fatos e personagens heróicos e a enfatizar as rupturas e derrotas. Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos “vencidos” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 87-88).

Nesse sentido, o testemunho age como um guardião da memória coletiva de um grupo específico, o das vítimas. Por outro lado, o “testimonio” tem uma perspectiva diferente, e o autor explica que nessa vertente, além de uma necessidade de falar, existe a necessidade de haver justiça.

Evidentemente, o *ponto de vista* é essencial aqui, e o *testimonio* é parte da política tanto da *memória* como da *história*. Se esses dois âmbitos (o da memória e da historiografia) devem permanecer unidos e comunicantes ao pensarmos o testemunho da Shoah, para evitarmos tanto a tabuização do evento como a sua catapultagem para fora do histórico, no *testimonio* percebe-se uma tendência para a simbiose entre essas duas formas de lidar com o passado. Pode-se falar também de uma *necessidade* de se testemunhar, tanto nos autores de testemunho da Shoah como nos de *testimonios*. Mas, no primeiro caso, tende-se a compreender essa necessidade não só em termos jurídicos, mas também a partir da chave do trauma, enquanto na literatura de *testimonio* a necessidade é entendida quase que exclusivamente em um sentido de necessidade de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do “herói” e de se conquistar uma voz para o “subalterno” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89-90, grifo do autor).

Assim, se em uma escrita o viés é pela busca da identificação, o outro é a busca por justiça. O autor explica que a disseminação do “testimonio” aconteceu a partir dos anos sessenta nos países de língua espanhola, e pontua que, nesse caso, “a ‘política da memória’, que também marca as discussões em torno da Shoah, possui na América Latina um peso muito mais de política ‘partidária’ do que ‘cultural’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89), ocorrendo uma convergência entre literatura e política. Compreende-se, portanto, que na primeira vertente os relatos trazem a história da cultura, enquanto na segunda a inscrição é utilizada para fazer justiça.

A narrativa de cunho testemunhal, seja oral ou escrita, é firmada pelo viés da memória. Essa, por sua vez, não é confiável. E, como mencionado anteriormente, é oscilante e duvidosa. Deste modo, Patrícia Porto (2011), ao falar sobre o discurso memorialista, alerta para o fato de que esse tipo de escrita “passeia entre os fatos e os devaneios, entre as imagens da imaginação e da memória, entre os tempos pretéritos e o desejo do tempo futuro” (PORTO, 2011, p. 439), demarcando, portanto, que existe uma ambiguidade na narração. Assim, ao longo da pesquisa, pudemos observar que, em ambas as narrativas, os protagonistas acabam misturando lembranças reais com situações imaginárias e que esse esbatimento de fronteiras é proposital.

Fernando Kolleritz (2004) explica que o estilo testemunhal diz respeito a uma experiência cognitiva, em que “viu-se, ouviu-se algo que agora se transmite sob forma escrita ou oral” (KOLLERITZ, 2004, p. 74), ou seja, propicia um aprendizado que é compartilhado com outros. O autor pontua também o fator da confiabilidade, pois é necessário haver um trato entre quem conta a história e o seu ouvinte ou leitor:

O ato de testemunhar tem sentido apenas porque julgamos que alguém é capaz de dizer a verdade. Confia-se em primeiro lugar na capacidade cognitiva de um outro, na sua capacidade pura e simples de presenciar, com olho, ouvido (olfato, tato e paladar) e cérebro bem conformados. O campo da confiança, aliás, amplia-se. Se a testemunha pretende enunciar a verdade, se está comprometida moralmente, também o interlocutor há de receber com confiança as palavras, há de fiar-se, abandonar-se a um tipo de boa-fé básica, acolhendo a verdade de outrem; um acontecimento intersubjetivo acabou de acontecer, indissolúvelmente moral e social. Do fato passou-se para o valor, isto é, o fato está na dependência do compromisso e da confiança (KOLLERITZ, 2004, p. 74).

Esse contrato entre o emissor e o receptor da mensagem, embora essencial, nem sempre se dá de maneira clara na narrativa. No caso específico de Eulálio, o protagonista de *Leite derramado*, há uma imprecisão quanto à figura do receptor, que ora parece ser a enfermeira, ora a filha e, ainda, um ouvinte imaginário. A relevância desse pacto reside no fato de que a confiabilidade do relato depende em grande parte do modo de narrar. Deste modo, é importante compreender o papel do narrador no pacto, uma vez que a memória é seletiva e formada por lacunas e esquecimentos, conforme as experiências e preferências do narrador (MANTOVANI, 2018).

Uma característica inerente ao narrador memorialístico é a necessidade de recontar uma mesma história, muitas vezes, por diferentes ângulos. Nesse jogo entre o dito e o não dito, entre o que é lembrado e o que é propositalmente esquecido, a narrativa é construída. Em uma narrativa memorialística, a análise das escolhas e das palavras do narrador é mais

importante do que a busca de uma suposta verdade, uma vez que “é a dupla mediação desses elementos que constrói uma versão do fato e perpetua aquela verdade, mesmo que temporal” (MANTOVANI, 2018, p. 9). Cabe, portanto, ao narrador a escolha de narrar ou omitir um determinado acontecimento, com a ressalva de que o modo de narrar diz mais a respeito dele próprio do que sobre o que está sendo narrado, razão pela qual o leitor de *a máquina de fazer espanhóis* e de *Leite derramado* é levado a desconfiar da veracidade absoluta das narrativas.

O jogo de exposição e ocultamento faz parte da escrita memorialista, pois as narrativas pautadas na memória são feitas de lembranças e esquecimentos:

A memória e a palavra, portanto, se associam, se sustentam, dialeticamente, em conjunção entre palavra (o dito e o não dito) e lembrança (o lembrado e o não lembrado), em uma tensão harmônica entre os elementos polares, que não hão de se excluir, mas de se completar. As narrativas de memórias fluem nessa tensão de opostos, na qual o visto mesclasse ao não visto, e as lacunas, os vazios, os espaços em branco, os silêncios se tornam significativos, sendo figurados como parte de uma dialética imprescindível, em que essa tensão harmônica entre o dizer e o calar, o mostrar e o velar provocam efeitos de sugestão capazes de iludir (do latim ludus), isso é, jogar, brincar com o evento narrado e com o leitor (MANTOVANI, 2018, p. 9).

Por meio desse jogo, o leitor pode ser induzido a ter percepções de acordo com o que o narrador deseja, ainda que os índices textuais apontem em outra direção, como exemplo, nas situações narradas por Eulálio e António, em que, ambos idosos, tentam se eximir de culpa por erros passados.

Se, como Beatriz Sarlo (2007) enfatiza, a literatura testemunhal restaurou a “razão do sujeito”, porque “[...] a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007, p. 19), não se pode dizer o mesmo da ficção sobre a memória, que expõe um esbatimento de fronteiras mesmo quando pretensamente se constrói como um discurso emanado do real.

Desse modo, recorreremos à afirmação de Ettore Finazzi-Agrò (2014) ao destacar que os textos literários têm uma vantagem em relação aos depoimentos pessoais, que é “aquela margem de liberdade que permite aos escritores mergulhar no horror ou se distanciar dele para denunciar o grotesco que muitas vezes se associa ao nefando” (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 187). Todavia, ressalta que, apesar dessa seleção, o testemunho é baseado na confiabilidade, em um pacto de verossimilhança:

De resto, o testemunho é sim marcado pela “fiabilidade” ou pela “confiança”, mas em qualquer depoimento ecoa ainda e sempre a origem latina do auctor fio, ou seja,

a fórmula antiga pela qual alguém se declarava “autor” e garantia de uma verdade que dependia da sua interpretação dos fatos (FINAZZI-AGRÓ, 2014, p.187-188).

Nas narrativas memorialísticas ou testemunhais, a confiança não se limita a quem narra o trauma, mas se estende à situação narrada. A veracidade do fato narrado pode ser desafiada mediante a dificuldade de confiar totalmente na memória, pois, sendo o passado inacessível, há sempre “a possibilidade de se contestar a veracidade dos relatos memorialísticos” (ARAÚJO, 2016, p. 59). A sua aceitação depende da crença de que aquilo de fato aconteceu e de que a recuperação da memória está acontecendo minimamente de maneira efetiva, ou seja, depende do pacto entre narrador e leitor.

Fernando Kolleritz explica detalhadamente a relação entre testemunho e fidelidade do discurso ao afirmar que

Ver, verdadeiramente ver, é, ao mesmo tempo, tornar-se responsável por uma verdade. Carrega-se o passado para o presente, mantém-se viva uma realidade. A fidelidade da testemunha preserva o real, reserva-o, se quiser... enquanto puder... Filho da memória e do esquecimento, a duplo título o testemunho é subjetivo. Percepções agudas, lacunas prováveis: a subjetividade contém as duas dimensões, presenças simultâneas da consciência e da inconsciência (KOLLERITZ, 2004, p. 75).

Quem testemunha um fato acaba por firmar um compromisso com a verdade daquele acontecimento. Todavia, o testemunho é igualmente feito de lembrança e esquecimento. Reiterando o que já foi mencionado, Seligmann-Silva (2008, p. 72) sintetiza o “dialogismo do testemunho”, em que ocorre uma troca entre quem narra e quem escuta, de maneira que para haver o testemunho é preciso ter quem os ouça. Ele explica que esse dialogismo conduz “para o campo da pragmática do testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72). O autor destaca ainda que a testemunha se torna um exemplo, assim como o episódio vivido:

Sabemos do valor atribuído em nossa sociedade aos sobreviventes. Eles representam exemplos únicos daqueles que viram de perto atrocidades inomináveis. Eles portam estas verdades e são tratados como porta-vozes delas. Esta unicidade paradoxal do testemunho, que desafia a linguagem, levou também ao discurso da unicidade das catástrofes (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73).

Se a imaginação é um meio para a narração do trauma, é fato que “a subjetividade traz em si a ficção” (SILVA, 2019, p. 12), pois, o contexto histórico no qual o narrador faz parte também é relevante. Assim, “em situações de rupturas sociais e crises históricas resultantes de regimes ditatoriais, devem ser consideradas as limitações a que a subjetividade está exposta” (UMBACH, 2010, p. 106), uma vez que a não literalidade, os julgamentos de valor, os pontos

de vistas são todos influenciados pelos meios sociais. Segundo Rosani Umbach (2010, p. 107), nessas circunstâncias específicas, “em situações de repressão e de censura, os escritores por vezes são impedidos de relatar suas experiências em autobiografias, recorrendo, então, à ficção na qual as personagens têm possibilidade de “rememorar” eventos passados”. A rememoração ocorre de forma particularizada, segundo um critério próprio de seleção e organização das experiências. Deste modo, as imagens reais podem ficar justapostas com memórias criadas, uma vez que a literatura permite

adivinhar os silêncios, os desvios e as lacunas, propositais ou não, da escrita historiográfica. Por apostar no dilema e no paradoxo, o discurso literário abdica da totalidade. Por isso, falhas e rasuras não podem ser vistas como “erros”, mas como instrumentos sem os quais o discurso literário não se construiria em sua ambiguidade e polissemia (PEREIRA, 2011, p. 96).

Ao criar uma espécie de *metamemória* literária, o narrador memorialista engendra um jogo de linguagem onde as entrelinhas correspondem às linhas e vice-versa para compor o ato de criação (PORTO, 2011, p. 433). Assim, nas ficções da memória, alguns aspectos de um mesmo episódio são narrados com uma riqueza maior de informações que outros, certos detalhes têm uma maior relevância para um acontecimento específico e cabe ao narrador demarcar essa importância ao narrar ou ocultar.

2.1.2 A memória de velhos

A máquina de fazer espanhóis e *Leite derramado* têm vários aspectos em comum, dentre eles, a condição dos narradores. Além de testemunhas de eventos históricos traumáticos, Eulálio d’Assumpção e António Jorge Silva são dois idosos que, em circunstâncias adversas, rememoram a própria história. A par da narração memorialista já ser por si só subjetiva, a faixa etária dos narradores contribui para pôr em xeque a credibilidade do discurso. Nessas narrativas, o esquecimento e os “contornos ilusórios”, mencionados por Halbwachs (1990), provocados pelo fato de serem idosos, permeiam os relatos, cujo fluxo é instável, convocando o leitor a preencher as lacunas.

Estigmatizados e colocados à margem da coletividade, como seres improdutivos, os velhos frequentemente sentem uma sensação de deslocamento temporal, uma espécie de anacronia simbólica que resulta na desvalorização da sua história e da sua identidade

(BEZERRA; LEBEDEFF, 2013). Como Carreira (2016) sinaliza, “nos grupamentos sociais antigos, cabia aos idosos a função de guardiões da memória. Eles eram responsáveis pela transmissão de fatos e experiências essenciais à sobrevivência do grupo” (CARREIRA, 2016, p. 49), perpetuando a tradição.

Em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi (1979) aborda a memória do ancião em uma perspectiva sociológica. Ao retomar a teorização de Bergson acerca da memória, a autora pontua que na velhice, assim como na adolescência, há crises identitárias, todavia, esclarece que, se na adolescência a crise é motivada por um momento transição, na velhice é derivada de um declínio. Segundo a autora, ao discorrer sobre a velhice na sociedade industrial, por não mais exercer as mesmas atividades laborais de antes, o idoso se sente um indivíduo diminuído e entrega-se à rememoração do passado. Pode-se compreender que essa reflexão a partir das memórias do passado pode ser justamente a agente causadora dessa crise durante a velhice, uma vez que se volta para o tempo vivido, para o que se fez, para o que se deixou de fazer, bem como para as falhas cometidas. António Silva e Eulálio d’Assumpção são dois velhos que carregam essas angústias devido aos erros do passado e evidenciam isso ao longo das narrativas.

Acerca dessa característica da velhice, Bezerra e Lebedeff (2013) destacam que a recordação presente na vida dos idosos, além da nostalgia, se reveste da urgência de narrar o passado:

Acredita-se que a rememoração seja um ato constante na vida do idoso que, em momentos de ócio, transcorre longos períodos de imersão no passado. Antes de ser um ato nostálgico por natureza, propõe-se a escuta das histórias de idosos, carentes de vínculos familiares e sociais, como um ato terapêutico em si, além de uma contribuição para a memória social a qual acrescentam com sua visão de mundo (BEZERRA; LEBEDEFF, 2013, p. 62).

Essa contribuição para memória social é reafirmada por Ecléa Bosi (1979) ao enfatizar o papel do velho enquanto o guardião da memória coletiva como um elemento necessário à conservação da tradição, porque o interesse do ancião se volta para o passado, buscando entender o que já aconteceu, questionando e relembando os detalhes. De maneira que ele faz uso dessa reflexão e da experiência para aconselhar e transmitir sua experiência para os mais novos. Esse ponto de vista é compartilhado por Lycia Rinco Borges Procópio e Livia Godinho Nery Gomes Azevedo (2019), que associam os idosos à apropriação e preservação da ancestralidade. Entretanto, os dois romances que compõem o corpus ficcional desta dissertação nos mostram facetas problemáticas da velhice, pois os dois protagonistas têm em

seu passado atos dos quais se envergonham e, no caso de Eulálio Assumpção, especificamente, a tradição que ele buscou preservar ao longo da vida era pautada em uma assimetria social que gerava o racismo e a discriminação.

A urgência em narrar, comum aos idosos, está associada à proximidade da morte. Segundo Pollak (1989) “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p. 7). Em *a máquina de fazer espanhóis*, a narração tem início após António Silva ser enviado ao Lar da Feliz Idade, já em *Leite derramado*, a narração começa após Eulálio d’Assumpção ser internado em um hospital público. A idade já avançada, os 84 anos de um e os quase 100 do outro, respectivamente, e a sensação de proximidade do fim da vida funcionam como um gatilho para que o processo de narrar as memórias se inicie. O medo do esquecimento desperta a vontade da inscrição do passado, pois o ato de narrar enseja a imortalidade adquirida por meio da escrita.

É preciso destacar a importância das lembranças retomadas pelos mais velhos, pois como salienta Marilena Chauí (1979), “a função social do velho é lembrar e aconselhar - *memini, moneo* - unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir” (CHAUÍ, 1979, p. 18), ou seja, é o velho ao lembrar e narrar que realiza uma ponte entre o passado e o presente. Assim, Patrícia Porto (2011) destaca que as memórias do velho possuem o fator da experiência a seu favor, pois a velhice proporciona uma sabedoria que os mais novos não possuem.

Nenhuma lembrança poderá ser mais presente e flagrante que aquela que nos são oferecidas pelos mais velhos e os mais experientes. Porque a lembrança do velho é uma lembrança trabalhada artesanalmente pela memória de quem olha para a passagem do tempo com a sabedoria da lavoura, do trabalho de quem semeia de memória a própria existência (PORTO, 2011, p. 433-434).

A autora explica que os velhos já têm a consciência da sua própria condição, e, portanto, “conhecem da sabedoria a capacidade de, partindo do imaginário, significar o real. São grandes memorialistas e ficcionistas” (PORTO, 2011, p. 434). Essa noção de utilizar a sabedoria para narrar retoma as postulações feitas por Walter Benjamin (1987) em “O Narrador”, ao afirmar que “o narrador é um homem que sabe dar conselhos” (BENJAMIN, 1987, p. 200). É necessário que esse narrador olhe para o passado, refletindo a respeito, de modo a transmitir seus ensinamentos. Benjamin (1987) diz que a maior fonte utilizada pelos narradores é exatamente essa experiência; assim, as histórias escritas que mais se aproximam das histórias orais contadas pelos narradores anônimos são tidas como as melhores. Entre

esses narradores anônimos havia dois tipos que se destacavam: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante, conforme podemos constatar na passagem a seguir:

A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores (BENJAMIN, 1987, p. 198-199).

O autor ressalta que, apesar desses dois tipos serem os dos primeiros narradores, foram os artesãos que aperfeiçoaram a arte da narração. Benjamin explica que “no sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário” (BENJAMIN, 1987, p. 199). O artesão era aquele capaz de tecer com sabedoria os conhecimentos dos dois grupos. Benjamin (1987) esclarece que essa sabedoria é crucial para o ato de narrar:

Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definhando porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção (BENJAMIN, 1987, p. 200-201).

Se por um lado, conforme afirma Benjamin (1987), a narrativa é uma forma artesanal de comunicação, por outro, segundo Bosi (1979), a narração não tenta transmitir como um fato aconteceu, mas como se tece e se transforma. Assim, “o saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência” (BENJAMIN, 1987, p. 202-203). O velho possui essa autoridade no discurso por meio da experiência, e “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível” (BENJAMIN, 1987, p. 207).

Em consonância, Myriam Moraes Lins de Barros (2006), em seu artigo, explica que essa experiência de vida é a base das narrativas memorialistas, e, para esse sujeito que recupera as lembranças, essa experiência representa uma análise do próprio passado. O velho acumula sabedoria e, por conta disso, possui essa autoridade na narração. “Por ter

acompanhado mais gerações, por ter presenciado o maior número de mudanças sociais, terá um cabedal de histórias e memórias mais extenso que um (a) jovem ou uma criança” (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 14).

Os protagonistas dos romances, António e Eulálio, são homens que viveram períodos históricos importantes, e, por conta da idade, acompanharam as diferentes transformações sociais. Enquanto António Silva, por meio de seu discurso, demarca a diferença entre a época do salazarismo e o período atual, Eulálio d’Assumpção recupera a história familiar e os diferentes contextos históricos desde o fim da escravidão até a ditadura militar. Myriam Moraes Lins de Barros (2006), ao pontuar que esse narrador age como um mediador de gerações, afirma:

Quem transmite suas lembranças é, na verdade, um mediador entre gerações. É alguém que se percebe como conhecedor das transformações porque as viveu e seus depoimentos são uma apreensão das mudanças sociais, como as que estão aparentes nas marcas da cidade, nas relações de trabalho, na família e nas relações de gênero. Resgata-se, desta forma, a ideia da memória como sendo uma sugestão para a continuação da história que está sendo narrada (LINS DE BARROS, 2006, p. 7).

Os relatos expõem as marcas dessa mudança do período. Através da narrativa e até da própria forma de narrar é possível perceber a passagem do tempo. Se em *Leite derramado*, Eulálio tenta esconder os resquícios do seu preconceito, porque no momento da narração o racismo já é algo a ser combatido, em *a máquina de fazer espanhóis*, António consegue falar a respeito da ditadura com mais liberdade, pois o período salazarista já passou. O momento das lembranças é um e o da narração é outro, e a fala das personagens demonstra essa diferença. Acerca do vínculo da narrativa memorialística com o cenário histórico, Patrícia Porto (2011) destaca que um indivíduo, quando narra a própria história, conta também a história do meio que o cerca, uma vez que toda memória individual pertence a uma memória coletiva:

Ao narrar, estamos sempre no entorno e no centro, pois o sujeito que narra não conta a história de si mesmo sem narrar a história dos que viveram com ele, dos que lutaram com ele, dos que caíram com ele, dos que foram silenciados com ele, dos que voltaram a falar com e através dele. Nessa percepção, o sujeito que narra literariamente num determinado Tempo e Espaço, dilatado ele também como um coletivo de vozes, um ser plural, uma legião, pois dele ouviremos e/ou leremos as ressonâncias de um ou vários grupos sociais com os seus mais distintos signos, toda uma poética que, singular, é plural (PORTO, 2011, p. 437).

Nos relatos de Eulálio e de António, as falas específicas a respeito da família trazem implícitas as características dos contextos históricos. Enquanto os grupos familiares são

descritos pelos narradores com mais detalhes, visto que esse é o traço principal da narrativa de memórias, o contexto social surge como um plano de fundo. O caráter testemunhal assoma na descrição do impacto dos regimes políticos sobre as histórias pessoais.

Outra marca relevante na narrativa dos dois idosos é a fluidez temporal, pois os eventos do passado misturam-se aos do tempo presente, em um ir e vir constante. As imagens do passado ficam justapostas às imagens do presente. Acerca dessas memórias recuperadas pelos velhos, Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa (2011) destaca que ao evocarem essas lembranças, elas se tornam presentes, assim “contar causos é (re)viver o passado e misturá-lo ao presente. As imagens do visto e do vivido passam a ter sentido porque o contador alia ao seu repertório de experiências passadas às experiências presentes” (BARBOSA, 2011, p. 68), e o narrador tece a narração de maneira a unir as aprendizagens.

Retornando à perspectiva de Bergson, mencionada no primeiro capítulo desta dissertação, a recordação só é evocada quando relevante para o momento atual. Na hora em que o narrador resolve aconselhar, ele atrela o que aprendeu no passado com as ponderações elaboradas no presente. Todavia, o autor destaca que “lembrar o passado pode ser algo prazeroso, mas também pode evocar situações conflitantes, que marcaram a vida do contador” (BARBOSA, 2011, p. 72). Ao narrar suas histórias, Eulálio e António precisam lidar com os erros cometidos no passado e as angústias que sentem em relação a determinadas lembranças. O desconforto de ambos ao narrar certas situações é perceptível nos relatos, mas a omissão acarretaria a perda de dados importantes de suas respectivas histórias. É, por fim, nessa relação paradoxal, de atração e repulsa, na tentativa de conciliação entre memória e história, que *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado* são construídos.

3 MEMÓRIA, FICÇÃO E HISTÓRIA EM *A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS E LEITE DERRAMADO*

As obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem uma presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história.

(*CHARTIER, 2010, p. 21*)

Nos primeiros capítulos desta dissertação, explicitamos as bases teóricas dos estudos sobre a memória que nortearão nossa análise dos romances de Valter Hugo Mãe e Chico Buarque, haja vista que a memória subjetiva dos protagonistas está imbricada às “refrações que projetam em fragmentos de uma pressuposta memória coletiva” (FANTIN, 2016, p. 354), com foco em acontecimentos históricos. As relações entre memória, ficção e história problematizam o modo como a presença do passado nos romances enseja reflexões sobre o contexto sócio-histórico e cultural contemporâneo (RAPOSO; RODRIGUES, 2014).

Como foi anteriormente mencionado, é o deslocamento das personagens para lugares onde se veem privadas do ambiente familiar que suscita a emergência da memória e, em desdobramento, reflexões sobre o passado e presente.

Em *a máquina de fazer espanhóis*, o protagonista, António Jorge Silva, é um homem de 84 anos, que passou 48 deles junto da sua esposa Laura, com quem teve dois filhos. Após a morte da esposa, António é enviado pela filha ao Lar da Feliz Idade, uma casa de repouso para idosos:

a laura morreu, pegaram em mim e puseram-me no lar com dois sacos de roupa e um álbum de fotografias foi o que fizeram. depois, nessa mesma tarde, levaram o álbum porque achavam que ia servir apenas para que eu cultivasse a dor de perder a minha mulher (MÃE, 2016, p. 37).

A retirada do álbum, forma concreta de conexão com o passado, aponta para uma estratégia voltada ao esquecimento, cuja finalidade é facilitar a vida dos cuidadores. Entretanto, no caso específico de António, a estratégia tem um efeito inverso. Homem afeito à vida em família, ao sentir-se abandonado pelos filhos, ele se vê obrigado a interagir com os outros idosos do Lar, e a partir desse momento, lembranças que estavam esquecidas emergem.

Natasha Otsuka (2016) destaca que esse contato faz com que António compreenda a necessidade de repensar o coletivo. Por meio dessa nova condição, reflexões são realizadas e acontecimentos são lembrados. Segundo Carreira, essas lembranças correspondem em boa parte ao período histórico do salazarismo em Portugal:

À medida que os dias passam, ele percebe que, para que outros sejam admitidos no Lar, alguém tem de morrer. A consciência de que aquele é um local onde está à espera da morte suscita reflexões sobre coisas que sua mente havia apagado com o tempo. Silva concentra as suas lembranças a partir de 1950, mais especificamente no período em que Salazar esteve no poder, quando os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo foram implantados e divulgados como verdades essenciais para os portugueses (CARREIRA, 2016, p. 58).

De modo semelhante, em *Leite derramado*, Eulálio d'Assumpção narra suas memórias após precisar ir para um hospital público. No leito, o idoso, quase centenário, conta a sua história pretendendo que ela seja ouvida e escrita: “estou pensando alto para que você me escute. E falo devagar, como quem escreve, para que você me transcreva sem precisar ser taquígrafa, você está aí?” (BUARQUE, 2009, p. 7). Percebe-se na fala do narrador a necessidade de ter uma escuta. Essa passagem evoca a argumentação de Pollak (1989) sobre a necessidade do idoso de narrar suas memórias ao sentir-se perto do fim. Esse ouvinte não é identificado, posto que a cada pessoa presente Eulálio narra uma parte da vida, “o que lhe vem ao momento, e em seguida o que se associa à primeira lembrança, assim continuamente, com pequenos esboços do presente, e muitas incursões ao passado” (CALDERANO, 2019, p. 122) e o próprio narrador não parece estar certo de sua identidade:

E qualquer coisa que eu recorde agora, vai doer, a memória é uma vasta ferida. Mas nem assim você me dá os remédios, você é meio desumana. Acho que nem é da enfermagem, nunca vi essa sua cara por aqui. Claro, você é minha filha que estava na contraluz, me dê um beijo. Eu ia mesmo telefonar para me fazer companhia, me ler jornais, romances russos (BUARQUE, 2009, p. 10-11).

Por meio da citação, também é possível perceber que, para o narrador, lembrar é um processo doloroso. Segundo Chauí, “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição” (CHAUÍ, *apud* BOSI, 1994, p. 20). A percepção do presente à luz do passado é atingida de modo tortuoso. Devido à sua idade avançada, Eulálio se entrega a um fluxo intermitente da memória, que rememora a ascensão e o declínio da família Assumpção, passando por mais de cem anos de História do Brasil, desde o fim do período escravocrata até

a ditadura militar, em 1964, uma vez que seu relato abrange desde a história do tetravô até a dos netos.

Por estarem ancoradas na memória, as narrativas de ambos os romances são bastante fragmentadas, misturando passado e presente. A dialética entre a memória e o esquecimento, a escolha entre o que narrar e o que silenciar, perpassa as narrativas. Em *Leite derramado*, há um esbatimento de fronteiras entre o real e o irreal, um estado de confusão mental, e Eulálio d'Assumpção sintetiza a imprecisão das lembranças dizendo que “a memória é deveras um pandemônio, mas está tudo lá dentro, depois de fuçar um pouco o dono é capaz de encontrar todas as coisas” (BUARQUE, 2009, p. 41). Essa tensão dialética dos processos mnemônicos é destacada por Shirley Carreira ao pontuar que “o esquecimento se revela como um recurso utilizado pelos protagonistas para criar imagens mais apropriadas de si mesmos ao longo da vida; imagens com as quais são obrigados a se confrontar na velhice” (CARREIRA, 2016, p. 62). Assim, o esquecimento parece favorecer os dois protagonistas, pois as lembranças se referem a episódios que lhes trazem incômodo. Episódios que, quando rememorados, possibilitarão uma ressignificação das identidades.

3.1 O fascismo dos bons homens: a presença do passado em *a máquina de fazer espanhóis*

O primeiro capítulo de *a máquina de fazer espanhóis*, intitulado “o fascismo dos bons homens”, reúne duas personagens na sala de espera de um hospital, o protagonista, António Jorge da Silva, e Cristiano Mendes da Silva, atendente do hospital e entusiasta da europeização, por ele alcunhado de Silva da Europa. Enunciada na primeira frase do romance, a representação da identidade portuguesa, que o narrador toma para si, é sintetizada na imagem do “bom homem”, honesto e trabalhador. Representação que é posta em xeque pelo Silva da Europa, que, sem parar de tagarelar, afirma: “se não dermos nas vistas, podemos passar uma vida inteira com os piores instintos, e ninguém o saberá” (MÃE, 2016, p. 26). Essa conversa inicial entre as duas personagens prenuncia o papel do regime salazarista³ e sua influência na sociedade portuguesa e na vida do narrador. O Silva da Europa, que, mais tarde, será também um morador do Lar da Feliz Idade, é um dos principais interlocutores do

³ O salazarismo foi um regime ditatorial que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974 e ficou bastante conhecido como Estado Novo. O termo “salazarismo” faz menção a António de Oliveira Salazar, chefe de governo de Portugal entre 1933 e 1968. Esse período ditatorial em Portugal somente se encerrou quando a Revolução dos Cravos derrubou a ditadura e deu início à reconstrução da democracia portuguesa.

protagonista e parcialmente responsável pela evocação de lembranças do narrador. Embora com posturas ideológicas diferentes, os dois Silvas são representantes de uma memória coletiva portuguesa, o que é enfatizado pelo sobrenome comum e a explicação de que “somos todos silvas neste país, quase todos. Crescemos por aí como mato, é o que é. como as silvas, somos silvestres” (MÃE, 2016, p. 27).

No artigo “A máquina de fazer espanhóis: sentidos críticos da história portuguesa no resgate da memória”, Leila C. Raposo e Inara de Oliveira Rodrigues (2014) explicam que o adjetivo “bons” se refere a uma construção da imagem do povo português durante o Estado Novo. Ao associar o pacifismo do povo à palavra fascismo, que denota um regime nacionalista e ditatorial, o romance instaura uma problematização do salazarismo.

Na tentativa de moldar a população conforme os interesses do Estado, estabeleceu-se uma relação entre este e a Igreja, conforme sinaliza o historiador Fernando Rosas:

[...] o salazarismo neste período da sua história, assente numa certa ideia mítica de nação e de interesse nacional, tentou, também ele, ‘resgatar as almas’ dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, ‘no pensamento moral que dirige a Nação’, ‘educar politicamente o povo português’ num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia de que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos ‘espíritos’, de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador (ROSAS, 2001, p. 1032).

Esse controle inicial é mencionado no capítulo sete da obra, intitulado “herdar Portugal”, em que, por meio da ótica da personagem, fica claro o papel da Igreja na “educação” das pessoas, pois o discurso religioso era utilizado para formar uma massa acrítica, cordata e submissa:

[...] quando as crianças daquele tempo estudavam lá la ri lá lá ela ele eles elas alto altar altura lusitos lusitas viva salazar viva salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem comportada. Assim se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida [...] (MÃE, 2016, p. 94-95).

Segundo Rosas, o projeto político do Estado Novo era o de estabelecer “uma ideia mítica de ‘essencialidade portuguesa’, transtemporal e transclassista [...] a partir da qual se tratava de ‘reeducar’ os portugueses” (ROSAS, 2001, p. 1034).

José Gil refere-se à conotação do adjetivo “bons” como uma “pequenez medíocre” (GIL, 2004, p. 52), uma maneira de o povo não se envolver diretamente nas questões políticas, uma forma de “estar certo ou ser certinho” (GIL, 2004, p. 52). Agir de acordo com o papel do “bom português” pressupõe a apatia e a submissão ao regime. Por conta dessa característica específica, Filipe Meneses (2011), na biografia de Salazar, destaca que não era necessária uma coerção maior no início do salazarismo:

[...] não era necessário recorrer a violência sistemática num país onde a maioria da população não se incomodava com a política e não acreditava vir algum dia a receber algo de bom dos parlamentos e Governos em Lisboa. Assim, Salazar controlava, ou melhor ainda, mandava outros controlarem, um sistema de repressão que era tão seletivo e repressivo como tinha de ser para preservar a paz sem causar escândalo - um equilíbrio subtil nem sempre mantido (MENESES, 2011, p. 183-184).

A perspectiva de Meneses coincide com a crítica direcionada ao ditador português no romance: “salazar foi como uma visita que recebemos em casa de bom grado, que começou por nos ajudar, mas que depois não quis mais ir-se embora e que nos fez sentir visita sua, até que nos tirou das mãos tudo quanto pôde” (MÃE, 2016, p. 187). A propósito dessa passividade popular, Natasha Otsuka (2016) explica que o relacionamento do povo com Salazar era pautado no projeto ideológico do governo:

Muitos acreditavam nos benefícios alardeados pelo governo, nas melhorias na educação, na segurança pública. Daí o apelido de António Salazar ser “paizinho”, o que demonstrava claramente a vinculação emocional pretendida pela propaganda estatal: transformá-lo no benfeitor da nação, na figura paterna por excelência, no mestre em que todos poderiam confiar para discernir o que era melhor (OTSUKA, 2016, p. 36).

Ainda referindo-se a essa visão paternal em relação ao ditador, Jason Stanley (2018) esclarece que, dentro de um regime fascista, “o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional” (STANLEY, 2018, p. 16), utilizando a força para reforçar a sua autoridade por meio da hierarquia, de modo que “o líder provê a nação, assim como na família tradicional o pai é o provedor” (STANLEY, 2018, p. 16). Por meio da passagem do romance acima citada, é possível observar um exemplo de manipulação psicológica que terá recorrências em outros momentos da narrativa. O olhar crítico do Silva da Europa assim avalia essa participação do clero na manutenção da passividade do povo português:

[...] uns filhos da mãe, a igreja é uma instituição pançuda que se deixou confortavelmente sentada ao lado de salazar. como sempre, dizia anísio, sempre do lado dos opressores porque toda a lógica da igreja é opressora, não conhecem outra linguagem (MÃE, 2016, p. 128).

Quando, ainda no início da narrativa, António Silva reage à afirmação do Silva da Europa de que o povo português é agreste e sem educação, este responde: “mas a educação tem sido apertada neste país, à paulada, ou não lhe parece” (MÃE, 2016, p. 27). No contexto do romance, a educação corresponde ao resultado do mecanismo de coerção salazarista.

O Estado Novo, implantado em Portugal em 1933, durou 41 anos, dos quais a maior parte foi sob o governo de António de Oliveira Salazar. Conforme Raposo e Rodrigues (2014) ressaltam, o discurso estadonovista de educação popular era pautado em mitos ideológicos fundadores, dentre eles, o mito do novo nacionalismo, o mito da pobreza honrada e o mito da essência católica da unidade nacional. Assim Rosas se reporta ao resgate da noção do nacionalismo mítico:

O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre slogan ‘Tudo pela Nação, nada contra a Nação’ resume, no essencial, este mito providencialista (ROSAS, 2001, p. 1034).

Jason Stanley (2018), em sua obra *Como funciona o fascismo: a política do nós e eles*, esmiúça o funcionamento de um governo fascista. O primeiro ponto explorado por Stanley é a ideia de um “passado mítico”. Para o autor a “função do passado mítico, na política fascista, é aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta” (STANLEY, 2018, p. 15) e esse foi um artifício utilizado por Salazar. Como destaca Eduardo Lourenço em *O labirinto da saudade*, “o Saudosismo será, mais tarde, a tradução poética ideológica desse nacionalismo mítico” (LOURENÇO, 1992, p. 17), que Salazar soube explorar muito bem. Ainda nas palavras de Lourenço,

[...] Salazar conhecia esse Povo de que se proclamava guia sábio e sereno, quer dizer, conhecia-lhe a ancestral condição humilde, a inata ou histórica paciência diante da adversidade, da infinita resignação, de inexpugnável credulidade, realidades sociológicas do mundo rural que poucos homens de Estado ou nenhum souberam utilizar com tão funda perspicácia. Mas mais conhecia a espessura, a autêntica paixão nacional desse mesmo Povo e sob ela fundou, mais que sobre o tardio terror e a polícia, o seu longo reino, cultivando e impondo como ideal cultural uma exaltação mitificada do nosso passado ou do nosso presente [...] (LOURENÇO, 1992, p. 39).

Ao introjetar no imaginário popular que a nação tinha uma vocação agrária, devendo, por isso, resistir à industrialização e à modernização do país, o salazarismo instaurava conjuntamente o mito da pobreza honrada, conforme Rosas sinaliza na passagem a seguir:

[...] *o mito da pobreza honrada, o mito da 'aurea mediocritas'*, um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, 'a ausência de ambições doentias' e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautavam o supremo desiderato salazarista do 'viver habitualmente', paradigma da felicidade possível. E, portanto, para usar uma expressão do próprio chefe do governo, 'uma vocação de pobreza' (ROSAS, 2001, p. 1053).

Segundo Raposo e Rodrigues (2014, p. 98), “o governo se apropriou de alguns ícones portugueses a fim de que modelassem e reforçassem junto ao povo a noção de pobreza honrada”, como a cantora de fados Amália Rodrigues, que o narrador cita: “não é desgraça ser pobre, punha-se a amália a dizer, e que numa casa portuguesa há pão e vinho e um conforto pobrezinho e fartura de carinho” (MÃE, 2016, p. 146). Assim, o povo era manipulado e a obediência era forçada, como demonstra o narrador no mesmo trecho “parecíamos um grande cenário de legos” (MÃE, 2016, p. 146), ou seja, como peças a serem movimentada segundo a vontade daquele que detinha o poder.

Por fim, outro mito que colaborou para o projeto ideológico do Estado Novo foi o da essência católica da identidade nacional, que “entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua história” (ROSAS, 2011, p. 1036). No romance, essa relação entre Estado e Igreja é problematizada por meio da rejeição do narrador à imagem de Nossa Senhora de Fátima, que lhe é dada como substituta ao álbum de fotografias que lhe fora confiscado ao chegar à casa de repouso.

A tríade Deus, Pátria e Família, pilar de sustentação da educação sob o regime salazarista, aparece de maneira mais clara no decorrer da narrativa. Apesar de haver uma parte da população que conseguia ser controlada dessa maneira, a Igreja não conseguia conter tudo e todos. Para aqueles que ousavam se rebelar contra o salazarismo, havia a PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que existiu de 1945 até 1969 e foi responsável por estratégias de silenciamento violentas:

Apesar de toda a ênfase na legalidade e respeito pelos direitos do indivíduo que alegadamente distinguiam o Estado Novo dos regimes totalitários da época, a verdade é que o silenciamento de ideias dissidentes assumiu um papel vital no regime que Salazar estabeleceu. Não é claro se ele esperava genuinamente que a oposição fosse desaparecendo com o tempo, mas as vozes dissonantes dificultavam-lhe a tarefa de falar em nome da nação, pelo que concebeu medidas para as silenciar (MENESES, 2011, p. 183).

A coação teve como consequência a manipulação da memória daqueles que vivenciaram esse contexto. O esquecimento surge como consequência do medo, como

podemos observar na passagem a seguir, em que Sr. Silva reflete sobre o receio que sentiu após ser chamado de comunista e fascista:

quando o silva da europa nos falou de sermos fascistas e comunistas ao mesmo tempo eu pus-me a fazer contas para trás e ver as coisas. concluí também que a maior parte daquilo em que acreditamos nos dá medo e isso leva-nos a ficar de boca fechada. recordava-me bem do que me dizia naquela noite em que o conheci, que éramos todos livres de pensar as coisas mais atrozes. isso não nos impedia de sermos vistos pela sociedade como bons homens e de sairmos à rua dignos como melhores pais de família (MÃE, 2016, p. 131).

Eram todos livres em seus pensamentos, mas eram limitados em sua expressão. Isso se dava justamente porque “[...] o regime nos metia pela pele adentro como um vírus. Ficávamos sem reacção, íamos pela vida abaixo como carneirada, tão bem enganados” (MÃE, 2016, p. 99). Essa reflexão do Sr. Silva demarca a percepção de se reconhecer como mais um entre tantos que foram coniventes e acomodados. Por muito tempo sua omissão foi apagada de sua mente, e as lembranças desse período são recuperadas somente por meio da interação com aquele grupo de idosos e das provocações do Silva da Europa. Entretanto, essa recuperação é desconfortável, pois ele percebe que sente vergonha dos seus atos durante o Regime. Conforme Carreira aponta,

Aos poucos, a imagem que faz de si mesmo, a de um homem bom, vai sendo desafiada pelas suas próprias lembranças. A revisão de sua história pessoal traz-lhe à memória um passado que preferia esquecer, posto que está ligado à repressão do regime salazarista, com o qual foi conivente, sempre com a desculpa de que o fazia por prudência, para proteger a família das arbitrariedades do governo (CARREIRA, 2012, p. 269).

A lembrança mencionada diz respeito ao momento em que António Silva entrega à PIDE um jovem que havia escondido em sua barbearia nove anos antes, ainda que intimamente tivesse plena consciência do seu erro. Segundo Beatriz Ribeiro, “se as ferramentas pátria e religião não convenciam o narrador Silva, este estava submetido à proteção da família. Uma das possibilidades sempre imperaria na realidade do ‘português de bem’” (RIBEIRO, 2017, p. 44). Visivelmente insensível aos mitos impostos pelo salazarismo, o narrador convence a si próprio de que o fizera para proteger a mulher e os filhos, não atribuindo a sua atitude à covardia:

no dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e setenta e um, quando entraram na minha barbearia os pides que levaram o rapaz que, nove anos antes, eu ajudara a escapar, achei que fazia o que tinha de fazer. e assim me senti como a saber e a arquivar o assunto como algo que ocorrera com outras pessoas, verdadeiramente

como algo de que soubesse apenas a partir da televisão. um homem preso pelo regime e outro acusando-o, e eu não era nem um nem outro, e a vida continuava como se nada fosse porque ao fim de cada dia encontrava a minha laura à espera de aquecer a sopa conversando sobre os filhos crescendo e sobre como era bom sermos prudentes e legais (MÃE, 2016, p. 187).

De acordo com Stanley, essa falta de empatia entre os cidadãos é uma consequência da maneira como a política fascista “desumaniza segmentos da população” (STANLEY, 2018, p. 9), em que se justificam a exclusão de determinados grupos, tornando o povo conivente com os atos terríveis propagados por quem os comete. Se António fez o que lhe pareceu correto naquele tempo, a lembrança do fato, no presente, traz-lhe um sentimento de culpa. O ato de “arquivar o assunto” é a opção pelo esquecimento, pois lembrar implica lidar com o remorso que o passado provoca e assumir a vergonha de sua covardia. A postura de António reflete a cultura salazarista do medo, da qual o não falar e o não agir são consequências. É a tagarelice do Silva da Europa o ponto de partida para o reconhecimento do “fascismo dos bons homens”:

colega silva, ainda está cá dentro, é muito difícil tirarmos das ideias a educação que nos deram de crianças. podemos ser todos inteligentes como super-homens, adultos feitos à maneira e pensantes livremente, mas a educação que nos dão em crianças tem amarras para a vida inteira e, discretamente, aqui e acolá os tiques fascistas hão de vir ao de cima. já nem nos damos conta (MÃE, 2016, p. 103).

A personagem deixa claro que essa influência permanece enraizada neles, mesmo que a democracia tenha se instaurado. Recorrendo novamente à afirmação de Le Goff (1990) de que a memória é indispensável à formação da identidade, as lembranças recuperadas pelo protagonista o confrontam com o próprio *self*.

A argumentação do rapaz que António entregou à PIDE ecoa as perspectivas de Benjamin (1987) e de Gagnebin (2006), ao defenderem que é preciso lembrar o passado para que não haja repetição de determinados erros:

sabe, senhor silva, é preciso que se suje o nome de salazar para todo o sempre. é preciso que o futuro lhe reserve sempre a merda para seu significado, para que os povos se recordem como foi que um dia um só homem quis ser dono das liberdades humanas, para que nunca mais volte a acontecer que alguém se suponha pai de tanta gente. Este tem de ser um nome de vergonha. o nome de um porco. para que ninguém, para a esquerda ou para a direita, volte a inventar censura e persiga os homens que têm por natureza o direito de serem livres (MÃE, 2016, p. 150).

Por meio dessa passagem, é possível perceber que o rapaz gostaria que a sua versão da História também fosse lembrada e não apenas aquela que favorecia Salazar. O romance se

insurge não apenas contra a política de esquecimento implantada durante a ditadura, mas também contra os riscos de repetição de erros históricos, conforme afirma o autor em entrevista ao Estadão:

O esquecimento entra muito no contexto da memória política, das memórias que temos de Salazar. Muitas coisas estarão a voltar porque as pessoas não se lembram de como foi. Uma das coisas mais perigosas numa sociedade tem que ver com reincidir em erros historicamente assimilados, atrocidades tremendas que a história ostenta, mas o povo esquece e comete de novo. Salazar vem sendo largamente recuperado no pensamento da gente. Algumas de suas ideologias mais hediondas começam a ressurgir em gente mais nova e mais velha. Por todo o lado na Europa, essas ideias, que mostram uma necessidade totalitarista de fechar as barreiras para que sejamos puros, vão surgindo à boca fechada. As pessoas sabem que estão erradas, que é um pensamento terrível, mas, dentro das suas casas, isso vai ressurgindo. Frustra-me que países europeus estejam se voltando à extrema direita com um pensamento racista, xenófobo. A desculpa é arranjar trabalho para nosso povo. Mas, a partir disso, temos um presidente que no Dia de Portugal diz que é o dia da raça portuguesa. O que significa dia da raça portuguesa? (MÂE, 2011)

Há uma relação intrínseca entre política e literatura no período salazarista, com a censura típica dos regimes ditatoriais. Miguel Real destaca que a desconstrução das estruturas clássicas do romance em Portugal – personagens, estatuto do narrador, tempo, espaço, ação, intriga – acompanha o apodrecimento e a desconstrução das estruturas do estado totalitário do salazarismo (REAL, 2012, p. 78). O fim da ditadura extinguiu a limitação da liberdade de expressão e, conjuntamente à descolonização, permitiu

rever ficcionalmente os dramas individuais e coletivos da guerra colonial; paralelamente foi tomando corpo uma cada vez mais evidente consciência pós-colonial; do mesmo modo, o redesenho das fronteiras nacionais estimulou uma reflexão identitária (incluindo-se nela a velha questão da relação com a Europa) a que a literatura, naturalmente, não ficou alheia (REIS, 2004, p. 16).

Apesar de a demarcação ser difícil, Miguel Real (2012) destaca que o novo romance português foi dividido em três fases. De 1974 a 1980, houve o estabelecimento de um novo cânone literário. De 1980 a 1999, houve uma modernização, em que se recuperava “o estilo realista, evidenciando o fragmentarismo como forma plural de composição do texto, afirmando uma pluralidade sem unidade, um conjunto estético sem ponto central irradiador” (REAL, 2012, p. 42), possuindo como nome representante José Saramago. Já de 2000 a 2010, são autores “[...] dotados de uma visão estético-lúdica da escrita romanesca e de uma escrita menos vernacular, menos erudita, mais mundana, mais jornalística, conferindo expresso valor à narratividade no sentido da narração de uma história com princípio, meio e fim” (REAL,

2012, p. 42-43). Em suma, Ana Paula Arnaut (2011) resumiu esse novo movimento por meio do trecho abaixo:

Da *nova literatura* sobressaem os seguintes aspectos: a mistura de géneros e a decorrente fluidez genológica, num culto ostensivo e quase sempre subversivo; a insistente e crescente polifonia, em algumas situações a tocar as fronteiras do indecível, da fragmentação e da (aparente) perda de narratividade; os exercícios metaficcionalis, já presentes em romances cómicos e satíricos do século XVIII, mas agora renovados em grau e qualidade e alargados da escrita da história à re-escrita da História (ARNAUT, 2011, p. 131).

É nesse ponto, tal como destaca Miguel Real, que se localiza o estilo “desrespeitador das regras clássicas da língua portuguesa” (REAL, 2012, p. 16) utilizado por Valter Hugo Mãe.

Nesta seção, discorreremos sobre o entrelaçamento entre o contexto histórico a que o romance se reporta e sua influência sobre o protagonista. Como todo o texto literário que revisita o passado aponta para o que as memórias revelam acerca do tempo presente (BERGSON, 2006; RAPOSO; RODRIGUES, 2014, p. 90), a próxima seção focalizará a voz do narrador e o fluxo da narrativa.

3.1.1 António Silva: o narrador de um mundo em minúsculas

O narrador “memorialista” de *a máquina de fazer espanhóis*, como seu sobrenome sugere, é uma espécie de *everyman*, o português comum, que, ao narrar a própria história, entrelaça suas memórias individuais às memórias da coletividade. De sua posição autodiegética, ele vivencia uma consciência dialética, elaborando uma espécie de metamemória, por meio da qual busca o sentido de si a partir do próprio olhar e do olhar do outro sobre as suas reminiscências.

Evocar as lembranças significa também abordá-las pelos seus avessos, em suas idas e vindas, repensando ressentimentos e esquecimentos. É assim que o Sr. Silva relembra a morte da esposa como um divisor de águas, a separar o homem que ele julgava ter sido e o homem que, posteriormente, veio a descobrir que era. Esse processo de autoconhecimento se dá em paralelo às lembranças e à certeza de que daquele momento em diante, pouco lhe restaria, pois “aprender a sobreviver aos dias foi como aceitar morrer devagar, violentamente devagar” (MÃE, 2016, p. 36).

A narrativa do impacto da morte da esposa, o rompimento do elo mais forte que havia tido em sua vida, e do modo como é deixado a viver em um asilo indubitavelmente desperta a empatia do leitor, mormente porque o fluxo das lembranças é acompanhado por uma intensa revolta não apenas ante as palavras de condolência das pessoas, que, intimamente, naturalizam a morte dos velhos, como também pelo modo como a enfermeira o trata ao chegar ao Lar da Feliz Idade, “convencida de que a idade mental de um idoso é de facto igual à de uma criança” (MÃE, 2016, p. 38).

O Sr. Silva retrata a si mesmo como um homem reduzido a nada: “naquele tempo, sem braços e pernas, sem olhos e perdendo a voz, absolutamente sem coração, eu não comunicava, era notório que entendia o que me diziam [...] mas não se começavam grandes conversas porque eu não proferia palavra alguma” (MÃE, 2016, p. 42). Nessa passagem é possível perceber uma resistência à interação que, embora explicável nesse momento de dor, reflete uma tendência da personagem ao isolamento social, que se concretiza na seguinte afirmação:

não creio que algum dia tenha sido suficientemente amigo de alguém. fui sempre um homem de família, para a família, e o meu raio de acção esgotava-se essencialmente na minha mulher, nos meus filhos e nos meus pais enquanto foram vivos [...] não foi o rapaz estudante, comunista e revolucionário, que ajudei um dia na barbearia, capaz de mudar algo na minha maneira de me preocupar com os outros (MÃE, 2016, p. 182-183).

No capítulo 3, o narrador reflete sobre o esquecimento, pensando que “faz todo o sentido que assim seja para que nos afundemos inconscientemente na iminência do desaparecimento” (MÃE, 2016, p. 47). Essa é uma instância da metamemória.

Conforme explicitamos no capítulo 1, à luz das reflexões de Pollak (1989), a proximidade da morte configura-se como um elemento propulsor da evocação de lembranças. Há instâncias em *a máquina de fazer espanhóis* em que o narrador relata episódios de sua própria vida em conversa com os idosos do lar, entretanto, em nenhum momento é mencionado um interlocutor a quem a narrativa que constitui o romance seja direcionada, o que nos leva a crer em uma liminaridade entre a realidade e a irrealidade. Uma passagem em especial aponta para uma tentativa de acerto de contas do narrador consigo mesmo. Ao fim do romance, o presente da narrativa é definido:

na manhã seguinte, hoje, abertas as portadas, entra uma luz pacífica pelo quarto e estou bem. são as melhoras da morte, com certeza. esse instante piedoso em que nos deixam vir de cima, quem sabe para nos entendermos, para nos rematarmos, antes de ser tudo passado. estive a noite inteira no purgatório da ilusão e acordei para entrar no fugaz turbilhão da memória, recuperando tudo, lembrando tudo, como se a vida se condensasse em alguns minutos (MÃE, 2016, p. 256).

O fluxo da narrativa ocorre numa alternância entre passado e presente, entre o consciente e o inconsciente. Ao longo da rememoração, afloram lembranças que o Sr. Silva apagara no decorrer da vida. Pensa, então, que sua identidade fora moldada pelo contexto no qual estava inserido. Em uma perceptível tentativa de autojustificação, se posiciona como vítima da coerção predominante do regime do Estado Novo. Entretanto, as reminiscências mostram a frieza com que se colocou à margem dos acontecimentos que ele mesmo provocara:

não voltei a ver o jovem homem que entreguei à polícia política, posso, agora de velho, pensar melhor nisso e ponderar tragicamente o seu homicídio, um homem daqueles não era de desaparecer se estivesse vivo, apenas a morte o tiraria dos destinos democráticos do país. sei bem agora que o entreguei completamente, sem retorno e, se não senti culpa nem remorso, foi porque a vida era assim, feita para ser assim [...] ao entregá-lo não hesitei, é verdade (MÃE, 2016, p. 193-194).

Em “A gestão do indizível”, Pollak (2010) pondera que a dificuldade de evocar um passado que permanece difícil de comunicar, via de regra, está associada a um tipo de comprometimento que, se rememorado, traz vergonha ou arrependimento. O silêncio, portanto, faz parte desse jogo de apagamento das lembranças indesejadas. Ainda segundo Pollak (1989), há um deslocamento contínuo dessas zonas de sombra que confundem as fronteiras entre o esquecimento definitivo e aquilo que o inconsciente reprime.

Em seus momentos finais, como sugere o romance, o Sr. Silva consegue transpor a barreira de silêncio e esquecimento que erguera em torno de si, mas ele não transmite suas lembranças a ninguém. Essa ausência de escuta é responsável por sua resposta à enfermeira quando esta lhe pergunta o que sente: “angústia, sinto angústia” (MÃE, 2016, p. 257).

Há um visível contraste entre visão que o Sr. Silva tinha de si mesmo no passado e a que tem no momento da rememoração. Na passagem a seguir, ele atribui sua atitude à educação que recebera: “acima de tudo era um homem educado. eis a minha autobiografia sumária, um homem educado. foi o que me levou de problema em problema a superar o que fosse preciso sem culpar ninguém, sem confrontar ninguém” (MÃE, 2016, p. 118). A educação a que se refere é a que foi impetrada pelo regime e que ecoa a fala do Silva da Europa na primeira frase do romance, que retrata os portugueses como pessoas que ainda conservam a vontade de serem vistos como bons, honestos e trabalhadores. Todavia, suas reflexões sobre o passado trazem novas perspectivas acerca dessa visão.

Nesta seção, buscaremos identificar as estratégias discursivas de António Silva para justificar seus atos e ponderar os apagamentos da memória. Seu relato revela que ele sentia

medo diante da presença constante da PIDE e que esse temor era a origem do silêncio. Como explicado por Pollak (1989), a vergonha e o medo provocam os “não ditos” diante de situações traumáticas. No capítulo oito da obra, intitulado “o silva da europa”, em uma conversa com o personagem que dá título ao capítulo, o Sr. Silva esclarece seu posicionamento em relação à política:

sempre odiei que me chamassem comunista porque sempre quis afastar-me da política. primeiro porque achava que a política estava entregue, depois porque achava que não me deixariam participar, depois porque tinha medo de participar, e depois porque passara a acreditar que quem lá se metia era porque se corrompia de tanta coisa que, afinal, não era ser-se bom homem o ser-se político (MÃE, 2016, p. 102).

Ainda nesse trecho, António mostra a sua aderência ao perfil dos bons homens que procediam como fascistas. Ao recuperar as lembranças do tempo em Salazar estava no poder e entender sua própria posição naquele contexto, “a memória do protagonista o acusa de sua conduta covarde e acomodada, sempre justificada pela prudência, e sua consciência é o seu impiedoso algoz” (AFONSO, 2010, p. 55).

É possível observar que o sentimento de culpa é expresso de maneira mais clara depois que o Sr. Silva é transferido para a ala esquerda do asilo, com vista para o cemitério e reservada aos que já não podiam se locomover sozinhos e estavam mais próximos da morte:

naquela altura eu tinha de gritar, precisava de dizer que me arrependia, que não queria acabar sem metafísica, que me enterrassem com metafísica e português, arrependia-me do fascismo e de ter sido cordeiro tão perto da consciência, sabendo tão bem o que era o melhor valor, mas sempre o ignorando, preferindo a segurança das hipocrisias instaladas. eu precisava de gritar dizendo que queria morrer português, queria ser português com a menoridade que isso tivesse de implicar, porque eu fui um filho da puta, e merecia ser punido, fiz do meu país um lugar de gente desconfiada, nenhum povo unido (MÃE, 2011, p. 256).

De acordo com Natasha Otsuka (2016), o narrador apresenta uma revisão da história que não corresponde à ótica dos vencidos, nem tampouco à dos vencedores, mas sim à da grande maioria que foi tangenciada pela ditadura. A memória de António Silva, até então reprimida, é a expressão de uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil, que surge como contraponto àquela que o Estado desejava passar e impor.

O passado ao qual o Sr. Silva se reporta fora erguido sobre uma falsa imagem de grandeza nacionalista, construída pelo aparelho do Estado. No íntimo, os portugueses sentiam-se pequenos. O Sr. Silva experimenta duplamente essa pequenez, não apenas por partilhar a desesperança dos seus compatriotas, como também por ter guardado dentro de si

uma inveja da ousadia do jovem que entregara à PIDE: “adoraria sentir coragem para me por ali aos berros também [...] de poder ajuizar por mimo que quisesse ajuizar, na minha barbearia, ao menos na minha casa. na minha casa e com a minha boca livre” (MÃE, 2016, p. 150-151).

O uso de minúsculas no texto, portanto, não evidencia apenas a natureza oral da narrativa, como também ressalta “o sentimento de inferioridade de que o romance trata, corroborando a crise identitária que afeta os personagens” (CARREIRA, 2012, p. 274).

A narração de António reflete a confusão da sua própria mente e, também, sua falta de confiança na memória, que parece enganá-lo. Assim, os limites entre o real e o imaginário não lhe parecem bem definidos. A personagem sofre de lapsos de consciência, perceptíveis em momentos de delírio ou pesadelo. Há no protagonista uma violência latente que o leva, a agredir outros internos, especialmente Dona Marta. A citação a seguir exemplifica a confusão mental da personagem:

eu passava as noites com os olhos pregados na escuridão e podia jurar que me entravam corvos e abutres pela janela adentro e me levavam as carnes. quando me levantava, em pânico e confuso, sentia que não estava em lugar nenhum, era apenas uma esquisita capacidade de observar o que aqui havia. entende. eu era apenas um olhar, um modo de ver. e nessa altura tudo me escapava as mãos. eu a querer que fizesse cuidado, mas nada me obedecia porque nada correspondia à lógica ilusória da minha cabeça. o senhor pereira entrou no meu quarto e perguntou como é que eu estava. e eu tinha os olhos húmidos e sem saber se mais uma vez havia de chorar como um putito denunciado. o senhor pereira disse, isto agora é que foi uma surpresa, mas a gente ainda não quer acreditar que não tenha explicação. e eu respondi, eram três da manhã e eu estava num pesadelo. precisava de lhe dizer alguma coisa, já nem sei bem o quê. mas ela não entendeu e assustou-se e depois assustei-me eu. eu queria só que ela se calasse. eu queria só que se calasse. porque ela estava a tentar gritar e tive medo (MÃE, 2016, p. 124).

Nessa passagem do romance, o narrador revela os constantes pesadelos com corvos e abutres que adentravam o seu quarto, devorando-o. As aves metaforizam o seu sentimento de culpa, que o assola constantemente na velhice.

António é um narrador contraditório em suas intenções e seus atos. Inicialmente, a sua motivação para ir ao quarto de D. Marta era conversar sobre o amor, entretanto, ao sentir medo de ser pego, ele agride a mulher. Essa agressividade enquanto reprodução do que sofreu pela ditadura Salazarista já foi pontuada anteriormente por Franz (2017) e por Carreira (2012).

Outra questão importante observada na narração de António diz respeito à maneira como ele se alonga em explicações pouco relevantes para o prosseguimento da história. No trecho em que fala sobre a carta destinada à Dona Marta, António traz vários argumentos apenas para justificar suas próprias motivações:

o carteiro entregou ao américo um molho de cartas onde estava a que eu falsificara cuidadosamente para a dona marta. levei umas horas a redigir aquela carta. não porque fosse longa, que não era, era breve como tudo, mas porque era importante que dissesse algo bem pensado, algo para fazer um agrado uma carta segura com garantias de fornecer alegria à velha calada (MÃE, 2011, p. 119).

Por meio do excerto, fica evidente a intencionalidade do narrador. O seu propósito era somente distrair a mulher para que ela não se lembrasse de suas agressões, entretanto, ele se estende na justificativa, de modo a ocultar do ouvinte os seus reais motivos. Ele seleciona a forma de narrar que melhor lhe favorece, enfocando o processo de escrever a carta e só revelando seu objetivo no final. Em seu artigo, Beatriz Ribeiro (2016) sintetiza o papel de António:

Num exercício contínuo de metamemória, este narrador seleciona e combina, entre memórias do que viveu e do que ouviu, fatos que representem a cultura portuguesa sob a ótica individual e traz de volta para o momento presente, um passado quase esquecido que desmascara os tendenciosos esquemas de opressão e autoritarismo (RIBEIRO, 2016, p. 180).

Conforme explicitado na seção anterior, o Estado manipulava o povo por meio da exaltação de “heróis nacionais” e do estímulo à expressão da paixão pelo futebol, descrito por Natasha Otsuka como “uma força unificadora, de congregação nacional, fonte de orgulho no mar ‘de caminhos salgados’” (OTSUKA, 2016, p. 51). Um dos principais nomes da época era Teofilo Cubillas, um peruano que jogou no Futebol Clube do Porto e se tornou ídolo português. No quinto capítulo da obra, intitulado com o nome do jogador, ocorre uma mudança de perspectiva da narrativa. Até então, a narração era autodiegética, com António Silva rememorando sua própria história sob seu ponto de vista. Entretanto, nesse ponto, há uma mudança para um narrador heterodiegético, que faz de António apenas mais uma personagem do asilo.

Segundo Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, “as possibilidades seletivas da focalização onisciente implicam uma vertente subjetiva: selecionando o que deve relatar, o narrador explicita ou implicitamente interpreta, do mesmo modo que formula juízos valorativos” (REIS; LOPES, 1988, p. 256). A passagem a seguir se dá no contexto de um incêndio que ocorre no terceiro andar do asilo. Enquanto os policiais investigam a causa, António Silva insiste em ficar por perto e assim a situação é narrada:

O Senhor António Silva afastou-se um pouco, depois voltou lentamente. Jaime Ramos e Isaltino de Jesus ficaram expectantes com o que lhes viria dizer o maluco, tão irreduzível na vontade de não se ausentar. O homem chegou-se bem perto e, com ar de quem traria uma informação fundamental, disse:

"Não havia lugar para mais velhos. Percebe? Não havia lugar para mais ninguém."
(MÃE, 2011, p. 79)

A insistência de António em falar reflete a sua intenção de lançar a suspeita de que aquele fora um incêndio criminoso e esse detalhe é enfatizado pelo narrador, bem como evidencia a necessidade do protagonista de refutar a percepção de todos sobre os idosos:

O chamuscado das paredes ficara silente. Enfim, era tudo muito calado onde se esperava a morte, até o que se dizia perdia sentido e funcionava apenas como uma reverberação do silêncio, coisa nenhuma, coisa rigorosamente nenhuma. Os policiais assim o pensavam e todos se calavam a lembrar o que quer que fosse sobre cada um dos três falecidos, alguns já para ali esquecidos havia muito tempo sem proferirem palavra ou vontade, eram só ocupações. Ocupavam, e depois não (MÃE, 2016, p. 80).

A suspeita de António Silva é ignorada, assim como tudo o que dizem os velhos do asilo o é, apesar do seu desejo de ser mais do que uma simples “ocupação”. Intimamente, ele está convencido de que lançara “o ovo” que “mais tarde ou mais cedo eclodiria na cabeça inteligente dos policiais” (MÃE, 2016, p. 80).

A mesma estratégia narrativa é utilizada no capítulo que dá título à obra, “a máquina de fazer espanhóis”, que narra a continuação da investigação das mortes no incêndio; a mudança de foco permite que se olhe para o asilo com distanciamento. O narrador cita “quando o inspector Jaime Ramos chegou, foi ao pátio como se no pátio estivesse toda a ciência daquele lar” (MÃE, 2016, p. 200), em uma tentativa de conduzir o leitor para entender que é naquele espaço em que se dão as interações entre os moradores.

Em uma entrevista concedida à revista *Veja* em 2011, o autor afirma que esse capítulo, o único em que há letras maiúsculas, apresenta essas características devido à intertextualidade com a obra *Longe de Manaus – O romance da solidão portuguesa*, de Francisco Xavier Viegas, de onde Mãe transportou a cena dos dois policiais — Jaime Ramos e Isaltino de Jesus— em frente ao pôster de Cubillas. A par disso, indubitavelmente, a narração em terceira pessoa permite uma percepção externa dos moradores do lar, diversa do fluxo de consciência do protagonista.

Outra mudança na perspectiva da narrativa acontece no capítulo intitulado “herdar português”, em que António retoma a voz da narrativa, entretanto, há “uma alternância entre a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural, indicando que o narrador inclui alguém não determinado em seu discurso” (OTSUKA, 2016, p. 40), e, como destacado por Otsuka, é nesse ponto que a sua própria história se entrelaça com a história de tantos outros portugueses. Desse modo, o jogo da narrativa propicia um entrelaçamento da memória

individual com a coletiva, da história do protagonista com a história de Portugal, de todos os portugueses que, mesmo sob condições adversas, não saíram do país.

3.1.2 Da individualidade à coletividade: modos de herdar Portugal

Em sua análise do romance, Otsuka (2016) interpreta o asilo como um espaço de repressão, em que há uma tentativa de apagamento da memória e, conseqüentemente, da identidade dos idosos. Entretanto, é justamente ali que, por meio da interação, eles resistem à paulatina desidentificação decorrente do esquecimento.

Para iniciarmos a análise das relações entre os moradores do lar e o protagonista da história, tomaremos como ponto de partida o capítulo da obra que dá início a seção, “herdar Portugal”, em que António relata detalhes de seu relacionamento com Laura. A história dos dois enquanto casal exprime a realidade miserável que o povo português vivia sob a ditadura. Ao contar sobre o nascimento de sua filha, António diz que naquela época Portugal era um país em que as crianças nasciam na França, “e eu pensava, já ali por mil novecentos e sessenta e dois, que em França estaríamos a salvo, escapando da fome e do jugo de um trabalho sem retribuição suficiente para um raio de sol por dia” (MÃE, 2016, p. 97-98). Entretanto, sair dali era uma possibilidade quase inexistente, pois não havia quem os ajudasse e nem dinheiro o suficiente para conseguir isso. Há, no texto, passagens emblemáticas do sentimento do narrador em relação a Portugal, como, por exemplo, a sua reflexão quando a filha, Elisa, nasce:

podias ser francesa, elisa. podias ter sido francesa, embora nos dê um orgulho tão grande a resistência que te permitiu ser portuguesa e, assim, herdar Portugal. Portugal é teu, minha filha, é teu, mesmo assim difícil de compreender (MÃE, 2016, p. 98).

É perceptível a existência de um sentimento ambíguo, dividido entre o orgulho de ser português e a dificuldade de viver em Portugal, de maneira que o protagonista esclarece logo em seguida o que sente: “não queríamos ser franceses, queríamos que os portugueses fossem mais felizes” (MÃE, 2016, p. 98).

A complementar a percepção e as lembranças do narrador, há a evocação das reminiscências de quatro moradores do asilo que têm em comum o sobrenome Silva: o Sr. Pereira, o Anísio Franco, o Silva da Europa e o Esteves sem metafísica. O sobrenome os

igualada e nivelada como cidadãos comuns, mas, ao mesmo tempo, cada um tem sua história própria e sua versão pessoal dos fatos que marcaram a história do país (RIBEIRO, 2016, p. 180). Por meio das suas lembranças e percepções individuais, são revelados os modos pelos quais cada um deles herdou Portugal.

Essa “herança” ocorre em perspectivas diferenciadas que entram em choque com a de António Silva. O capítulo seguinte, “o silva da europa” se inicia justamente com as divergências entre essa personagem e António. O Silva da Europa tece críticas ao fascismo e é na interação com ele que as reflexões de António sobre suas atitudes perante o regime ficam mais intensas. Graças aos seus embates com o protagonista, este vem a reconhecer sua convivência com o Salazarismo.

Ao expressar seu ponto de vista, o Silva da Europa justifica-se dizendo: “não era para ofender, é que me custa ficar para aqui a engolir essas coisas do benfica e a sua ingenuidade para com o regime” (MÃE, 2016, p. 102). A personagem não restringe a culpa a Salazar e também se caracteriza como um homem que reproduz o fascismo, mesmo que justifique que o faz sob a influência do governo. Esse é um assunto que causa desconforto ao protagonista, pois, ao continuarem a conversa, o narrador decide se retirar alegando precisar buscar um casaco, “vai a fugir, dizia o da europa, não me leve a mal, estou a falar de mim também, e olhe que sou muito mais novo do que você” (MÃE, 2016, p. 103).

Em um país que se debate contra o complexo de inferioridade e o isolacionismo, o Silva da Europa — para quem o ingresso de Portugal na União Europeia poria fim à decadência nacional — deseja que os portugueses também sejam “cidadãos de um mesmo mundo. iguais, todos iguais” (MÃE, 2011, p. 13).

Outro embate de ideias acontece com Anísio⁴, personagem que também provoca reflexões no protagonista em relação à religião. António teve uma péssima experiência quando Laura sofreu complicações na primeira gravidez e um padre, a quem pedira ajuda, limitara-se a dizer que tudo aconteceria segundo a vontade de Deus. Apesar de não culpar a Igreja totalmente — “não foi culpa do padre, nem da igreja e nem de deus. foi só o triste acaso de sermos miseráveis num país de miséria” (MÃE, 2016, p. 96) — é evidente que o assunto lhe causa revolta:

por que razão o anísio, o sábio anísio de olhos de luz, haveria de ser crente, intrigava-me e ofendia-me. ele sorria. passava as mãos pelos santos, tinha por ali uma bíblia também, e depois dizia-me que era mais uma maturidade de sentimentos, o saber por instinto que não estávamos sós (MÃE, 2016, p. 208).

⁴ Personagem inspirada no conservador do Museu de Arte Antiga de Lisboa, Anísio Franco.

Embora não aceitando a religiosidade do amigo, são os diálogos entre os dois que permitem ao protagonista repensar a distinção entre fé e Igreja, admitindo que a última é opressora.

De todos os moradores do Feliz Idade, o mais próximo de António é o Sr. Pereira, com quem fez amizade logo após sua entrada no asilo. Ao acompanhar a evolução do câncer do amigo, ele se dá conta que o tempo ali passa rápido demais e o fim da vida se aproxima.

observávamos e sentíamo-nos distantes e, ao mesmo tempo, presos ali como com ferros. caramba, uma sensação de impotência terrível, a de estarmos sentados numa cadeira quietas, quietos, a sermos apanhados à bruta pela idade, a sermos apanhados à bruta pelas doenças e pelo cínico de quem ainda é jovem e manda em tudo e nos menospreza como gente a ficar deficiente (MÃE, 2016, p. 215-216).

É também por meio desse contato que António consegue se ver como um homem que nunca conseguiu ser amigo de ninguém, pois, quando o Sr. Pereira passa mal, sente-se incapaz de ajudar: “eu não lhe conseguira pôr a mão. não seria seu amigo o suficiente. ou tinha medo, e não sabia de quê” (MÃE, 2016, p. 182). Esse incidente faz com que António se recorde que nunca foi muito leal às suas amizades e relembre o momento em que entregou o homem à PIDE.

A relação de António com o Esteves sem metafísica é permeada pelas recordações da Laura. O fato de o Esteves, um homem de quase cem anos, afirmar ser a personagem do poema de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, faz com que António lembre-se frequentemente da esposa, pois “a Laura, se fosse viva, desmaiaria de emoção diante daquele homem, ela era assim, sem limites no deslumbre” (MÃE, 2016, p. 69), como demonstra o excerto a seguir:

e fitei o esteves sem metafísica cheio de vontade de o embalar enviado a preceito para onde fosse esse lugar da Laura. esse lugar onde ela o encontrasse. Depois da nossa conversa, pensei por momentos que se aquele homem de quase cem anos morresse poderia encontrar a Laura no caminho. [...] se aquele esteves morresse e encontrasse a minha Laura seria só porque o haveriam sepultado com ela, para ficarem a desgastar as carnes e depois a esboroar os ossos na mesma terra bichada (MÃE, 2016, p. 84-85).

O Esteves que adentra a tabacaria no poema simboliza o indivíduo sem perspectiva em uma época sombria, que não busca nada além de viver seu cotidiano e sua aparição potencializa o pessimismo do eu-lírico. Diferentemente, o de *a máquina de fazer espanhóis* é um homem de rosto “sorridente, aberto, limpo ao mesmo sol que nos cobria, e era como se o próprio maravilhoso genial lindo Fernando Pessoa ressuscitasse à minha frente, era como dar

pele a um poema e trazê-lo à luz do dia” (MÃE, 2016, p. 51). A personagem afirma ao narrador que “tem muita metafísica”, pois, “isto de os poetas nos roubarem a alma não é coisa decente, porque aquilo da poesia leva muita mentira” e “sorri, sorri verdadeiramente como nunca até ali naquele lar” (MÃE, 2016, p. 51).

Quando Esteves é transferido para a ala esquerda do lar, a mais próxima do cemitério, ele precisa dividir o quarto com o espanhol Sr. Medeiros, chamado também de Enrique Badajoz, sobre quem diz o narrador: “quando o vi pela primeira vez achei que era uma ironia do destino vir partilhar o quarto com o senhor medeiros. Era perfeitamente o medeiros sem metafísica” (MÃE, 2016, p. 139).

Após a morte de Esteves, o próprio António passa a ocupar o seu leito. A interação com o Sr. Medeiros, “o contraponto à imagem do português que se desencanta com a situação do país a ponto de desejar mudar de nacionalidade” (CARREIRA, 2012, p. 271), leva o protagonista a repensar a questão da cidadania e do senso de pertencimento:

um indivíduo que queria tanto ser português. um indivíduo que vinha reclamar nossa cidadania com aquele fervor, recuperando brigas antigas e orgulhando-se de ter nascido em badajoz, a cidade onde os portugueses imaginam espanha. pudéssemos ser todos assim, convictos, sem orgulhos parvos, apenas a determinação de quem aceita ser daqui e edificar com essa raiz a sua vida. somos um país de cidadãos não praticantes. ainda somos um país de gente que se abstém (MÃE, 2016, p. 166-167).

A escolha de um asilo como cenário para a discussão sobre a identidade portuguesa e os efeitos não apenas dos anos de ditadura como também da admissão de Portugal na Comunidade Europeia, justifica-se na medida em que a degradação física dos velhos moradores do Lar da Feliz Idade é uma metáfora da degradação do corpo do velho país. António Silva é simultaneamente “agente, testemunha e vítima do seu tempo” (FRANZ, 2016, p. 89) e como tal encarna os dilemas e contradições de sua nação. Ao fim de todo esse percurso, seu desejo de ser enterrado “com a metafísica e português” aponta para formas mais dignas e possíveis de herdar Portugal.

3.2 *Leite derramado*: a história do Brasil revisitada pela ficção

Assim como em *a máquina de fazer espanhóis*, em *Leite derramado*, há um narrador que entrelaça sua memória individual à memória coletiva. Embora não seja um romance

histórico, o romance se apresenta como “uma construção metaficcional e memorial que dialoga com textos fundadores de uma identidade patriarcal brasileira” (PEREZ, 2014, p. 135).

A narrativa de Eulálio d’Assumpção dialoga com a historiografia oficial ao se reportar a fatos históricos do Brasil, desde o fim do século XIX até o início do século XXI. Aos poucos, através de suas lembranças, esse diálogo entre ficção e história se desvela, muito embora em um fluxo de consciência que oscila entre o real e o onírico. Por meio do discurso de Eulálio, é possível observar como suas memórias provenientes do meio social familiar, principalmente as lembranças da infância e da juventude, são as principais responsáveis por formar a sua identidade. A narração de Eulálio é confusa e boa parte de suas falas sugerem tentativas de convencer o leitor de que é um homem sem preconceitos, porém, suas palavras o contradizem.

Para iniciar esta análise é importante compreender que Eulálio é um personagem que um dia fez parte da elite e que, de certa forma, colaborou para a queda financeira e social de sua família. Apesar da perda de *status*, Eulálio mantém o apego ao próprio nome, como podemos observar na passagem a seguir: “e não se esqueça que meu nome de família é Assumpção, e não Assunção como em geral se escreve, como é capaz de constar até aí no prontuário” (BUARQUE, 2009, p. 18). Esse excerto enfatiza também o poder do nome na sociedade luso-brasileira. Em seu delírio, o narrador recorda momentos áureos dos Assumpção, enumerando os membros ilustres, seus feitos e sua proximidade com personalidades, como o arquiteto Le Corbusier e atriz e bailarina Josephine Baker⁵.

Eulálio narra também a decadência da família Assumpção e as transformações sociais e políticas pelas quais o país passa. Como alude Sarah Diogo, há uma transição “do café ao pó”:

De barões do café e nomes de destaque na política brasileira, a família Assumpção resume-se no presente da enunciação a três entes: um ancião, entrevado numa maca de um hospital público, sua filha idosa que vez ou outra lhe visita e seu bisneto traficante de cocaína (DIOGO, 2016, p. 313).

Segundo os relatos do narrador, a ascensão familiar teve início no período do Brasil Império, com o avô, que só conheceu por meio de retrato a óleo; um homem que possuía cafezais em São Paulo e era “um figurão do Império, grão-maçom e abolicionista radical, [que] queria mandar todos os pretos brasileiros de volta para a África” (BUARQUE, 2009, p.

⁵ Le Corbusier e Josephine Baker estiveram no Rio de Janeiro em 1929, em viagem a bordo do “Lutétia”, o referido transatlântico que Eulálio visita e fotografa na ficção e viaja à Europa. Cf. <https://museudeartedorio.org.br/programacao/josephine-baker-e-le-corbusier-no-rio-um-caso-transatlantico-2/>

15). Para tanto, lançou uma campanha no Brasil para a fundação da Nova Libéria, criou uma bandeira, encomendou um hino ao compositor Carlos Gomes e convidou arquitetos ingleses para a construção da capital, Petróvia, de modo que os negros voltassem “às origens, em vez de perambularem Brasil afora na miséria e na ignorância” (BUARQUE, 2009, p. 51). Eulálio considera o avô “um visionário” (BUARQUE, 2009, p. 51), que conseguia convencer diferentes grupos sociais por meio de suas ideias, conquistando o apoio de fazendeiros, da Igreja e até do imperador. Seu avô nascera rico, porque “sua fortuna foi construída através do tráfico escravagista, tendo sido seu bisavô um ‘barão negreiro’” (SENA, 2014, p. 254).

Entre o delírio e a lucidez, a história familiar vai sendo delineada. Embora a ação do romance se desenvolva entre os anos de 1907 e 2007, período do centenário de Eulálio, ele tenta reconstituir uma ancestralidade que remontaria ao século XVI, como demonstra a seguinte passagem:

[...] em mil quatrocentos e lá vai fumaça há registro de um doutor Eulálio Ximenez d’Assumpção, alquimista e médico particular de dom Manuel I. Venho descendo sem pressa até o limiar do século XX, mas antes de entrar na minha vida propriamente, faço questão de remontar aos meus ancestrais por parte de mãe, com caçadores de índios num ramo paulista, num outro, guerreiros escoceses do clã dos McKenzie (BUARQUE, 2009, p. 184-185).

Sempre em busca de algo que confira maior importância e poder aos Assumpção, Eulálio revira o baú de suas lembranças, que julga ainda ter reminiscências inéditas, porém sem certeza da camada de memória em que está: “São tantas as minhas lembranças, e lembranças de lembranças de lembranças, que já não sei em qual camada da memória eu estava agora” (BUARQUE, 2009, p. 138).

O poder familiar tem como símbolo uma relíquia, um chicote de correia trançada de couro de antílope, com uma flor de lis gravada no cabo, que o pai de Eulálio guardava cuidadosamente na biblioteca, “atrás da enciclopédia Larousse” (BUARQUE, 2009, p. 102). Emblema de valores coloniais, do patriarcado e do escravismo, ele traz à baila um aspecto contraditório da personalidade de Eulálio. Apesar de ser um homem racista, ele tenta a todo o momento esconder essa característica, porque não condiz com a narrativa nacional republicana. Segundo Tatiana Sena (2014)

É extremamente significativo que a instituição da forma republicana tenha acontecido no ano seguinte à Abolição. A Proclamação da República marcou um ponto de inflexão na história política brasileira, visto que a opção pela simbologia do progresso e do futuro ficou evidente, assim como ficou explícito o recalçamento da memória da escravidão, como um passado a ser totalmente esquecido. A memória da escravidão é um fantasma na narrativa nacional republicana (SENA, 2014, p. 256).

Não são poucas as partes da narração em que Eulálio destila seu preconceito e se contradiz logo depois, como, por exemplo, no excerto a seguir:

Não vai aí a intenção de ofender os mais humildes, sei que muitos de vocês são crentes, e nada tenho contra sua religião. Talvez seja até um avanço para os negros, que ainda ontem sacrificavam animais no candomblé, andarem agora arrumadinhos com a Bíblia debaixo do braço. Tampouco contra a raça negra nada tenho, saibam vocês que meu avô era um prócer abolicionista, não fosse ele e talvez todos aí estivessem até hoje tomando bordoadas no quengo (BUARQUE, 2009, p. 193).

A necessidade recorrente de justificação, entretanto, demonstra que, na realidade, Eulálio reproduz as crenças e o comportamento familiares. As sucessivas gerações dos Assumpção impunham a condição de subalternidade aos descendentes do ex-escravo Balbino, que se mantinham ainda a serviço da família, porém o narrador sugere haver nessa assimetria uma convivência do mais fraco:

O Balbino nem era mais escravo, mas dizem que todo dia tirava a roupa e se abraçava num tronco de figueira, por necessidade de apanhar no lombo. E vovô batia de chapa, sem malícia na mão, batia mais pelo estalo que pelo suplício. Se quisesse lanhar, imitaria seu pai, que quando pegava negro fujão, açoitava em grande estilo. O golpe mal estalava, era um assobio no ar o que se ouvia, meu bisavô Eulálio apenas riscava a carne do malandro com a ponta da correia, mas o vergão ficava sempre (BUARQUE, 2009, p. 102).

As suas justificativas, que sempre se apoiam na sua convivência com o neto do ex-escravo, entretanto, são só exemplos de como seus pensamentos estão de acordo com a elite brasileira do século XX, conforme Diogo pontua:

Nesse recorte, surge a preocupação do personagem em não ser classificado como racista, sua justificativa é bastante reacionária e tem um sabor de um Brasil bem colonial ou mesmo de um Brasil obsessivo com o politicamente correto: como sempre tivera contato com negros, Eulálio considera-se bastante “flexível”, como se este fosse um sinal evolutivo, uma abertura da casa-grande que, por ser condescendente com seus escravos, é considerada bondosa. É a perspectiva do senhor colonialista, do invasor, da casa-grande, saudosa de sua senzala. Depois o dominador se revela, quando afirma que gostaria de ter “enrabado” Balbino, o negro que ficara de herança para a família (DIOGO, 2016, p. 315).

Após o falecimento do pai, quem precisa assumir os negócios da família é Eulálio, que está totalmente despreparado para tamanha responsabilidade, porém essa vulnerabilidade do protagonista só é percebida por Maria Violeta, sua mãe, para quem a ida do filho à Europa “significava também aceitar a possibilidade de verem refletidos no filho comportamentos do marido, como o uso de drogas e o envolvimento com prostitutas” (KASPARI; SARAIVA,

2011, p. 164). Apesar de rotineiramente tratar o filho com os apelidos da infância, Maria Violeta o chama pelo nome de batismo sempre que o assunto é grave. Para o narrador, aquele era um nome que o humilhava: “A me chamar Eulálio, preferia envelhecer e ser sepultado com meus apelidos infantis, Lalinho, Lalá, Lilico” (BUARQUE, 2009, p. 31).

Além disso, a rejeição do nome é também devida ao fato de que ser chamado de Eulálio não só faria com que assumisse a responsabilidade que lhe cabia, mas também o colocaria no lugar do pai de quem detestaria ter de mimetizar o comportamento. O discurso do narrador revela que ele acreditava que certas características podiam ser herdadas: “quem sabe se, inadvertidamente, eu não teria me apossado da volúpia do meu pai, assim como da noite para o dia herdara gravatas, charutos, negócios, bens, imóveis e uma possível carreira na política” (BUARQUE, 2009, p. 32-33). Entretanto, ele não tinha a habilidade do pai para estabelecer e manter os acordos comerciais.

Em 1929, ao se deslocar para Paris em uma tentativa de estabelecer contato com os negociantes, Eulálio é surpreendido com a queda da bolsa de Nova York:

Em Paris fui recebido com pasmo, me perguntaram se na América do Sul não chegavam notícias do mundo. Havia mais de um mês fora sustada a importação do café em toda a Europa, levando à falência os atacadistas sócios do meu pai. Em Londres, me falaram de calamidades financeiras, milhões de libras esterlinas fulminadas da noite para o dia, devido ao crack da bolsa de Nova York. Era o caso do espólio da família Assumpção, desafortunadamente aplicado no mercado de ações norte-americano (BUARQUE, 2009, p. 59).

A inexperiência de Eulálio atrelada ao complexo momento histórico faz com que ele perca a fortuna dos Assumpção. Para justificar o fracasso financeiro, Eulálio faz menção à Política do Café com Leite⁶, cujo fim ocorreu no ano seguinte, em 1930, “a senhora já deve ter lido que em 1930 os gaúchos invadiram a capital, amarraram seus cavalos no obelisco e jogaram nossas tradições no lixo” (BUARQUE, 2009, p. 77). As tradições mencionadas dizem respeito a esse poder que os Assumpção julgavam “garantido” por serem membros de uma família tradicional que possuía muitas terras. Jessé Souza, em *A elite do atraso*, explica que a Revolução de 30 é um ponto chave para compreender a formação dessa elite brasileira tão problemática:

[...] os fatos mais importantes para nossa narrativa acontecem nos anos 1930. O grande divisor de águas é a entrada do Estado como variável nova do desenvolvimento brasileiro. É óbvio que o Estado existia antes. Mas nunca

⁶ Diz respeito a acordos políticos entre as duas principais oligarquias regionais do Brasil da República Velha: São Paulo e Minas Gerais.

havíamos tido um Estado interventor e reformador. É isso que o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas significam (SOUZA, 2017, p. 65).

O sociólogo deixa claro que a elite paulistana nunca lidou bem com essa derrota, assim, ao pensar no contexto histórico do Brasil, no movimento abolicionista e na Primeira República, podemos compreender como se processou o declínio dos Assumpção e, conseqüentemente, a queda do prestígio da família perante a sociedade carioca. Souza (2017) destaca que, nessa nova conjuntura social, havia alterações na forma de dominação, pois, se antes a violência era física, a partir desse ponto ela passava ser simbólica e aplicada por uma elite “portadora de valores europeus” (SOUZA, 2017, p. 39) contra negros e membros de classes mais baixas.

Ao rememorar os seus antepassados, incluindo o bisavô, que era Barão dos Arcos, Eulálio demonstra ser o resultado de uma criação elitista, misógina e racista, pois

[...] pelos caminhos da ficção, é o legado do patriarcado rural que se instaura na sociedade brasileira desde os primórdios. Ele é o descendente desse Brasil rural e escravocrata que se formou exaltando a figura dos patriarcas. A personagem tem seus ascendentes, desde o tetravô até o pai, relatados como figuras importantes de poder pertencentes ao período colonial, imperial e republicano do Brasil (DEUS, 2018, p. 390-391).

A mãe de Eulálio, que, por ser mulher, também é alvo desse legado, contraditoriamente, o reproduz em seu comportamento social. Reminiscente da *belle époque* carioca, ela encarna “uma sociedade patriarcal, preconceituosa, que reivindicava para si uma cultura aristocrática, adquirida a partir da cópia dos padrões franceses” (REIS, 2013, p. 3). Deste modo, Eulálio constrói sua personalidade a partir da agressividade do pai e da visão elitista da mãe, exemplificada neste excerto: “lá em casa como em todas as boas casas, na presença de empregados os assuntos de família se tratavam em francês, se bem que, para mamãe, até me pedir o saleiro era assunto de família” (BUARQUE, 2009, p. 7-8). Por uma ironia do destino, Eulálio se casa com Matilde, uma mulata, e apregoa ser um homem sem preconceitos:

No entanto garanto que a convivência com Balbino fez de mim um adulto sem preconceitos de cor. Nisso não puxei ao meu pai, que só apreciava as louras e as ruivas, de preferência sardentas. Nem à minha mãe, que ao me ver arrastando a asa para Matilde, de saída me perguntou se a menina não tinha cheiro de corpo (BUARQUE, 2009, p. 20).

Apesar do julgamento que faz de si mesmo, ele reproduz a atitude materna ao dirigir-se ao motorista em seu último passeio, “senhor, eu sou bisneto do barão dos Arcos. Aí ele me mandou tomar no cu mais o barão, desaforo que nem lhe posso censurar. Fazia muito calor no carro, ele era um mulato suarento, e eu a me dar ares de fidalgo” (BUARQUE, 2009, p. 50).

Os elementos formadores da sua identidade estão tão arraigados que Eulálio não consegue se desvencilhar deles nem mesmo após perder todos os bens e precisar compartilhar os espaços das classes mais baixas, como os hospitais públicos, e se mudar para um lugar oferecido pelo pastor da igreja que Maria Eulália, sua filha, frequentava: “[...] uma casa de um só cômodo pegada à sua igreja nos arredores da cidade” (BUARQUE, 2009, p. 176). Mesmo que não pertença mais a uma elite, o discurso do narrador ainda ecoa as falas preconceituosas. Assim, como sintetiza Ari Silva Campos (2014):

A decadência financeira dos Assumpção e Montenegro não abalou o discurso de classe dominante de Eulálio, que ele reproduzirá até o fim da narrativa. Sem posses, o protagonista está inserido (no presente) numa camada da sociedade que não dita os certames ideológicos, mas que reproduz os modelos da classe dominante e os adapta às suas condições financeiras (CAMPOS, 2014, p. 76).

Durante a fase decadente, Eulálio sintetiza a situação familiar ao falar sobre o neto, um comunista que havia sido preso pela ditadura militar em 1964:

É como se dizia antigamente, pai rico, filho nobre, neto pobre. O neto pobre calhou de estar na sua barriga, Eulálio d’Assumpção Palumba, o garotão por nós criado, que cresceu rebelde com toda razão. Já maduro entrou nos eixos, mas você deve lembrar quando ele meteu na cabeça de ser comunista. Agora imagine a sua vó o que diria, neta casada com filho de imigrante e bisneto comunista da linha chinesa (BUARQUE, 2009, p. 38).

Por meio da citação observamos que Eulálio justifica que a revolta diante do governo militar viria do fato de ele ter crescido rebelde por ser pobre. Sobre o contexto da ditadura, Eulálio ainda narra que o seu neto havia engravidado uma mulher que também havia sido presa, assim, seu bisneto, Eulálio d’Assumpção Palumba Júnior, havia sido criado por ele e Maria Eulália, sua filha:

Esse seu filho engravidou outra comunista, que teve um filho na cadeia e na cadeia morreu. Você diz que ele próprio morreu nas mãos da polícia, e com efeito tenho vaga lembrança de tal assunto. [...] Não esqueço o dia em que me telefonaram para buscar o bebê no hospital do Exército, o coronel foi atencioso, disse me conhecer de outros carnavais (BUARQUE, 2009, p. 38-39).

As alusões à ditadura no Brasil evocam o autoritarismo e a violência praticada pelos militares durante o regime, expondo a memória traumática desse momento. No trecho a seguir, a repressão que sofriam os opositores da ditadura é reproduzida ficcionalmente:

Não demorou muito, sete agentes da polícia invadiram nosso apartamento, vasculharam tudo, sacolejaram Maria Eulália, perguntaram por um tal de Pablo, e eu lhes disse que havia um equívoco, o garoto era um Assumpção de boa cepa. Ainda lhes aponteí o retrato do meu avô na moldura dourada, mas um brutamontes me deu um tapa na orelha e me mandou enfiar o avô no cu. Esse ignorante espalhou no chão meu acervo de fotos, e nem me adiantaria protestar quando confiscou o chicote florentino (BUARQUE, 2009, p. 127).

Nesse momento, o abuso de poder, que geralmente era impetrado pelos Assumpção, está nas mãos de outros e eles passam à posição de vítimas. Como destaca Gabriel Cordeiro dos Santos Lima (2019), em seu artigo “O leite derramado e o chicote florentino: memória e autoritarismo em um romance de Chico Buarque”, a violência não é algo com que Eulálio não esteja familiarizado: “Eulálio conhece o autoritarismo como ninguém, fiduciário que é dos históricos mecanismos de violência que se precipitaram na forma de um regime em 1964” (LIMA, 2019, p. 159).

Lima destaca ainda que esse é um momento significativo para a obra de Chico Buarque, pois “[...] o golpe de 1964 é uma das peripécias decisivas de sua intriga narrativa, como também é, enquanto trauma, um fator decisivo para a (des) estruturação de sua forma” (LIMA, 2019, p. 150), uma vez que as lembranças narradas por Eulálio tratam das memórias de uma família que soube “usar o autoritarismo enquanto instrumento” (LIMA, 2019, p. 150) para a sua ascensão social e financeira. Para Lima, é “daí também a sensação de *déjà-vu* que atravessa o texto, como a sugerir que algo da ditadura sempre *esteve aí e continua estando*” (LIMA, 2019, p. 150, grifo do autor).

É justamente a ditadura que elimina a possibilidade de um desvio em relação às práticas sociais e crenças dos Assumpção, pois, o primeiro deles que se interessa por entender as camadas que envolvem a política sofre com o silenciamento; é preso e assassinado:

Por sua vez, no meio desse turbilhão, entre ontem e hoje, a ditadura militar faz justamente às vezes de elo. É sua repressão que exclui do romance o primeiro Eulálio aparentemente esclarecido, estudioso e interessado em política desde uma perspectiva coletiva – ao contrário de seus parentes, todos meros fisiológicos habilidosos. O que seria da família D’Assunção – ou do país – se ao invés do golpe de 1964 tivesse vindo o comunismo, como presumia o narrador? (LIMA, 2019, p. 156)

Lima (2019) evoca a postura de Eulálio quando o neto decide lhe contar que havia se tornado comunista. Ele não se opõe a escolha do neto e tem expectativas até que ele cresça politicamente, mas, ao chegar o ano de 1964, assumindo sua covardia para o enfrentamento de situações, muda sua perspectiva:

E um dia veio me comunicar que se tornara comunista. Que seja, falei comigo. Se vier o comunismo, Eulálio d'Assumpção Palumba chegará provavelmente a algum bureau político, a um conselho de ministros, se não ao comitê central do partido. Mas em vez do comunismo, veio a Revolução Militar de 1964, então tratei de lhe lembrar nossas antigas relações de família com as Forças Armadas, até lhe mostrei o chicote que pertenceu ao seu sexto avô português, o célebre general Assumpção. Mas na sua pouca idade, Eulálio ainda vulnerável à influência de gente insensata, talvez mesmo de uns padres vermelhos. Ou então lhe subiu à cabeça o sangue quente de calabrês, só sei que ele cismou de ser um herói da resistência. Trouxe um mimeógrafo para casa, imprimia panfletos, em vão tentei lhe explicar que o heroísmo é uma vulgaridade (BUARQUE, 2009, p. 126).

Eulálio é um homem sem grandes convicções morais, que apenas se adapta às circunstâncias que melhor o favorecem, o que explica a sua falta de sensibilidade diante de acontecimentos traumáticos que são narrados de maneira trivial. Por exemplo, Eulálio diz que havia se apegado ao menino, que era muito inteligente, pois “o garoto não largava os livros de História, enchia a mãe de orgulho com as notas do boletim” (BUARQUE, 2009, p. 126), mas, apesar disso, não expressa dor ao lembrar sua morte prematura, conforme Lima sinaliza:

Chico não apresenta, em hipótese alguma, um enlutado clássico. Longe disso, Eulálio evoca a memória dos netos (inclusive o que foi assassinado) com um descaso bastante particular. É mesmo capaz de tratar com trivialidade um episódio tão macabro quanto a busca, na prisão, do filho de um perseguido político executado; ou a morte de uma mulher grávida encarcerada. [...] Leite Derramado formaliza o trauma do período ditatorial através de uma personalidade moral que, à diferença do que ocorre em outras ficções do século XXI, não oferece identificação possível. Dito de outro modo: Chico acusou o golpe, dando evidências, em nível de forma e conteúdo, que o choque de 1964 persiste no inconsciente coletivo (LIMA, 2019, p. 153).

Eulálio conta, em outra passagem, que seu bisneto havia sido assassinado e encontrado morto, assim como o seu pai, em um quarto de hotel. Todavia, essa morte é mais significativa para Eulálio, pois, nesse ponto, ele já percebe a situação decadente na qual se encontra, e narra que “[...] quando o caixão bateu com peso no fundo da tumba, o baque abafado me soou como o fim da linha dos Assumpção. Pra mim já estava bom, bastava” (BUARQUE, 2009, p. 153).

Nos momentos de lucidez, Eulálio explica que é o seu tataraneto quem paga as despesas dele e de Maria Eulália agora, muito embora não saiba de onde vem esse dinheiro, dando a entender que a origem é ilícita:

Para efeito de contabilidade, quem paga minhas despesas é meu tataraneto, Eulálio d'Assumpção Palumba Neto. E se fizer questão de saber onde procedem seus rendimentos, eu lhe afirmo que não tenho a menor ideia. Sou muito grato ao garotão, mas para ganhar milhões sem instrução alguma, deve ser artista de cinema ou coisa pior [...] (BUARQUE, 2009, p. 78).

Assim, acontece um espelhamento, se o bisavô traficava escravos, o tataraneto trafica drogas. No entanto, a visão que Mária Eulália tem dessa situação difere da de Eulálio. Ao falar que o tataraneto levava os negócios para fora do país, ele explica que, para ele a coisa parecia um tanto nebulosa, “mas para Maria Eulália o garotão seguia os passos do meu pai, que nos bons tempos ganhou milhões de libras com a exportação de café” (BUARQUE, 2009, p. 173). As constantes comparações com a figura paterna são decorrentes de uma ânsia de ainda manter um elo com a classe social da qual fizeram parte um dia. A morte do pai representou a ruptura entre o que eles foram e aquilo que se tornaram. Lílian P. S. e Deus (2018) pontuam que é justamente esse não reconhecimento da situação atual que provoca a evocação ao passado:

Os espaços que ele ocupava deram lugar a outros com os quais ele não mais se identifica. Portanto, ele não reconhece o espaço do presente como sendo seu verdadeiro lar. Há uma necessidade de busca do passado e um sentimento também de refugio é trazido à cena: o presente em que se vive hoje nega a velhice de tal forma que obriga os que estão nessa condição a fugir para tempos mais remotos. Nesse sentido, o apagamento dos locais que sinalizavam o espaço que a personagem ocupava no passado metaforiza a decadência do poder de uma elite que se esfacela com o tempo. Ainda assim, Eulálio insiste em reputar os locais do passado. Dessa maneira, ao reivindicar seu lugar no presente, Eulálio reitera a posição da elite, que, mesmo adoentada, ainda se quer no poder (DEUS, 2018, p. 396-397).

Eulálio evoca os privilégios que outrora teve e dos quais se vê destituído no presente. A sua decadência acontece de maneira gradual: ele passa “de herdeiro da elite cafeicultora e política a homem abastado, depois, membro de uma classe média que reivindicava, ainda assim, status de nobreza, até a condição de suburbano, obrigado, já na velhice a morar em um quarto emprestado” (REIS, 2013, p. 5). A memória de Eulálio busca assim, seletivamente, os acontecimentos do passado, esquivando-se ao máximo do momento presente, pois as lembranças mais recentes são mais desconfortáveis. Há uma opção involuntária pelo

esquecimento. Para sintetizar, Ari Campos (2014) destaca, de forma clara, os momentos principais de ascensão e declínio familiar dos Assumpção:

Se traçarmos um centro divisor de águas na trajetória dos Assumpção, teremos dois instantes bem marcados na história. O primeiro momento ocorre quando a família de Eulálio, ao se filiar aos projetos políticos liberais do século XIX, ascende financeiramente e garante nome e poder. O segundo momento dá-se com a queda do prestígio do clã Assumpção, em decorrência da morte do pai, que se estenderá até o final da história do narrador (CAMPOS, 2014, p. 44).

O romance, ao se reportar aos cargos públicos e aos espaços de poder ocupados pelos ascendentes de Eulálio, desvela também as estratégias de construção textual usadas por Chico Buarque para relacionar uma microssociedade particular e privada à macrossociedade pública, expondo os alicerces da sociedade brasileira (DEUS, 2018, p. 388).

3.2.1 Eulálio Assumpção e o discurso metamemorialístico

Desde *Estorvo*, os narradores de Chico Buarque são construídos no limite entre a realidade e a irrealidade, em um jogo entre real e onírico, entre memória e imaginação. O estado de confusão mental permeia as narrativas, impedindo uma percepção clara dos acontecimentos. Interessa-nos, em particular, as escolhas estéticas do autor ao compor o narrador de *Leite derramado*, ou seja, a narrativa autodiegética, a utilização do fluxo de consciência, o tempo não linear da narrativa, oscilante e simultaneamente espiralado e um discurso que, embora vinculado à memória individual, aponta para a memória coletiva de traumas da formação nacional, como o racismo e a desigualdade social.

O título da seção reporta-se a um aspecto importante da narração de Eulálio, o discurso metamemorialístico, uma vez que o relato se divide entre suas reflexões sobre as próprias lembranças, ou seja, aquilo que pensa, o que efetivamente rememora e seus delírios. Na passagem a seguir, por exemplo, há uma instância em que a operação da metamemória é evidente: “Quando eu perdi minha mulher, foi atroz. E **qualquer coisa que eu recorde agora, vai doer, a memória é uma vasta ferida**” (BUARQUE, 2009, p. 10, grifo nosso). Entretanto, ao longo da narrativa, ele elabora diferentes versões dessa perda, de modo que é impossível para o leitor identificar a versão que corresponderia ao que realmente ocorreu.

Assim, o discurso do narrador é construído como um jogo contínuo entre exposição e ocultamento.

Eulálio é um narrador que revela incertezas quanto à precisão da sua memória. Ele tem a particularidade de exprimir de maneira objetiva a própria percepção dos seus delírios e devaneios, como fica evidente na seguinte passagem do texto:

E debaixo do banho observei meu corpo fremente, só que neste momento minha cabeça fraquejou, não sei mais de que banho estou falando. São tantas as minhas lembranças, e lembranças de lembranças de lembranças, que já não sei em qual camada da memória eu estava agora (BUARQUE, 2009, p. 138-139).

Assim, pode-se dizer que Eulálio não é propriamente um narrador “memorialístico”, mas um narrador das representações da memória. Ele conta os acontecimentos de um modo caótico, caleidoscópico, relata suas percepções à época em que ocorreram, mas também deixa transparecer seus sentimentos atuais diante da recuperação das lembranças. É um narrador complexo, que vai e volta em suas lembranças. Embora alguns críticos associem o título do romance a um ditado popular, em função da relação atribulada entre o narrador e Matilde, de maneira sintetizada, Adriana Dusilek (2011) o associa ao discurso de Eulálio, uma vez que os efeitos da oralidade na narrativa se assemelham a um derramamento:

Visando a dar um efeito de oralidade, a narrativa possui um ágil ritmo, carregado de orações coordenadas e enumerações, dando uma sensação de “estilo derramado”, reforçando o título do livro, já que mimetiza a conversa informal de um homem centenário [...] Acrescenta-se a isso um pouco da técnica do fluxo de consciência, com uma memória puxando a outra, e se misturando a outras mais. Como busca refletir a desalinhada mente de um ancião, que confunde personagens, tempo e espaço, assim também se mostra o discurso, com tais confusões espaço-temporais (DUSILEK, 2011, p. 160).

Dada a necessidade de ter uma escuta, Eulálio narra com urgência. Por meio do trecho destacado abaixo é possível observar a confusão presente na narração de Eulálio, e, na sequência, o presumido abandono por parte de quem o ouve, sendo esse, portanto, um motivo plausível para sua pressa ao narrar:

Você deve estar fazendo confusão com o outro, aquele Eulálio mais moreno, namorador, que teve um caso com uma japonesa e engravidou a prima. Mas aquele, se não me engano, era filho desse Eulálio garotão com a moça do umbigo, minha cabeça às vezes fica meio embolada. É uma tremenda barafunda, filha, você nem vai me dar um beijo? É desagradável ser abandonado assim, falando com o teto (BUARQUE, 2009, p. 39).

Nessa passagem do romance, ele mistura as lembranças da situação que está narrando e, em seguida, se dirige provavelmente à enfermeira. A complexidade da narrativa permite inferir que Eulálio narra partes de sua história a quem estiver por perto, mas nem sempre tem a percepção de quem é de fato o seu interlocutor, se é que há um. Uma exceção ocorre no início do romance, quando ele se dirige a uma enfermeira, com a qual gostaria de se casar: “quando eu sair daqui, vamos nos casar na fazenda da minha feliz infância...” (BUARQUE, 2009, p. 5). Há na sua fala o reconhecimento de quem é a interlocutora, pois, mais adiante, ele afirma: “[...] caso você deseje prosseguir na profissão, irá para o trabalho a pé, visto que o bairro é farto em hospitais e consultórios”. Essa certeza se esvanece no capítulo seguinte quando a associa à própria filha: “[...] mas nem assim você me dá remédios, você é meio desumana. Acho que nem é da enfermagem, nunca vi essa sua cara por aqui. Claro, você é minha filha que estava na contraluz [...]” (BUARQUE, 2009, p. 10). Em outro momento, Eulálio parece narrar para os enfermeiros que o transportam, “os senhores, por favor, sejam prudentes ao me deslocar, pois tenho fratura no fêmur de calcificação precária” (BUARQUE, 2009, p. 167). Segundo Kaspari e Saraiva,

A interpelação a inúmeros narratários, além de traduzir o completo descaso e solidão em que se encontra Eulálio, interfere na enunciação, favorecendo o relato fragmentado e a repetição – em uma nova versão – de certos acontecimentos, especialmente o desfecho de Matilde, para o qual o narrador oferece desde a variante de morte por eclâmpsia à de suicídio ou de fuga com outro homem (KASPARI; SARAIVA, 2011, p. 159).

A repetição de relatos evoca os processos mnemônicos associados à velhice, em que uma mesma história pode ser narrada diversas vezes e de diferentes modos, pois há um declínio da memória episódica, ou seja, da capacidade de rememorar fatos. No discurso de Eulálio é possível perceber que as instâncias de metamemória se alternam com um fluxo de lembranças aleatórias que emergem desconexas, visto que a capacidade de ordenar os acontecimentos se deteriora. Há partes do romance em que paira a dúvida se há ou não um interlocutor presente, como no seguinte trecho “aqui não gozo privilégios, grito de dor e não me dão meus opiáceos, dormimos todos em camas rangedoras. Seria até cômico, eu aqui, todo cagado nas fraldas, dizer a vocês que tive berço” (BUARQUE, 2009, p. 50). Ao utilizar a forma no plural, as dúvidas quanto a quem escuta esse relato aumentam: seriam os enfermeiros, outros pacientes ou ouvintes imaginários? Ainda no âmbito da metamemória, nem mesmo Eulálio parece confiar em seus relatos, ao afirmar que “nem tudo o que digo se escreve, você sabe que sou dado a devaneios” (BUARQUE, 2009, p. 136), admitindo fantasiar em determinados momentos.

A espinha dorsal da narrativa é o relacionamento entre Eulálio e Matilde. Por meio de seus relatos, ele se mostra um homem inseguro e ciumento. E, por conta disso, outro fator fica evidente na obra: a tentativa de manipulação do discurso. Em um determinado ponto, ele começa a desconfiar da fidelidade da mulher, pois começa a imaginar um relacionamento dela com o engenheiro francês Dubosc. Assim, procura fornecer ao ouvinte os indícios dessa traição, como no trecho abaixo:

Eu já saíra de casa com Matilde na cabeça, vinha maturando que ela escondia alguma coisa de mim. Ela queria me fazer crer que, na minha ausência, Dubosc se servia do chalé puramente, como de alguma cabine pública em balneário francês. Queria me convencer de que os dois nunca se esbarrariam no entra-e-sai da casa, seus olhares nunca se cruzariam em horas de banho de sol. Deitada ao lado dele na praia, **me parece** impossível que ela não tivesse curiosidade por um homem tão vivido [...] (BUARQUE, 2009, p. 112, grifo nosso).

A desconfiança motiva as suposições de Eulálio, e, portanto, as interpretações das situações são todas dele. Ele faz deduções referentes a essas ocasiões e conduz sua fala para que o narratário também duvide de Matilde. A partir do momento em que admite suas suspeitas, o discurso do narrador se torna ainda mais duvidoso. Kaspari e Saraiva (2011), ao falarem sobre a noção de foco narrativo defendido por Genette, apontam que no caso de *Leite derramado*, o leitor é guiado por Eulálio:

Aplicando-se as categorias a *Leite derramado* tem-se um ponto de vista interno fixo – uma vez que o relato da história é orientado por um narrador que está inserido nela, interpretando-a conforme o seu sistema de valores [...] as circunstâncias da narração e o nível de conhecimento dos fatos estão atrelados à configuração do narrador, que orienta, ainda, as percepções do leitor (KASPARI; SARAIVA, 2011, p. 159).

Ou seja, a estratégia narrativa utilizada por Eulálio é conduzir o ouvinte a seu favor e já está implícita no próprio nome do narrador, que se compõe de eu + lalio (do grego lalein), que quer dizer falar e etimologicamente significa boa dicção. Em *Leite derramado*, a escolha do nome é significativa, pois este pode ser interpretado como “eu falo”, afirmando implicitamente a posse da voz e, portanto, de uma versão da história que o narrador deseja impor como verdadeira.

Ao longo da narração, Eulálio também se perde entre as situações que, de fato, aconteceram e aquelas que ele imaginou acontecer naquele momento. No trecho abaixo, ele começa relatando como seria o envolvimento entre Matilde e Dubosc, porém, em seguida, retoma a narração do que realmente aconteceu:

Quando o balde se encher até a borda, será como se tudo entre eles estivesse dito, e seguirão em frente até o forte no fim da praia, onde Matilde vai querer refrescar o corpo. [...] Havia alguns carros parados numa praça à minha direita, era o mirante da Vista Chinesa, mas em vez de fazer o retorno desliguei o motor e deixei o carro rodar ladeira abaixo rumo ao centro da cidade, onde encheria o tanque. E daí a pouco Matilde e Dubosc deverão regressar à barraca, ele carregando o balde e ela com uma expressão nunca vista em seu rosto (BUARQUE, 2009, p. 113-114).

Nesse trecho, novamente, Eulálio trabalha com suposições. “Deverão regressar” é uma suposição acerca de uma situação de que ele não tem certeza se aconteceu. Além de imaginar acontecimentos, ele fala por meio de outras personagens, ou seja, demarca sua opinião por meio da fala de outros, como no exemplo a seguir:

Fatigado estava ele [Dubosc], que pediu carona até seu hotel a duas quadras, e se recolheu sem se despedir direito, nem sequer beijou a mão de Matilde. Talvez tenha concluído, ao longo da noitada, que ela era mulher para dançar maxixe, e não de beijar a mão (BUARQUE, 2009, p. 66).

Uma vez que ele não é onisciente, essa versão dos acontecimentos fica no âmbito das suposições, o que o vocábulo “talvez” reforça.

Eulálio fala também por outra personagem, sua ex-mulher. Matilde não tem voz na narrativa, é construída pela versão unilateral elaborada pelo marido. Apesar da traição nunca ter sido confirmada, ele continua narrando situações que levantam dúvidas quanto à fidelidade da esposa. Ao enfatizar a sensualidade da mulher, deixando transparecer que a julgava como vulgaridade, ele lhe atribui uma natureza excessiva que evoca a Capitu de Machado de Assis: “foi me parecendo que também em Matilde, em seus movimentos de ombros e quadris, havia excesso” (BUARQUE, 2009, p. 65-66).

Matilde representa o maior contraponto a Eulálio na narrativa, e, portanto, é através dos relatos a respeito dela que ele revela mais sobre si mesmo. Na condição de um homem branco da elite, que reforça todos os estereótipos tradicionais, o seu relacionamento com uma mulher mulata, à frente de seu tempo, que gosta dos cabelos mais curtos e cores vibrantes, é responsável por mostrar suas reais convicções. Adriana Teles (2019) destaca ainda que a personalidade de Matilde representa uma ameaça ao poder que Eulálio gostaria de ter sobre ela:

A personalidade de Matilde é, sem dúvidas, de extrema importância. Sua opulência não cabe no modelo tradicional burguês e isso fica evidente para o narrador. Mas não é apenas isso. Há conquistas femininas das quais ela não abrirá mão. Os cabelos curtos e modernos, a maquiagem, que potencializa seus traços femininos, o laranja esfuziante, o sapato que a deixa na ponta dos pés são todos elementos que ajudam a compor uma figura que se afasta do convencional e do previsível, ameaça o poder de

Eulálio sobre a esposa e o deixa sem chão e com raiva do que vê (TELES, 2019, p. 5).

Outro aspecto importante no discurso de Eulálio, que também se encontra no âmbito da metamemória, é o uso das cores para expressar seus sentimentos. Segundo, Kaspari e Saraiva (2011), as cores acabam “reforçando a subjetividade da percepção do narrador que busca, em seu relato, romper a distância temporal entre o vivido e o narrado” (KASPARI; SARAIVA, 2011, p. 157) e expressam a intensidade dos seus sentimentos. No início da história, Eulálio precisa buscar Dubosc e quando Matilde decide acompanhá-lo usando um vestido laranja, acaba sendo proibida de ir. Essa atitude marca os indícios do ciúme e da tentativa de exercer poder sobre a mulher – “nem parei para pensar de onde vinha a minha raiva repentina, só senti que era alaranjada a raiva cega que tive da alegria dela” (BUARQUE, 2009, p. 12) –, deixando claro que a tonalidade quente destacava não apenas a sensualidade da mulher, como também a maneira como ele lidava com isso.

Outra questão expressa pelo discurso de Eulálio é o preconceito enraizado. Embora tente a todo custo omitir seu racismo, acaba deixando-o transparecer ao longo da narrativa. Assim como Antônio, ele usa o discurso memorialístico para se justificar. Ao falar de Balbino, o narrador deixa claro que a convivência com o ex-escravo fez dele um homem sem preconceitos, todavia, como destacado por Kaspari e Saraiva (2011), expressa o sentimento de dominação em relação ao corpo negro:

A “decisão de enrubar o Balbino” (BUARQUE, 2009, p. 19) revela tanto a prepotência do narrador – repare-se no emprego do verbo *decidir* – que, enquanto branco, se sente dono inclusive do corpo do escravo, quanto à situação de fragilidade a que está exposto o empregado, sujeito a violências físicas e morais sutis, mas nem por isso menos mordazes (KASPARI; SARAIVA, 2011, p. 166).

Um dos pontos mais emblemáticos quanto ao racismo de Eulálio diz respeito ao fato de ele tentar esconder que Matilde era mulata: “era de pele quase castanha, era a mais moreninha de sete irmãs” (BUARQUE, 2009, p. 29). Como destacado por Adriana Dusilek (2013), “o desejo de manter a ‘nobreza’ da tradição familiar, faz com que Eulálio queira inventar uma origem ‘mais elevada’ para sua esposa” (DUSILEK, 2013, p. 142), negando uma ascendência comum entre a esposa e o ex-escravo Balbino.

O narrador expressa seu desconforto com a personalidade de Matilde em diversas ocasiões durante a narrativa. Todavia, uma das atitudes que ele mais desaprova é o contato a esposa com os empregados. Por meio dos relatos, é possível observar que esse contato se

devia ao fato de ela se sentir desconfortável no ambiente familiar, como mostra o trecho a seguir:

Ela saiu do carro antes que eu lhe abrisse a porta, e mal entramos em casa foi para a cozinha, tinha mania de ir para a cozinha. Volta e meia levava a criança à cozinha, dava conversa às empregadas, era vezeira em almoçar ali com a babá. Então me vi tomado de um sentimento obscuro, entre a vergonha e a raiva de gostar de uma mulher que vive na cozinha. Eu seguia Matilde, que falava sozinha, que meio cantarolando perguntava pelo chá de boldo, e de repente não sei o que me dei, agarrei-a com violência pelas costas. Joguei-a contra a parede e ela não entendeu, começou a emitir gemidos nasais, o rosto achatado nos ladrilhos. Prendi seus punhos na parede, ela se debatia, mas eu a controlava com meus joelhos atrás dos seus. E com meu tronco eu a apertava, eu a espremia a valer, eu quase a esmagava na parede, até que Matilde disse, eu vou, Eulálio, e seu corpo tremeu inteiro, levando o meu a tremer junto (BUARQUE, 2009, p. 66-67).

Na passagem acima, é possível perceber o desejo de dominação. Dessa maneira, fica explícito o motivo pelo qual Matilde abandona Eulálio, com a filha do casal ainda lactante, ainda que ele não o relate claramente.

Há evidências na narração de que a esposa do narrador estava deprimida, pois ele relata que ela “vivía sempre mais reclusa naquele quarto lateral do chalé” (BUARQUE, 2009, p. 133), mas ele não consegue notar esses sinais. Em uma situação específica, enquanto a mulher está chorando isolada, ele confunde os lamentos da esposa com gemidos de prazer:

E quando eu ajeitava os antúrios na sala, tive a surpresa de ouvir Matilde chorar baixinho, desafogar de vez em quando só lhe poderia fazer bem. Eu já subia para lhe oferecer assistência, mas no meio da escada me detive a reparar melhor nos seus gemidos. Aqui não me darei ao desfrute de divulgar intimidades de Matilde, mas digo que cada mulher tem uma voz secreta, com melodia característica, só sabia de quem a leva para a cama. [...] E me delicieei de imaginar que naquele momento ela se acariciava pensando em mim, como eu a namorava em pensamento toda noite no meu quarto. Cheguei ao topo da escada pisando leve, de jeito nenhum eu interromperia Matilde, queria espreita-la até o fim. Num instante fui tomado pela ideia de que havia um homem com Matilde, eu já ouvia ofegos de homem mesclados aos gemidos dela. Meus olhos como que se encheram de sangue, e os tacos do assoalho imitavam pegadas de um homem grande, de uns pés sujos de areia no caminho de Matilde (BUARQUE, 2009, p. 134-135).

Ari Campos (2014) pontua que “Matilde é o ápice capitular das memórias de Eulálio e que, por meio dela, o narrador encontra motivações para suas longas descrições e digressões narrativas” (CAMPOS, 2014, p. 37). Esse excerto exemplifica mais uma vez como Eulálio fantasiava as situações e como ainda demonstra mágoa em relação a essas lembranças. Após ter sido abandonado, o narrador começa a inventar diferentes desfechos para a ex-mulher. A partir desse momento, a complexa relação entre o lembrar e o esquecer fica mais demarcada, aspecto que abordaremos mais detalhadamente na seção seguinte.

3.2.2 A dialética memória e esquecimento em *Leite Derramado*

No primeiro capítulo, quando discorremos sobre a dialética entre memória e esquecimento, buscamos demonstrar que, às vezes, este último ocorre como resultado de uma tentativa de autoproteção, de modo a evitar lembranças que possam trazer sofrimento. No caso dos idosos, há também um processo natural de perda da memória, que não nos permite dar credibilidade absoluta ao discurso do narrador. No início do romance, por exemplo, Eulálio diz “poderíamos morar em Botafogo, no casarão construído por meu pai” (BUARQUE, 2009, p. 6), porém, ao continuar sua fala na página seguinte, ele se dá conta que “bem em cima do nosso próprio terreno levantaram um centro médico de dezoito andares, e com isso acabo de me lembrar que o casarão não existe mais [...] estou pensando alto para que você me escute” (BUARQUE, 2009, p. 7), ou seja, fica evidente a consciência que ele tem dos próprios lapsos de memória. Essa passagem do texto evidencia que a narrativa é um fluxo de consciência único, em que os pretensos diálogos são uma tentativa mental de concretizar o desejo de narrar a própria história.

Segundo Overschelde (2008), a compreensão que uma pessoa tem sobre sua capacidade mnemônica possibilita o desenvolvimento de estratégias mais complexas para melhor interagir com o meio. Fragilizado pela doença e pela idade, possivelmente o narrador entabula diálogos imaginários com as pessoas que vê ao seu redor, pois sua condição física é limitante, como se pode observar no trecho a seguir: “Estou neste hospital infecto, e aí não vai intenção de ofender os presentes. Não sei quem são vocês, não conheço seus nomes, mal posso virar o pescoço para ver que cara têm. Ouço suas vozes, e posso deduzir que são pessoas do povo [...]” (BUARQUE, 2009, p. 49-50).

A premência de narrar, como dito anteriormente com base em estudos de Michael Pollak, está associada à proximidade da morte, à vontade de perpetuar algo do que foi vivido por meio do relato. No caso do narrador, a focalização das lembranças no passado áureo familiar, em detrimento daquelas relacionadas ao presente, deriva da necessidade de apagamento da frustração amorosa e da decadência financeira.

Eulálio é um homem frustrado, que expõe o sentimento de inferioridade em relação aos homens da família logo após o nascimento da filha, já que não consegue dar conta de seguir com a tradição dos Assumpção de só gerar homens. Esse sentimento ganha ainda mais força no momento em que, após a perda de Matilde, precisa ir a Paris para resolver os negócios do pai, missão que ele acaba aceitando para que sua mãe não assuma o controle:

Agradei, recusei passagem e caderneta, mas mamãe pretendia me curar à força, e acabou por me impingir a viagem, como colher de xarope em boca de criança. Porque se não fosse eu, iria ela própria à Europa, iria ela falar grosso com os agentes financeiros do meu pai, que não respondiam a seus telegramas. Seria ela o homem da família, e eu um marmanjo que vive de mesada. (BUARQUE, 2009, p. 56)

Esse tipo de lembrança, que dá ao narrador uma visão negativa de si mesmo, faz parte do inventário das memórias indesejadas. Ao lembrar o modo como a filha buscava justificar o fato de ter sido abandonada pelo marido, por exemplo, ele evoca algo que reflete essa percepção de si:

Maria Eulália se recusou a crer que fora descartada de maneira tão vil [...] tinha certeza de que havia chegado aos ouvidos dele o boato corrente em seus tempos de colegial, dando conta de que sua mãe não morreria de eclampsia coisa nenhuma, mas fugira de casa largando um marido frouxo e uma criança de colo (BUARQUE, 2009, p. 122).

Entre as muitas versões do destino de Matilde, Eulálio diz à filha que a mãe os abandonara quando ela era ainda bebê, mas que falecera pouco depois em um desastre de automóvel na antiga estrada Rio-Petrópolis.

Entendendo a idade como um fator marcante em sua narração, é possível observar que Eulálio se confunde em muitos momentos. Ari Silva Campos (2014) reitera essa ideia, pontuando que essas confusões expõem as reais condições do narrador, e elucida que um homem centenário “na tentativa de retratar as camadas mais profundas de sua história, incorrerá vez ou outra, em variações absurdas ou recriações impossíveis e até invenções para dar conta de passagens completas de sua trajetória” (CAMPOS, 2014, p. 24). Ao admitir que é dado à devaneios, Eulálio explica como essa recuperação de lembranças é conduzida:

De bom grado tornarei a lhe falar somente dos bons momentos que vivi com Matilde, e por favor me corrija se eu me equivocar aqui ou ali. Na velhice a gente dá para repetir casos antigos, porém jamais com a mesma precisão, porque cada lembrança já é um arremedo de lembrança anterior (BUARQUE, 2009, p. 136).

Nesse trecho, portanto, ele admite que suas memórias podem ter pontas soltas, destacando a velhice como um motivo para esse retorno ao passado. Eulálio esclarece como ele consegue se lembrar de detalhes de histórias mais antigas, mas sente dificuldade de lembrar informações mais recentes:

Aquela que veio me ver, ninguém acredita, é a minha filha. Ficou torta assim e destrambelhada por causa do filho. Ou neto, agora não sei direito se o rapaz era meu neto ou tataraneto ou o quê. Ao passo que o tempo futuro se estreita, as pessoas mais

novas têm de se amontoar de qualquer jeito num canto da minha cabeça. Já para o passado tenho um salão cada vez mais espaçoso, onde cabem com folga meus pais, avós, primos distantes... (BUARQUE, 2009, p. 14).

A partir dessa evocação da memória remota, Eulálio consegue refletir e ressignificar determinadas lembranças. Ele relembra detalhes em situações que não havia percebido antes, como, por exemplo, o momento em que se dá conta de que, durante uma das festas da sua mãe, viu uma mulher usando o vestido comprado pelo seu pai dias antes. Ele percebe, então, que aquela mulher que frequentava a casa de sua família era a amante do seu pai, cujo marido mandou assassiná-lo:

Somente hoje, oitenta anos passados, como um alarme na memória, como se fosse azul-celeste a cor de uma tragédia, reconheço o vestido rodado que meu pai comprou na véspera. [...] É decerto uma cena crucial, mas que naquela noite negligenciei, até porque papai não era dado a mulheres de cabelos castanhos. Saí da sala, fui beliscar alguma coisa no bufê, e a minha cabeça agora fraquejou, onde é que eu estava mesmo? Acho que me perdi, me dê a mão. Sim, eu estava no jantar da minha mãe, e o mordomo me chamava com gestos agoniados (BUARQUE, 2009, p. 87-88).

No excerto acima, ele percebe que perdeu o rumo da narrativa e retoma-o a seguir, deixando evidente a confusão em sua mente. Apesar de conseguir observar e repensar as situações que envolvem os outros, não consegue fazê-lo com as suas próprias reminiscências. Às vezes, esse esquecimento o favorece, mascarando suas falhas e erros. Elaine C. de Jesus Santos sinaliza que as lembranças de Eulálio

aparecem fragmentadas, parece que ele busca lembrar, mas ao mesmo tempo esquecer, “apagar os rastros” do passado, talvez com a intenção de recriá-lo por meio dos vazios deixados pela narração, numa tentativa de trazer o passado ao presente, mas de forma mais reconfortante (SANTOS, 2010, p. 16).

Em uma versão, Eulálio relata que Matilde havia morrido em um acidente de carro, logo depois, a versão contada é que ela foi mandada a um manicômio, e, por fim, Matilde teria se afogado. Incapaz de lidar com o fato de a esposa ter se “libertado” do seu domínio, ele cria diferentes versões da mesma história. Esse procedimento evidencia que “sua mente escolhe quais fatos quer relembrar; àqueles que lhe causariam sofrimento, ele prefere dar uma nova roupagem” (CARREIRA, 2016, p. 49). As lembranças referentes a esse período de perda da esposa são confusas, impossibilitando a distinção entre um genuíno esquecimento e um autossilenciamento causado pela vergonha de ter sido abandonado.

Há, entretanto, uma passagem no romance em que Eulálio admite o que havia acontecido de fato: “então tomei suas mãos, olhei-a nos olhos e lhe confessei que Matilde

havia realmente abandonado o lar, quando ela nem bem engatinhava” (BUARQUE, 2009, p. 122). Desta maneira pode-se concluir que, como em *a máquina de fazer espanhóis*, a confusão mental e o esquecimento tornam-se solução para que Eulálio não lide com o sofrimento e a humilhação causada pela ausência da mulher:

Logo que fui abandonado costumavam cochichar pelas minhas costas, no armazém, no café, no salão de barbeiro, sei que especulavam sobre eventuais amantes da minha mulher. Porém agora faziam profundo silêncio à minha chegada, como se eu estivesse promovido a uma categoria respeitável de marido enganado (BUARQUE, 2009, p. 186-187).

Segundo Elaine C. de Jesus Santos (2010), o retorno ao passado dentro da obra remete ao provérbio “não se deve chorar o leite derramado”, pois o título, de certo modo, antecipa eventos que estarão presentes na narrativa, uma vez que “os acontecimentos vividos, as palavras ditas, ou seja, aquilo que já aconteceu, não pode ser modificado, pois já passou” (SANTOS, 2010, p. 50).

O presente solitário e decadente de Eulálio é reflexo desse passado problemático que ele narra. Por conta disso, sua narração confusa permite que o leitor, “ao final do romance, embora *saiba* tanto quanto o narrador, *perceba* mais do que ele a respeito da história” (KASPARI E SARAIVA, 2011, p. 160).

Uma observação importante e conclusiva acerca das memórias de Eulálio é feita por Cruz e Aragão (2011), que demarcam a diferença entre as lembranças felizes e as que causaram sofrimento. As que trazem felicidade, como as da infância, são lembradas com clareza; as que se reportam ao período após o desaparecimento de Matilde, conseqüentemente dolorosas, são ocultadas:

Logo, percebe-se que a escolha feita por Eulálio, e que também pode ser aplicada a qualquer pessoa, atende às necessidades emocionais, uma vez que, sua mente escolhe quais fatos quer relembrar, selecionando o que for melhor para ele reviver e recriando outras situações que lhe causaram dor e sofrimento. Eulálio somente revive o que lhe foi bom, alegre e recria, o que lhe parece ruim, dando um novo aspecto para que os momentos ruins não fossem externados (CRUZ; ARAGÃO, 2011, p. 2471).

Assim, as autoras destacam que “o delírio é também uma forma de recriar o vivido [...] ao narrar sua história, mesmo que ela não seja integralmente verdadeira faz com que o personagem se sinta aliviado ao falar de sua dor, de sua vida...” (CRUZ; ARAGÃO, 2011, p. 2474). São as divagações em seu relato que permitem que suas memórias sejam narradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta dissertação, ou seja, analisar o diálogo entre ficção e história nos romances *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado* por meio da memória de seus narradores, levou-nos à reflexão sobre o conceito de memória, bem como sobre o entrelaçamento entre a memória individual e a memória coletiva. A apropriação do passado histórico por essas duas obras ficcionais, permeadas de incertezas sobre as reminiscências dos narradores, eivadas de esquecimentos e silêncios, evoca o modo como as histórias nacionais são tecidas, evidenciando o que se quer que permaneça na memória coletiva e escamoteando o que deve perecer nos discursos da representação nacional.

Ao longo da pesquisa observamos que a memória está intimamente relacionada à identidade, seja ela individual ou coletiva. Nos romances examinados, a recuperação de lembranças dos protagonistas dá-se em meio a cenários históricos importantes no Brasil e em Portugal.

A memória, aqui mencionada, corresponde à imagem-lembrança defendida por Bergson e à memória pessoal de Connerton, ou seja, à ideia da memória enquanto uma imagem recortada do passado. Todavia, essas “imagens recortadas” pertencem a uma recordação maior, no caso, pertencem à vida desses dois indivíduos que resolveram narrar suas histórias. A visão defendida por Halbwachs de que a memória é uma reconstrução define o caminho traçado dentro das obras. Ao rememorar os acontecimentos, Eulálio e António apresentam incertezas, confusão mental, dificuldade em perceber se as lembranças são de experiências vividas ou o resultado de delírios e alucinações.

Em *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado*, o contexto histórico se apresenta como pano de fundo, porém o diálogo estabelecido entre as memórias individuais e as memórias coletivas enseja reflexões sobre o passado histórico e social. Esse diálogo cria uma espécie de espelhamento e é possível detectar no comportamento dos protagonistas aspectos de memórias coletivas subterrâneas, que se encontravam arquivadas, mas que eram compartilhadas por vários indivíduos.

Eulálio mantém os valores de uma elite decadente, saudosa dos antigos privilégios e inconformada com a perda de *status*. A história de sua decadência imiscui-se à história política e social do Brasil. António representa os portugueses cujas vozes e identidades foram sufocadas pela máquina do Estado, pelo Salazarismo. Por meio das narrações, é possível perceber que Eulálio e António fazem uso de uma estratégia de manipulação, pois tentam

convencer o leitor de que suas atitudes contraditórias advêm dessas memórias, se colocando com vítimas.

A partir do que nos esclarece Candau em seu estudo sobre os níveis da memória, podemos concluir que o discurso desses narradores é metamemorialístico. Além da recuperação de lembranças, ou seja, da memória propriamente dita, ele contém reflexões sobre os acontecimentos rememorados, bem como certa consciência da falibilidade da memória. São esses narradores que decidem os acontecimentos que merecem destaque e os que devem ser ocultados. Entretanto, é importante mencionar que, além desse silenciamento consciente, a memória individual é apenas um ponto de vista em relação a uma memória mais abrangente, sendo, portanto, vista sob uma ótica pessoal diante das situações, o que torna esses discursos duvidosos. A memória é fragmentada, lacunar e suscetível a esquecimentos. Dessa maneira, evocando Paul Ricouer, podemos dizer que *a máquina de fazer espanhóis* e *Leite derramado* são definidos pelo jogo do lembrar, esquecer e silenciar.

Nas duas obras, o enquadramento utilizado pelos autores diz respeito a uma perspectiva de cidadãos comuns, pois, apesar da história familiar, Eulálio é apenas um idoso internado em um hospital público, equiparando-se, assim, à condição de António Silva no asilo. E é com esse olhar presente, de homens comuns, que eles se debruçam sobre a própria história, que ecoa a história de seus países.

Se, como afirma Pollak, a velhice desperta o desejo de narrar e transmitir a outros os momentos traumáticos da experiência individual, ela também é uma das responsáveis por prejudicar a credibilidade dos discursos. Nos romances examinados, a idade avançada dos narradores afeta a veracidade de suas narrações. A fragmentação dos relatos propicia as inserções de espaços lacunares, de maneira que, os limites entre o que é real e o que é imaginário não são bem definidos.

Outro fator importante acerca dessa narração é a maneira como esses dois homens se sentem em relação a essas lembranças. Compreendemos que as narrativas referentes a momentos traumáticos tratam de relatar o que não deve ser esquecido, porém, o trauma necessita da ficção, pois só assim pode ser verbalizado. Como a narrativa proveniente da memória é oscilante e não confiável, por ser falha, a ficção acaba preenchendo as lacunas deixadas pela rememoração.

Além disso, como já mencionado, a narração “memorialista” é perpassada pelo filtro do narrador, que pode manipulá-la da maneira que lhe convém. Assim, apesar de ser difícil delimitar onde se aplica uma memória impedida ou uma memória manipulada, o que é esquecimento ou o que é silêncio, é perceptível que uma das motivações para os lapsos na

narração dos dois idosos é a vergonha: de sentir medo do regime, por parte de António Silva, e a vergonha de sofrer com o abandono de Matilde, no caso de Eulálio. Cada ferida pessoal desses homens proporciona um esquecimento e um silenciamento em suas histórias. Eulálio se reporta à história familiar desde os seus ancestrais, cobrindo uma longa passagem de tempo, enquanto António faz um recorte menor e narra o antes, o durante e o depois do Salazarismo em Portugal.

O meio social interfere nas duas obras de maneiras distintas. Em *a máquina de fazer espanhóis*, António foi educado por meio da Igreja para sentir medo e se via como um homem de pouco poder diante da sociedade; em *Leite derramado*, Eulálio é o produto de uma elite carioca, ativa, que sombreia as minorias periféricas. Todavia, os dois narradores compartilham um sentimento de inferioridade. Enquanto o primeiro se sente pequeno em relação aos que não se deixaram levar pelo regime, o segundo se sente inseguro em relação ao papel que os homens de sua família desempenharam.

Embora desenvolvam um discurso vitimizador em vários pontos da narração, Eulálio e António, em algum momento, compactuaram com um regime discriminatório e opressor. O mecanismo de coerção e vigilância do aparelho estatal é a justificativa de António para a sua covardia, enquanto que Eulálio, ao mesmo tempo em que afirma ter querido ser diferente de todos os Assumpção, reproduz o preconceito de raça e classe que sempre predominou em sua família. Desse modo, o discurso dos narradores é permeado por estratégias de convencimento do outro — e quiçá de si mesmos — no que diz respeito às suas ações passadas.

Importa ainda observar que, nas duas obras, há outras personagens cuja oposição aos narradores constitui elemento-chave para a evolução da narrativa. Se Matilde é a desencadeadora das narrações de Eulálio, os idosos do lar, em particular o Silva da Europa, proporcionam a António a emersão de antigas lembranças. Além disso, é através do embate com essas personagens, que os dois protagonistas demonstram suas reais convicções. Essas provocações ocasionam reflexões importantes para os narradores, pois propiciam o autoconhecimento e a ressignificação das identidades.

O leitor de *Leite derramado* é levado a desconfiar da veracidade do discurso do narrador e essa suspeita se estende também à fala da elite brasileira, que levou para o espaço público o legado patriarcal que sustentou suas bases. A história da família de Eulálio, que se entretetece à história do Brasil, desde os tempos do Império até o século XXI, exhibe a naturalização de preconceitos. Muito embora, o narrador faça questão de dizer que pensa de forma diferente, ironicamente, seu discurso aponta em outra direção. Matilde representa o Outro que deveria ser controlado e dominado.

A par do seu apreço pelo nome e prestígio, ele se revela um indivíduo adaptável, que superou todas as mudanças ocorridas tanto no âmbito nacional como no pessoal e, à medida que entra em decadência econômica, vai migrando para bairros mais populares da cidade.

Por sua vez, *a máquina de fazer espanhóis* revela objetivamente “o fascismo dos bons homens”, uma condição de subordinação ao poder coercitivo do Estado que se prolonga até os dias atuais, como o Silva da Europa está sempre a frisar. António Silva projeta na narrativa do passado e em seu prolapado arrependimento uma espécie de redenção dos próprios erros, que, no entanto, ainda se manifestam no presente, haja vista a agressão imposta à D. Marta. Se de fato, como sinaliza Seligmann-Silva, a memória do trauma é um acordo entre a memória individual e aquela construída pela sociedade, no âmbito do romance ela só emerge quando há o reconhecimento da convivência.

Por fim, convém lembrar, evocando Le Goff, que os grupos e indivíduos que dominaram e ainda dominam as sociedades têm a ambição de controlar a memória e o esquecimento, pois estes revelam os mecanismos de manipulação da memória coletiva, o processo narrativo dos jogos de poder.

As similaridades entre as duas obras, a criação de narrativas memorialísticas, cujos contextos históricos, sociais e políticos emergem simultaneamente ao processo mnemônico, apontam para um objetivo comum aos dois autores: revisitar o passado para compreender o que essas memórias também revelam acerca do presente.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Rosemary Gonçalo. A máquina de fazer espanhóis, de Valter Hugo Mãe: qualquer discurso pode ser autoritário. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 9, n. 33, p.54-63 abr.-jun. 2010. Disponível <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/eihm/article/view/1186>> Acesso em 12 jan. 2020.

ARAÚJO, Fabrício Paiva. Entre o lembrar e o esquecer: a construção da memória e a validade do testemunho. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Dossiê nº 16, Memória e Testemunho*, p.49-62, Março de 2016, Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/21504/13027>> Acesso em 05 jun. 2020.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações Políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, p. 95-111, dezembro 2007. Disponível em <<https://journals.openedition.org/rccs/728>> Acesso em 06 jul. 2020.

ARNAULT, Ana Paula. O post-modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo. *Via Atlântica*. n. 17. p. 129-140. 2010. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50544>> Acesso em 22 jun. 2021.

BARBOSA, Joaquim Onésimo Ferreira. *Narrativas orais: performance e memória*. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas/ Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, 2011.

BARROS, José D. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, vol. 3, n.5, p. 35-67, Jan-Jul/2009.

BERGSON, Henri. A memória ou os graus coexistentes da duração. In: _____. *Memória e Vida*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.47-93.

_____. Do reconhecimento das imagens. A memória e o cérebro. In: _____. *Matéria e Memória*. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 83-153.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, vol 1. Mágica e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 197-221.

_____. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, vol 1. Mágica e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BEZERRA, Daniele Borges. LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Velhice, Identidade e Memória: Diálogos Entre Saúde e Cultura a Favor da Manutenção de Identidades. *Cadernos do Tempo Presente*, nº 13, p. 60-70, jul./set. 2013. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2671>> Acesso em 29 dez. 2020.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-hábito. In: _____. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Editora Ta Queiroz Editor, 1979, p. 5-29.

BOSI, Ecléa. Tempo de Lembrar. In: _____. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Editora *Ta Queiroz Editor*, 1979, p. 31-50.

BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CALDERANO, Camila Fonseca de O. *A configuração do narrador contemporâneo no romance de Chico Buarque*. 2019. 158 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2019.

CAMPOS, Ari S. M. de. *A arte de contar histórias: Uma poética da memória em Leite Derramado, de Chico Buarque*. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução Maria Lencta Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória Em Rede*, v.1, n.1, p.43-58, dez. 2009. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564/6415>> Acesso em 09 jul. 2020.

CARMO, Cláudio do. Da memória à pós-memória: ilações políticas e a ficção literária contemporânea. *Revista Cerrados*, n.40, ano 24, p. 173-18, 2015.

CARREIRA, Shirley. Memória de velhos, representações da história: um olhar sobre Leite Derramado e a máquina de fazer espanhóis. In: CARREIRA, Shirley de S. G.; OLIVEIRA, Paulo César S. (Orgs.) *Memória, Identidade e cultura: ensaios*. Belford Roxo: UNIABEU, 2016. p. 48-63. Disponível em <<https://www.uniabeu.edu.br/labmemi/wp-content/uploads/2014/02/Memoria-identidade-cultura-ensaios-Shirley-Carreira-Paulo-C.-Oliveira-Andrea-Pessanha.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2019.

_____. Cenários de guerra: entre a memória e o esquecimento. I Encontro da Afrolic. *Anais*. p. 1-16, 2013. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Shirley_Carreira/publication/273058934_Cenarios_de_guerra/links/54f5c24e0cf21d8b8a5b753b/Cenarios-de-guerra.pdf> Acesso em 07 jul. 2020.

_____. O mundo em minúsculas: uma leitura de a máquina de fazer espanhóis. *Letras*, Santa Maria, v. 22, n. 45, p. 265-275, 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/12218/7612>> Acesso em 09 jan. 2020.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação: Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Editora *Ta Queiroz Editor*, 1979, p. 17-29.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e Silêncio: A Espoliação das Lembranças. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 145-176, 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a06n92.pdf>> Acesso em 07 jul. 2020.

CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. 2 ed. Tradução Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CRUZ, Patrícia Mariz da. ARAGÃO, Maria Fernanda Gabero. Resíduos de Memória: Leituras de Identidade em *Leite Derramado*, de Chico Buarque. *Cadernos do CNLF - CiFEFiL*, Vol. 15, Nº 5, t. 3, p. 2470 – 2475, 2011. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_3/211.pdf> Acesso em 10 abr. 2021.

DELEUZE, Gilles. A Memória Como Coexistência Virtual. *Bergsonismo*. Tradução Luiz B.L. Orlandi. São Paulo: Editora 34. 1999. p. 39-56.

DEUS, Lílian Paula Serra e. As Raízes do Brasil em Leite Derramado, de Chico Buarque. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 53, p. 387-409, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10351>> Acesso em 05 jan. 2020.

DIOGO, Sarah Maria Forte. Do Café ao Pó – Ficção da Decadência em *Leite Derramado*, de Chico Buarque. *Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade*. Número Especial 18b – 03/2016 .

DOURADO, Maria Francysnalda Oliveira. Memória e Esquecimento em Paul Ricoeur : A ideologia Política Camuflada Na Anistia. *Cadernos do PET Filosofia*, Vol. 8, n. 16, p. 1-11. 2017. Disponível em <<https://revistas.ufpi.br/index.php/pet/article/view/7630>> Acesso em 09 jul. 2020.

DUSILEK, Adriana. *A representação da metamemória no romance brasileiro: um olhar sobre Olho de rei*, de Edgard Telles Ribeiro, e Leite derramado, de Chico Buarque. 2013. 202 f. Tese (doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo, 2013.

_____. As Camadas da Memória na Narrativa de *Leite Derramado*. *Miscelânea*, Assis, v. 9, jan./jun. 2011. p. 159-170. 2011. Disponível em <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/476/581>>. Acesso em 28 set. 2020.

FANTIN, Maria Célia M. B. Como um vírus: a doença do salazarismo e suas manifestações em a máquina de fazer espanhóis de Valter Hugo Mãe e Afirma Pereira de Antonio Tabucchi. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 29, p. 353-370, jun. 2016. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/107290>> Acesso em 06 set. 2020.

FERRARI, Bruno. As escritas de si no cenário da literatura brasileira contemporânea. *Revista Landa*. Vol. 4, Nº 1, p. 175-192, 2015. Disponível <<https://revistalanda.ufsc.br/PDFs/vol4n1/12.%20Bruno%20Ferrari%20-%20As%20escritas%20de%20si%20no%20cen%C3%A1rio%20da%20literatura%20brasileira%20contempor%C3%A2nea.pdf>> Acesso em 05 de ago. 2020.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora*, nº 10, p. 102-118, 2011. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500>> Acesso em 06 jul. 2020.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43, p. 179-190, jan./jun. 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/elbc/n43/10.pdf>> Acesso em 17 ago. 2020.

FRANZ, Marcelo. Os imaginativos meios que a natureza tem para extrair a vida de alguém – representação do corpo envelhecido em a máquina de fazer espanhóis. *Abril – Revista do NEPA/UFF*, v. 9, n.18, p. 141-164, jan.-jun. 2017. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6054390>> Acesso em 06 nov. 2020.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, Dez. 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/26.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GIL, José. O país da não-inscrição. In: GIL, José. *Portugal, hoje: O medo de existir*. 1. ed. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores, 2004. p. 15-23.

_____. O pequeno infinito. In: GIL, José. *Portugal, hoje: O medo de existir*. 1. ed. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores, 2004. p. 48-59.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERING, E. Memory as a universal function of organized matter. In: BUTLER, S. (Ed.), *Unconscious memory*. London: Jonathan Cape, 1920, p. 63-86.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos Pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KASPARI, Tatiane. SARAIVA, Juracy Assmann. Estratégias do Processo Narrativo e Suas Significações em *Leite Derramado*. *Antares*, n.5 – jan-jun. p. 150 -170, 2011. Disponível <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/769>> Acesso em 10. abr. 2021.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, Juízo Político e História. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n.48, p. 73-100, 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a04v24n48.pdf>> Acesso em 10 mar. 2020

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1990.

LIMA, Gabriel Cordeiro dos Santos Lima. O leite derramado e o chicote florentino: memória e autoritarismo em um romance de Chico Buarque. *LumenEtVirtus: Revista Interdisciplinar de Cultura e Imagem*. v. 10, n. 26, p. 147-162. 2019. Disponível <https://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_26/PDF/leite_derramado.pdf> Acesso em 14 nov. 2021.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória, Experiência e Narrativa. *Iluminuras*, v.12, n. 29, p. 4-17, jul./dez. 2011. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/25339/pdf_1> Acesso em 29 dez. 2020.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. *Sociologia, problemas e práticas*. N. 52, p. 109-132, 2006. Disponível em: <<https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/52/540.pdf>> Acesso em 29 dez. 2020.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda. 1992.

MÃE, Valter Hugo. *a máquina de fazer espanhóis*. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

_____. As vantagens e os perigos do esquecimento. Entrevista a Raquel Cozer e Ubiratan Brasil. *O Estado de São Paulo*. 8 de fevereiro de 2011. Disponível em <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,as-vantagens-e-os-perigos-do-esquecimento-imp-,742109>>. Acesso em 04 jul. 2020.

MANTOVANI, Juliana E. de Ataíde. Mnemosyne e as Musas da Palavra (Ou A Memória e Suas narrativas). *Revista Água Viva*, v. 3, n. 3. p. 1-15. Edição Especial 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/16875>> Acesso em 13 mar. 2020.

MARQUES, Silene Torres. Memória e Criação em Bergson: Sobre o Fenômeno da Atenção e os Planos de Consciência. *Transformação*, v. 40, n. 2, p. 71-88, Abr./Jun, 2017. Disponível em <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/6934/4462>> Acesso em 05 jul. 2020.

MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da história e da memória. Um estudo de Mês mémoires, de Alexandre Dumas*. 2007. 320 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Francesa) – Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2007.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal - São Paulo: Leya, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos Lugares. *Proj.História*, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>> Acesso em 05 jun. 2020.

OTSUKA, Natasha G. “*Somos um Povo de Caminhos Salgados*”: Memória e Máquina em Vater Hugo Mãe. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

OVERSCHELDE, J. P. V. Metacognition: knowing about knowing. In DUNLOSKY, J.; BJORK, R. A. (Eds.), *Handbook of Metamemory and Memory*. New York: Psychology Press, 2008, p. 47-71.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da Memória e do Esquecimento na História. *Letras: Literatura e Autoritarismo*, n. 22, p. 79-95, 2001. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/letras/%20article/view/11826>> Acesso em 05 jun. 2020.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. *SOLETRAS*, n. 28. p. 344-355, 2014. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/16314>> Acesso em 13 mar. 2020.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Memória e Literatura: Contribuições para um Estudo Dialógico. *Linguagem em (Re)visita*. n. 11/12, p. 92-104, 2011. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/11/07.pdf>> Acesso em 13 mar. 2020.

PEREZ, Tânia Maria de M. *Imagem, memória e alegoria na ficção de Chico Buarque*. 2014. 172 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Faculdade Letras da Universidade Federal Fluminense. UFF, Niterói, 2014.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. *Webmosaica*. v.2, n.1, Porto Alegre, 2010, p. 9-49. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/15543>> Acesso em 23 mar. 2021.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p. 200-2012, 1992. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em 04 jul. 2020.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15. 1989. Disponível em <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em 04 jul. 2020.

PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. Narrativas Memorialísticas: Memória e Literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, n. 12, p. 432-448, 2011. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1648>> Acesso em 12 mar. 2020.

PROCÓPIO, LyciaRinco Borges; AZEVEDO, Livia Godinho Nery Gomes. A influência e as repercussões da obra *A Velhice*, de Simone de Beauvoir, na produção literária brasileira sobre o tema do envelhecimento. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 22, n. 2, p. 535-553, 2019. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/47186>> Acesso em 26 dez. 2020.

RAPOSO, Leila Cunha. RODRIGUES, Inara de Oliveira. A máquina de fazer espanhóis: sentidos críticos da história portuguesa no resgate da memória. *Revista Moara*, n. 41, p. 90-104, jan./jul. 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/1960/2343>> Acesso em 17 set. 2020.

REAL, Miguel. *O romance português contemporâneo 1950 – 2010*. 1. ed. Alfragide – Portugal: Editorial Caminho – Leya. 2012.

REIS, Carlos. A ficção portuguesa entre a Revolução e o fim do século. *SCRIPTA*, v. 8, n. 15, p. 15-45, 2004. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12566>> Acesso em 22 jun. 2021.

REIS, Carlos. LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

REIS, Mírian Sumica Carneiro. Memória, Espaço, Cidade: O Rio de Janeiro em *Leite Derramado*, de Chico Buarque. *XIII Congresso Internacional da ABRALIC - Internacionalização do Regional*. p. 1-6. 2013. Disponível em <<https://abralic.org.br/anais-artigos/?id=484>> Acesso em 10 abr. 2021.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Beatriz S. *Representações da Memória no Romance A máquina de fazer espanhóis de Valter Hugo Mãe*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2017.

_____. A máquina de fazer espanhóis: representações da memória no romance de Valter Hugo Mãe. *Scriptorium*, v.2, n.2, p. 175-184, jul.-dez. 2016. Disponível <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150270>> Acesso em 31 out. 2019.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos*, v.15, n.1, p. 1-22, 2013. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102>> Acesso em: 03 mai. 2020.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. 35, n. 157, p. 1031-1054, 2001. Disponível em <<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>>. Acesso em 16 set. 2020.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANTOS JÚNIOR, Fernando Antônio dos. *Mnemosyne: a investigação criativa de um ator a partir dos encontros com velhos contadores e suas narrativas*. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas/Escola de Teatro. Salvador, 2017.

SANTOS, Myrian Sepulveda dos. Memória Coletiva, Trauma e Cultura: Um debate. *REVISTA USP*, n. 98, p. 51-68, 2013. Disponível <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69270>> Acesso em 04 jul. 2020.

SANTOS, Elaine C. de Jesus. *A narração e a experiência de morte em Leite Derramado, de Chico Buarque*. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG. 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma: A questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. *PSIC. CLIN.* v.20, n.1, p. 65-82, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>> Acesso em 13 mar. 2020.

_____. Testemunho e a Política da Memória: O Tempo Depois das Catástrofes. *Proj. História*, v. 30, p. 71-98, jun. 2005. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255/1348>> Acesso em 11 dez. 2020.

_____. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. *História, memória e literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Edit. da Unicamp, p. 59-88, 2003.

SENA, Tatiana. O Baú da República: Mobilidades e Memórias em *Leite Derramado*. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 247-262, jan./jun. 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/jkrhQzfHyZBrvkz9K68w8Bm/?lang=pt>> Acesso em 29 abr. 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>> Acesso em 22 jun. 2020.

SILVA, Rayssa Luana da. A questão da memória em narrativas de testemunho. *Revista do SELL*, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/459>> Acesso em 10 mar. 2020.

SILVA, Sheila dos Santos. Memorialismo: ficção, história, literatura revisão teórico-crítica. *Revista (Entre Parênteses)* v. 2, n. 5, p. 1-20, 2016. Disponível em: <<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/article/view/553/407>> Acesso em 21 jan. 2021.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Tradução Bruno Alexander. 1. ed. Porto Alegre - RS: L&PM. 2018.

TELES, Adriana da Costa. Madalena e Matilde: Reminiscência de Capitu. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 36, p. 2-12, 2019. Disponível em: <<https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/509>> Acesso em: 24 set. 2020.

UMBACH, Rosani Ketzer. Literatura e história: os discursos da memória. *Fragmentos*, n. 39, p. 105-119, Florianópolis, 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/29654/24807>> Acesso em 11 mar. 2020.